



REVISTA SANTA CATARINA Σ HISTÓRIA

vol14 | nº2 | 2020 ISSN: 1984-3968



Editorial

Depois de um prolongado recesso, temos o prazer de anunciar mais um número da Revista Santa Catarina em História (número 2 | volume 14), reunindo 13 produções referentes ao ano de 2020. O preparo da edição dos artigos, estudos, tradução e material didático, interrompida pela pandemia causada pela rápida infecção do Corona Vírus, chega em um novo momento da história, promovendo reflexões sobre diferentes temas e fenômenos sociais como a modernidade, a criminalização, a Guerra do Contestado, a agricultura e suinocultura, o abolicionismo, as relações religiosas e raciais, e também espaço urbano, que trazem, em comum, uma mesma perspectiva histórica sobre Santa Catarina.

Para iniciar esta edição temos a contribuição internacional do historiador italiano e professor de História Social da Università Ca' Foscari Venezia, Piero Brunello, texto inicialmente apresentado no âmbito dos encontros “Fronteiras-não-fronteiras (séculos VIII-XX). Nove historiadores e uma questão do nosso tempo”. O artigo, intitulado **A cor dos cabelos: Fronteiras simbólicas (e não só) na colonização no Brasil**, ganha, agora, uma versão traduzida para o português, feita por Eloisa Rosalen. Este artigo traz uma reflexão crítica, muito importante, para a História de Santa Catarina, problematizando as questões étnicas e as violências do processo de colonização no século XIX e início do XX neste estado do Sul do Brasil.

Em **Criminalização de práticas populares de cura: sujeitos acusados de feitiçaria no litoral catarinense na segunda metade do século XIX**, Joice Cristiane Machado parte de um processo crime do Tribunal de Justiça de Santa Catarina para tratar da criminalização de práticas populares de cura ao longo do regime imperial do estado. O objetivo de compreender os sujeitos envolvidos na constituição do crime, assim como nas suas consequências, visa ampliar o debate acerca dos discursos moralizantes às práticas denominadas, pejorativamente, como “curandeirismo” ou de “feitiçaria”.

Já em **“A que tudo sabia”**: memórias da participação de Maria Rosa na Guerra do Contestado, de Kassia Rossi, o recorte temporal complexo de guerra que, em especial, teve diversas lideranças, dá destaque para a figura de Maria Rosa mas discute, também, a participação de outras mulheres no movimento social, como Teodora e Chica Pelega. A presença dessas mulheres é analisada por meio da memória de pessoas de diferentes gerações que vivenciaram o conflito ou estiveram próximas dos acontecimentos, fazendo da cultura popular, importante via importante para tecermos relações com o passado e o presente.

De autoria de Sara Rocha Fritz, o artigo **Implantação e primeiros anos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em Santa Catarina**, explora a produção agrícola baseada no trabalho de gestão familiar, a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF, da década de 1990. O primeiro programa de crédito de abrangência nacional voltado à agricultura familiar, tornou-se um marco, trazendo mudanças significativas ao processo desenvolvimento do estado de Santa Catarina, principalmente no que diz respeito às políticas públicas.

Apoiado na história oral, Edson Gracindo de Almeida discute a vida rural e pesqueira a partir da criação de uma unidade de conservação no município catarinense de Governador Celso Ramos. Em **“O mato virou roça e a roça virou mato: memórias de mudanças nas terras da Serra da Armação no litoral central catarinense**, as narrativas de vidas são substância para conhecermos e compreendermos as transformações históricas locais que seguem sendo desenroladas.

De volta ao século XIX, Camila Alves Silva parte dos trechos extraídos do jornal *Abolicionista*, publicado na antiga Desterro (hoje Florianópolis), no dia 1º de março de 1885. Em **Campanha abolicionista em Santa Catarina: um olhar histórico**, somos levadas e levados, através de uma perspectiva histórica da escravidão negra, a refletir sobre os interesses e papéis desempenhados pelos diferentes agentes históricos na campanha abolicionista.

Em **Suinocultura no Oeste Catarinense: Os impactos socioambientais e simbólicos**, Laianny Cristine Gonçalves Terreri aborda os impactos da industrialização nas transformações do sistema de criação de porcos do último século. Embora seja economicamente lucrativa, os resultados demonstram como a suinocultura oferece poucos benefícios diretos para a região, uma vez que a degradação ambiental e a contaminação das águas causada pelas práticas, avança para o sentido inverso. Junto aos pontos apresentados, a reestruturação familiar motivada pela gradativa industrialização e as relações simbólicas desta realidade são levados em conta.

Aproximando-se da poesia local, de Bianca Costi Farias analisa as produções literárias de Cruz e Sousa, durante a década de 1880, em **Ecos de Desterro em Cruz e Sousa: tensões modernas e realidade social na obra do poeta**. Com isso, busca perceber a sociedade como temática da obra de Cruz e Sousa, que inspirou uma produção crítica ao Império Brasileiro, ao Romantismo e à escravidão, Ao perceber sua produção como crítica a sociedade em questão, a autora faz uso da literatura como fonte histórica para compreender o que possivelmente influenciou sua escrita.

Em um artigo que busca explorar espiritualidade, religiosidade e práticas de cura populares da região da Grande Florianópolis, Kamilah Carriço Santos apresenta **Entre**

Feiticeiros e Curandeiros: A ancestralidade africana e a criminalização das práticas religiosas e de cura na Grande Florianópolis, na qual demonstra a relevância da cultura popular, a partir dos processos dos séculos XIX e XX. A criminalização da prática articula questões raciais e sociais importantes que, ao mesmo tempo, reafirmam as heranças de populações que foram marginalizadas e legitimam a presença desses povos em território catarinense.

Ainda no período entre o século XX e XIX, Victória Pozzebon Scabora traz uma análise da Urbanização de Florianópolis, intitulada **Um projeto de Pobreza: estudo da Urbanização de Florianópolis- final do séc. XIX e início do séc. XX**, de. A pesquisa buscou refletir sobre o aumento da pobreza em Florianópolis a partir de fontes de jornais, relatos de viagens e discussões historiográficas do período.

Em **Disputas políticas e discursos moralizadores em torno da construção do primeiro mercado público de Desterro**, Lívia Galveias aborda a comercialização de alimentos na atual Praça XV, de Florianópolis. O local no qual, antes da metade do século XIX, foi motivo para discussões que colaboraram para a gestação dos partidos Liberal e Conservador em Santa Catarina. dividiu opiniões contra ou a favor da construção do edifício do mercado público na praça matriz da capital, uma vez que envolvia interesses econômicos, argumentos estéticos e higiênicos, além de questões raciais.

Já Yan Amadeus Pflieger, em **O Jornal e a Campanha de Nacionalização em Santa Catarina (1930-1945)**, analisa jornais do período entre 1938 a 1942 e evidencia a importância da imprensa na legitimação de medidas nacionalizadoras que foram desempenhadas por Getúlio Vargas e Nereu Ramos pelo Brasil e, especificamente, pelo estado de Santa Catarina.

Por fim iniciamos mais uma seção em nossa revista, Material Didático, e nesta edição, apresentamos a cartilha **Contos de Bruxa na Ilha da Magia**, de Gustavo Henrique Rubik. As tradições de Florianópolis, abrangendo suas lendas, mitos e personagens, são temas da cartilha ilustrada, preparada inicialmente como um exercício, mas que poderá ser utilizada por outras pessoas a partir desta publicação.

Desejamos uma ótima leitura!

Cristina Scheibe Wolff e Elaine Schmitt

A cor dos cabelos: Fronteiras simbólicas (e não só) na colonização no Brasil¹

Hair color: Symbolic frontiers (and not only) in colonization in Brazil

Piero Brunello²

1.

Em 1991, o monsenhor Quinto Davide Baldessar publicou, no Brasil, por conta própria, um livro³ em defesa do avô paterno, Luigi Baldessar, e de Natal Coral, dois homens indicados por todos como *bugreiros*, isto é, caçadores de *bugres* (nome pejorativo atribuído aos indígenas). No livro, Monsenhor Baldessar apontava o avô Luigi entre os homens retratados em uma fotografia de grupo na qual são vistos homens brancos armados com facas e fuzis, que exibiam arcos e flechas, três crianças nuas de cor escura e alguns objetos, em primeiro plano, a partir da qual se entende que eles estiveram na aldeia das crianças.

O monsenhor nasceu em uma família de colonos, em Urussanga, no ano de 1923, mais ou menos trinta anos depois dos acontecimentos a que se dizia referir-se aquela foto. Ele havia conhecido, pessoalmente, seu avô Luigi. Mas, não Natal Coral, que faleceu antes de seu nascimento. Porém, um filho de Natal havia se casado com uma tia do monsenhor e, também, se tornado seu padrinho de crisma. Em suma, as duas famílias, os Baldessar e os Coral, se conheciam bem e eram aparentados. Quase ia esquecendo: os Baldessar vieram daqui perto e precisamente de *Tambre d'Alpago*; já os Coral eram de *Motta di Livenza*⁴.

Vejamos como o monsenhor conta a história.

Ao chegarem em Urussanga, em 1879, os Baldessar compraram quatro lotes de terra, equivalentes a cerca de cento e vinte hectares. “*Terras dos índios*”, ressalta o monsenhor, que lembra de um paredão de rocha de cerca de trinta metros de altura, dentro da propriedade dos Baldessar, que subia por uma espécie de escada natural na pedra e, acima da qual, existia a cabana de um grupo de nativos, os chamados Botocudos.

¹ Intervenção realizada no dia 22 de outubro de 2020 na Biblioteca de Castelfranco Veneto (Treviso), no âmbito dos encontros “Fronteiras-não-fronteiras (séculos VIII-XX). Nove historiadores e uma questão do nosso tempo”. Analisei o caso de *Trofei e prigionieri: Una foto ricordo della colonizzazione in Brasile* publicado em 2020, à qual faço referência às fontes e à bibliografia. A tradução da intervenção foi realizada por Eloisa Rosalen.

² Piero Brunello é um historiador italiano e professor aposentado de História Social da *Università Ca' Foscari Venezia*.

³ BALDESSAR, 1991.

⁴ Nota de Tradução: *Tambre d'Alpago* e *Motta di Livenza* são duas comunas italianas, respectivamente, nas províncias de Belluno e Treviso, na região do Vêneto.

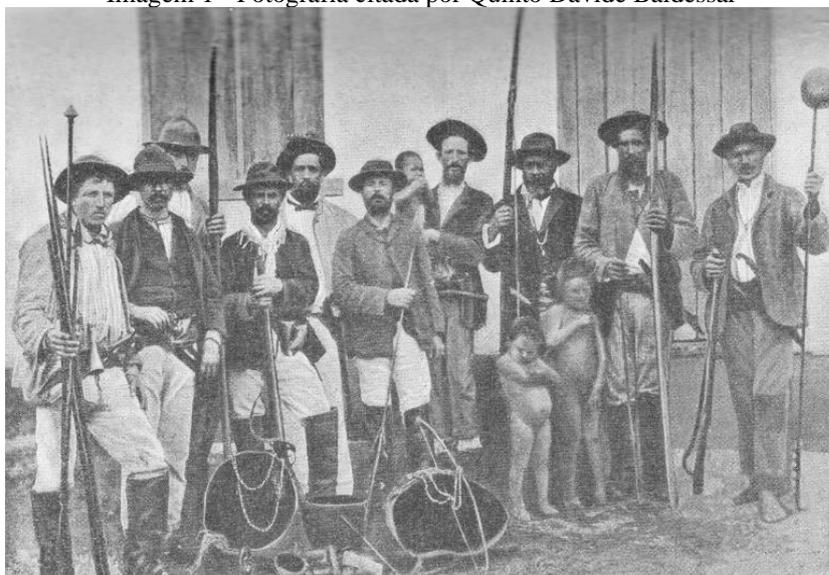
A ‘tribo’, como diziam na época, era assim chamada porque os adultos, tanto homens quanto mulheres, colocavam no lábio o *botoque* (uma espécie de tampa), cada vez maior, que o dilatava. Faz muito tempo que os diretamente envolvidos rejeitaram o termo Botocudos, por soar depreciativo, e se autodenominam *Laklãnõ* ou *Xokleng*.

Quatro anos após a chegada dos Baldessar a Urussanga, um jovem da família, chamado Giovanni, foi morto por uma flecha: era um dos irmãos do avô Luigi. Naquele período, outros colonos foram feridos ou mortos por flechas e todos viviam nas proximidades, em um raio de poucos quilômetros.

E a fotografia?

Monsenhor Baldessar diz que foi tirada após uma expedição organizada pelo diretor da colônia, que prometeu uma recompensa em dinheiro por cada orelha de índio trazida. Em nome do diretor, Coral reuniu uma dúzia de homens: vizinhos de casa, entre eles, dois irmãos Baldessar. A expedição retornou com objetos da aldeia e três crianças, e, na vila, teria sido tirada a fotografia.

Imagem 1 - Fotografia citada por Quinto Davide Baldessar



Fonte: Fotografia reproduzida no livro por Quinto Davide Baldessar, provavelmente proveniente do livro *Colonos e Missionários Italianos na Floresta do Brasil* (publicado na Itália em 1904 e traduzido para o português em 1985) de Padre Luigi Marzano.

Foi realmente assim que aconteceu? Deixo de lado aqui a questão para observar com atenção um detalhe que Monsenhor Baldessar se detém, e que se refere à cor dos cabelos dos filhos de Natal Coral. Existia uma lenda ainda viva na colônia, segundo a qual Coral agia por vingança, porque os índios teriam sequestrado sua esposa, Maria Favero. Segundo a lenda, Maria foi sequestrada pelos índios e voltou com um filho já nascido e grávida.

A história do sequestro, assegura o monsenhor Baldessar, era inverossímil. Somente para exemplificar, da prisão, Maria teria escrito mensagens na casca das árvores, confiando-as à corrente dos rios.

A lenda, explica ainda o monsenhor, nasceu do fato de que todos os filhos de Natal Coral tinham cabelo castanhos, exceto dois, que tinham cabelos pretos. Esses dois não seriam, portanto, filhos de Natal. Considerando que os índios tinham cabelos pretos, de quem eram filhos então? *Impossível!* rebateu o monsenhor Baldessar, tanto que entre os dois filhos de Natal e Maria, nascidos com cabelos pretos, nasceu um de cabelos castanhos.

2.

Até aqui, a história do Monsenhor Baldessar, como podemos ver, se desenvolve em torno de uma série de fronteiras, tanto físicas quanto simbólicas. Vejamos.

O monsenhor apressa-se em dissipar as dúvidas sobre a descendência legítima de sua família. Daí o escrupuloso exame da cor dos cabelos. Por trás disso, está o horror à contaminação racial, constitutiva, para permanecer em nossa esfera, pela ideologia da fronteira, em que o pioneiro é um chefe de família com acesso fácil a um machado (para derrubar a floresta) e a um rifle; e a mulher é a mãe de seus filhos.

Na década de 1990, Cristina Scheibe Wolff, acadêmica que vive e trabalha em Santa Catarina, iniciou uma pesquisa sobre as mulheres indígenas sequestradas por brancos, em sua região, a fim de refutar a imagem de um estado branco e etnicamente homogêneo construído pelo discurso oficial e de demonstrar uma realidade muito mais miscigenada⁵. Para desconstruir o discurso que se baseia em uma dupla exclusão - de gênero e de raça - a estudiosa apresenta, em sua pesquisa, as figuras das mulheres indígenas “presas-a-laço”, como se diz no Brasil.

A ideia do extermínio - conclui a estudiosa - é reconfortante, porque nega a existência das mulheres indígenas na construção do Sul do Brasil, que pode, portanto, se sentir “mais branco” e “mais europeu” do que as demais regiões do país. Em outras palavras, a sociedade catarinense pode aceitar, até mesmo entender, o massacre de indígenas e o consequente sequestro de crianças, mas não consegue admitir facilmente que é uma sociedade miscigenada. O discurso oficial quer manter fixas e intocáveis, e intransponíveis, as fronteiras simbólicas sobre as quais se presume, e se deseja, que a sociedade catarinense seja fundada.

3.

⁵ WOLFF, 2003.

A longo prazo, a emigração italiana é permeada pela ideologia da fronteira. Você não pode promover a emigração se não fornece, ao mesmo tempo, um mito (o mito da fronteira) que a legitime e que te faça se sentir um pioneiro, ou a esposa de um pioneiro, etc.

Conhecemos o mito americano da fronteira. Mas, mesmo no Vêneto, que foi uma região de grande emigração até 1975, com uma forte recuperação nas últimas décadas, da qual não existe uma percepção pública adequada, foi difundida uma tradição narrativa oral específica da fronteira.

Com algumas diferenças a respeito do mito americano, o protagonista da literatura americana de fronteira despreza as convenções sociais e sente como uma ameaça o som do machado, que indica o avanço e a afirmação da colonização. Falamos dos barqueiros ou dos guias, que abrem novas trilhas e que fogem quando os colonos avançam porque sabem que isso anuncia o fim de seu mundo. Os pioneiros exaltados no Vêneto são, em vez disso, os colonos. O barulho preferido é aquele do machado e os valores estabelecidos são a família, o trabalho, a terra e a casa própria. E, também, a Igreja Católica.

Falo claramente, estando deste lado da fronteira. Sou branco e falo aos brancos. E ainda fiz a pesquisa deste lado do oceano, refletindo sobre um tema - a ideologia da fronteira - que soa familiar onde vivemos. Porém, não me interessam tanto as fronteiras, que existem sim, e como, mas quero entender como os indivíduos se movem ao interno delas e nos interstícios que se criam no meio ou através, sabendo que os modos de ação e de adaptação são mais variados e fantasiosos daqueles que nós conseguimos imaginar. Penso no gueto de Frankfurt, do conto de Heinrich Heine, que tem duas portas: uma que é fechada por fora quando têm feriados cristãos e outra que é fechada por dentro quando têm feriados judaicos.

Analisando a imagem do estrangeiro na Revolução de 1848, escrevi que não estava interessado em desconstruir os estereótipos nacionais, que imaginam cada povo viver dentro das fronteiras de sua própria nação (assim é o modo no qual o nacionalismo europeu do século XIX pensa os povos e nações), mas, em vez disso, de querer observar as relações entre os vizinhos de casa porque, antes de ser um programa político, o nacionalismo é uma tonalidade da vida cotidiana. “Isso - escrevi no livro - levou-me a captar mais o burburinho da rua do que a liturgia da assembleia [...], as histórias individuais e as relações interpessoais mais do que os choques de cultura”⁶. Agora, prefiro evitar o uso de termos como choques de civilizações, porque têm uma força de mobilização coletiva que me assusta.

⁶ BRUNELLO, 2018, p. 207.

Portanto, falarei de um homem e de uma mulher; antecipo que ele é um indígena *Xokleng* e ela é italiana, vem de Cremona.

Um dia de 1894 trouxeram ao padre Franz (Francisco) Topp (sacerdote alemão que se estabeleceu em uma cidade relativamente próxima a Urussanga) uma criança sequestrada na floresta, que parecia ter entre 8 e 9 anos. O padre batizou-a e foi seu padrinho, junto com outro senhor alemão, que era advogado. Padre Topp havia chegado a Santa Catarina quatro anos antes advindo da diocese de Münster, seguindo seus emigrantes conacionais. Com o batismo, a criança teve três nomes: Francisco e Affonso, como os nomes dos padrinhos; e Arazary (mais tarde tornando-se Arazarin, Araçary ou Aracary), termo com o qual parece ser chamado uma espécie de papagaio. Os três nomes simbolizaram a vitória da cultura, da civilização e do cristianismo sobre a natureza selvagem, que, no entanto, continuava a permanecer no fundo escuro das origens do indivíduo e de sua raça (e do Brasil). Pouco depois, Padre Topp adotou legalmente a criança e desta vez chamou-lhe de Francisco Xavier, com seu próprio nome (isto é, chamava-se Franz Xavier).

No ano seguinte, chegou de Münster um pequeno grupo de freiras, que abriram um colégio, e acolheram também o pequeno Francisco Xavier. Posteriormente, o menino foi enviado para estudar em um colégio de padres franciscanos alemães no norte do Estado de Santa Catarina. Passou ali um viajante alemão, engenheiro de uma empresa de colonização, que conheceu o jovem e perguntou-lhe como se chamava. O jovem respondeu: Francisco Cogogn Topp, filho de um cacique (e disse-lhe o nome de seu pai). O engenheiro, que queria mostrar aos seus conacionais que lhe estavam fazendo honras, tirou uma foto dele.

Em seguida, o jovem estudou em um seminário jesuíta no Rio Grande do Sul, onde, além do latim, aprendeu português. Por que ele morava com os brancos? No seminário, dizia-se que ele havia sido acolhido durante um assalto dos botocudos contra uma colônia. Em resumo, na casa do Padre Topp, e depois no Seminário de Pareci, a violência na origem do sequestro - e, com ela, a culpa - foi revertida ao Botocudo. Imagino que, em público, Francisco deveria adaptar-se a esta versão. Mas, e para si mesmo?

Em 1907, os jornais brasileiros noticiaram que Francisco, “transformado de índio selvagem em cidadão útil à pátria”, estava indo a Roma para continuar os estudos junto ao Pontifício Colégio Americano.

O jovem chegou ao porto de Hamburgo e de lá seguiu para a cidade do seu pai adotivo. Um repórter o conheceu. Como se chamava? Franz Topp. Por que estava vestido como um branco? Tinha sido acolhido após um ataque vindo dos Botocudos. Provavelmente, o jovem

Em 4 de novembro de 1942 - uma das poucas datas certas em sua vida - Francisco Aracary Topp faleceu. Para si mesmo, *Cogonh*, filho do cacique Monjan; para os padrinhos de batismo, Francisco Affonso Aracary, nomes que expressavam o auspício de que o pequeno indígena se tornasse branco como eles; para o pai adotivo: Francisco Xavier Topp, com todas as expectativas que o nome trazia consigo; nas escolas alemãs, e durante a viagem à Alemanha, Franz Topp; para os amigos do padre Topp e para os colegas do seminário, um órfão acolhido benevolmente, pelos brancos após um ataque dos Botocudos a uma colônia; para a esposa, não sei dizer; para os netos, um Guarani, ou seja, um índio civilizado; à beira da morte, um branco, sinal de reconhecimento do nível social ao qual alcançou.

Vale para ele (da esposa não posso falar nada) o que Nathan Wachtel e Giovanni Levi notaram sobre os judeus marranos convertidos à força, nos quais se encontra uma “verdade oculta” e uma “fidelidade secreta”, em outras palavras, o sentido de uma “intimidade dolorosa”⁷. Concluo dizendo que são essas as coisas a serem observadas quando falamos de fronteiras e, sobretudo, de choques de cultura e de civilizações.

Referências:

BALDESSAR, Quinto Davide. *Imigrantes: Sua história costumes e tradições no processo de colonização no sul do Estado de Santa Catarina*. [Cricúma]: [s. n.], 1991.

BRUNELLO, Piero. *Trofei e Prigionieri: Una Foto Ricordo della Colonizzazione in Brasile*. Verona: Cierre Edizione, 2020.

BRUNELLO, Piero. *Colpi di scena: La rivoluzione del Quarantotto a Venezia*. Verona: Cierre Edizione, 2018

LEVI, Giovanni. *Intimità marrana*. Disponível em: <https://storiamestre.it/2015/12/intimita-marrana/> Acesso em 25 jan. 2021.

MARZANO, Luigi. *Colonos e missionários italianos na floresta do Brasil*. Florianópolis: Editora da UFSC; Urussanga [SC]: Prefeitura Municipal, 1985.

Registros de Óbitos de 1942, Talão 22, p. 189, de Passo Fundo/ Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/catalog/2039510?availability=Family%20History%20Library> FamilySearch
 Coleção: *Brazil, Rio Grande do Sul, Miscellaneous Records 1748-1998*.

WACHTEL, Nathan. *La fede del ricordo*. Ritratti e itinerari di marrani in America (XVI-XX secolo). Turim: Einaudi, 2003.

⁷ WACHTEL, 2003; LEVI, 2015.

WOLFF, Cristina Scheibe. Mulheres indígenas na construção etnohistórica de Santa Catarina: memórias de um esquecimento. *Anais eletrônicos do II Seminário Internacional de Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais: identidade, diferenças e mediações*, Florianópolis, 2003.

Data de envio: 01 de dezembro de 2019

Data de aceite: 05 de fevereiro de 2020

Criminalização de práticas populares de cura: sujeitos acusados de feitiçaria no litoral catarinense na segunda metade do século XIX

Criminalization of popular healing practices: subjects accused of witchcraft on the coast of Santa Catarina in the second half of the 19th century

Joice Cristiane Machado¹

Resumo: Este artigo pretende analisar o processo de criminalização das práticas populares de cura ao longo do regime imperial, no Estado de Santa Catarina, e compreender quais eram os sujeitos envolvidos na constituição desse evento e quais foram os atingidos pelo mesmo. Visa perceber como se fundamentaram os discursos moralizantes sobre tais práticas, pejorativamente denominadas como “curandeirismo” ou “feitiçaria”, e perceber de que forma refletiram nos discursos disseminados nos processos crime movidos contra essas práticas.

Como fonte documental, utiliza-se um processo crime do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, movido contra o exercício ilegal da medicina e práticas populares de cura.

Palavras-chave: Criminalização; Santa Catarina; Crenças populares; População negra.

Abstract: This article aims to analyze the criminalization process of popular healing practices throughout the imperial regime, in the State of Santa Catarina, and comprehend who were the subjects involved in the constitution of this event, as well as who was affected by this event. Search to comprehend how the moralizing discourses were based about such popular practices, pejoratively termed as "healism" or "witchcraft", and how they reflected in the discourses and arguments disseminated in criminal cases brought against these practices. As a documentary source for analysis, I used criminal proceeding of the Tribunal de Justiça of Santa Catarina, moved against the illegal exercise of medicine and popular healing practices.

Key-words: Criminalization; Santa Catarina; Popular Beliefs; Black population.

Introdução

As práticas populares de cura sempre foram exercidas no estado de Santa Catarina, e eram amplamente utilizadas por diversas camadas sociais, principalmente no período anterior ao desenvolvimento das ciências e do exercício oficial da medicina². Mas há de se atentar ao fato de que, no período da escravidão, essa atividade esteve muito associada à população escravizada, principalmente as oriundas do continente africano, o que foi decisivo para a construção do imaginário social acerca dessas práticas de cura.

Existe um longo histórico de preconceito ao qual esteve (e ainda está) envolvida toda e qualquer manifestação por parte da população negra, seja de suas culturas, saberes, identidades ou expressões de religiosidades. No estado de Santa Catarina não foi diferente. Ele esteve alinhado com as políticas do império, e partilhava da visão racista, de inferioridade e de falta

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: joice.cristiane.m@gmail.com

² MATTOS, 1850-1888.

de civilização atribuída às populações negras. Esse cenário foi também estendido ao âmbito do exercício das práticas populares de cura por parte destas populações, visto que tais práticas caminhavam no sentido contrário aos valores científicos que se materializavam no período, valores esses que envolviam as noções de superioridade da raça branca e automaticamente desclassificava sujeitos negros, que não eram vistos como cidadãos, impedindo exercícios de direitos, qualquer ascensão social ou que assumissem cargos de poder, como o de curandeiro, por exemplo.

A historiografia tradicional catarinense, no que diz respeito as práticas de cura, concebe-as pejorativamente como charlatanismo³, estando assim muito imersa em um imaginário etnocêntrico, higienista e racista, pontuando críticas as formas de cura desviantes da medicina dita oficial, e desqualificando as curas mágico-religiosas protagonizadas pela população negra.⁴ Essa visão condiz com a imagem construída ao longo do tempo sobre as práticas populares de cura, e fornece corpo justificativo para a criminalização dessas práticas. Com isso, se faz necessário uma revisão da escrita da historiografia oficial do estado, atentando para o protagonismo desses sujeitos historicamente invisibilizados e marginalizados, bem como suas organizações, suas práticas, expressões de religiosidades e afins, além de perceber as implicações que a narrativa dita oficial gerou na sociedade.

Santa Catarina e as práticas populares de cura

O Código de Leis do império, diferentemente do período colonial e republicano, não dispôs sobre a questão das práticas populares de cura, denominadas no período como curandeirismo ou feitiçaria, ou seja, não atribuiu como crime o exercício dessas práticas⁵. Mas isso não impediu que houvesse uma perseguição de tais atos, tanto no campo judicial como no campo civil.

Em Santa Catarina, mesmo não havendo uma regulamentação imperial sobre as práticas de cura, alguns códigos municipais legislaram acerca, a exemplo do Código de Posturas Municipais de Desterro, de 1845, especificado no artigo 31:

Todo aquele que a título de curar feitiços ou de adivinhar se introduzi[sse] em qualquer casa ou recebe[sse] na sua alguém para fazer semelhantes curas por meios supersticiosos e bebidas desconhecidas, ou para fazer adivinhações e outros embustes, ser[ia] multado- assim como o dono da casa – na quantia de

³ CABRAL, 1942.

⁴ ARAUJO, 2011.

⁵ COUCEIRO, 2008.

30\$000 reis ou em 15 dias de cadeia, sendo livre; e, sendo cativo, ser[ia] punido corporalmente.⁶

Nesse mesmo código, no artigo 4 do primeiro capítulo, ainda havia uma especificação destinada aos escravizados, em que “os boticários que vendessem drogas suspeitas ou venenosas a escravos ou pessoas desconhecidas, sem necessitar de seus usos para o exercício da profissão, pagariam uma multa de 10 a 20 mil réis [...]”⁷

Houveram ainda decretos que, mesmo não especificando sobre a questão das curas populares e feitiçarias, determinavam os sujeitos que podiam ou não exercer procedimentos de cura, como foi o decreto número 828, que promulgou, no ano de 1851, o regulamento da Junta de Higiene Pública, e estabeleceu o exercício da medicina aos sujeitos que possuíssem títulos de escolas brasileiras de medicina.⁸ Com essa exigência, fica notório os sujeitos que são excluídos dessas atividades, a saber, a população negra e pobre, que não possuíam direitos e oportunidades para essa formação. A criação da Junta e as decisões tomadas pelos membros da mesma - homens brancos -, ensejaram a limpeza étnica da sociedade através da exclusão e marginalização da população negra e africana, tanto no território quanto nas culturas e cargos de poder brasileiros.

Mesmo que as curas populares fossem exercidas e procuradas por diversas camadas étnicas e sociais, atribui-se muito mais a população negra, em especial africana, o exercício dessas práticas de cura. Pensa-se isso pelo conhecimento que tais populações dominavam acerca de plantas, raízes, ervas, rituais e culturas, dentre outros. Devido a esse protagonismo por parte da população negra em relação as práticas de cura, bem como pela visão hegemônica existente no período acerca de pessoas negras, é possível compreender que esses sujeitos sofreram perseguições as suas junções, práticas populares e manifestação de suas religiosidades.⁹

A perseguição também se deu por parte dos vereadores da Câmara de Municipal de Desterro, quando escreveram ao presidente da província de Santa Catarina, solicitando “ordenar a colocação de uma patrulha ou sentinela no largo da caixa de água da carioca desde o anoitecer

⁶ Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Lei nº 222 de 10 de maio de 1845, aprovando os 131 artigos do Código de Posturas da Câmara Municipal da cidade do Desterro. Artigo 31.

⁷ MATTOS, 2015. p. 104.

⁸ Ibidem.

⁹ ARAUJO, 2011.

até o toque de sino policial para evitar ajuntamentos, assoadas, e atos imorais de escravos que ali se reuniam todas as noites quando iam buscar água”¹⁰

Essas legislações e decretos nos demonstram o medo da população branca e senhorial para com essas práticas exercidas pela população negra, medo esse que estava associado ao receio da perda de poder político e do controle exercido sobre a população negra, africana e escravizada,¹¹ pelo fato de acreditarem que, através de feitiços e de domínio sobre plantas, raízes e ervas, essas ditas populações poderiam adquirir poder e controle, e assim rebelarem-se contra a sociedade branca. Essa crença na feitiçaria foi sustentada justamente pela associação às referências e conhecimentos de um saber fazer oriundos da população negra, especialmente africana, e que, a partir disso, essa população se reunia para realizar seus rituais, evocar suas forças espirituais e promover uma insurreição contra os brancos e senhores de escravos. A partir dessa concepção, urgia-se a necessidade de controlar essas possíveis revoltas, recorrendo ao auxílio do Estado e das autoridades policiais, atribuindo assim uma marginalização as práticas populares da população negra.¹²

Conjuntamente com o medo das revoltas por parte da população negra do estado, existia também a tentativa de estabelecer uma moral e bons costumes dominantes e hegemônicos, baseados em valores elitistas, higienistas e racistas. A partir desses valores, as práticas de cura, oriundas de um saber popular negro, não tinham aval para existirem e se manifestarem,¹³ pois representavam uma moral oposta à das classes dominantes, devendo então serem condenadas.

Soma-se ainda a este cenário a introdução do discurso médico, que estava em desenvolvimento a partir do estabelecimento das ciências, no século XIX. Com a criação das faculdades, onde uma elite econômica e intelectual conseguiu ter acesso, têm-se um aumento da classe médica, que também se debruça em combater as práticas populares de cura, tanto como uma tentativa de ganhar o mercado médico para si, convencendo a população a procurar a medicina oficial,¹⁴ como para promover a limpeza étnica da população através do higienismo, implicando na marginalização das populações negras e africanas e seus conhecimentos medicinais. Os médicos insistiram também em um modo institucional de coibir as práticas populares, quando “atentavam para a ausência de uma legislação nacional punitiva àqueles que

¹⁰ APMF. Registros da Correspondência da Câmara Municipal. 1843-1845. AH N— 94 (128 B.C). Ofício de 06/07/1843. Apud ARAUJO, Felipe N. Op. Cit., p. 29.

¹¹ COUCEIRO, 2008.

¹² MATTOS, 2015.

¹³ ARAUJO, 2011.

¹⁴ MATTOS, 2015.

se dedicavam às artes da cura e do trato do corpo, adjetivando-os de feiticeiros ou impostores e charlatães.”¹⁵

É possível perceber uma grande tentativa de criminalização das práticas populares de cura no estado de Santa Catarina, muito influenciada pelas elites dominantes, seja pelo seu medo de feitiços e revoltas que poderiam ser provocadas pela população negra, seja pela tentativa de implantar uma moral conservadora e domínio sobre o poder e o discurso médico. Essas tentativas refletem também nos processos crime movidos no período, que se baseiam nesses argumentos para a abertura dos inquéritos. Demonstro um exemplo a seguir.

Criminalização das práticas populares de cura durante o século XIX no litoral catarinense – análise de um processo crime

Os processos crime podem ser grandes aliados como fonte documental para a pesquisa histórica, possibilitando compreender práticas e valores sociais que são legitimados, as visões hegemônicas estabelecidas, relações de poder, e o que é permitido e reprimido na sociedade.¹⁶ Mas se faz necessário atentar aos cuidados metodológicos que este tipo de documento exige no momento de sua análise. Os processos são envolvidos por relações de poder, visto se tratarem de um documento oficial do Estado, e é necessário compreender que as narrativas expostas nos processos crime são bastante influenciadas pelo Poder Judiciário.¹⁷ A análise destes processos também é envolta por um grau elevado de subjetividade, pois depende muito do olhar e objetivo do pesquisador para lançar mão dos questionamentos e da ótica para com que a análise irá ser feita.

Exposto isso, explicita-se agora o objetivo de análise da fonte selecionada para este artigo. Utiliza-se um processo crime do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, do ano de 1868, na cidade de Biguaçu. A partir dele, pretende-se perceber quais sujeitos são atingidos e marginalizados a partir das políticas de repressão para com as práticas populares, bem como compreender a fundamentação dos discursos produzidos para que haja a criminalização dessas práticas.

A fonte analisada traz como denunciante Aleixo Antonio de Farias, e denunciados os africanos libertos de nação Cambinda, Francisco e Joanna. Esses sujeitos principais expostos no processo eram vizinhos, moradores de Biguaçu, na localidade de Rosa de Souza. Ambos são processados pelo crime individual de curandeirismo ou ajuntamento ilícito.

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ ARNO, Fernanda; MASCHIO, Rafael, 2015, p. 04-21.

¹⁷ OLIVEIRA, Fabiana Luci de; SILVA, Virgínia Ferreira da. 2005, p.244-259.

Devido ao fato de haver uma ausência de Legislação Nacional por parte do Império, que regulamentasse a respeito das práticas populares de cura, ao longo da abertura do processo é possível perceber o descontentamento por parte da população branca a respeito disso: “O nosso Código penal é omissivo nessa parte: ord. do Livro 5º tit. 3º punia [sic] aos feiticeiros rigorosamente. Não se pode dar uma queixa formal dos referidos pretos, por empregarem drogas nocivas ou feitiçarias misteriosamente como fazem todos os feiticeiros.”¹⁸, e ainda,

Com quanto o Código não fale em feitiçarias, pareceu que mais ou menos os preditos pretos estão sujeitos as penas do Art: 280, 295, e 302 do Código criminal: se por ventura os citados art. não ficam cauza [sic] a esses malfeitores da humanidade, é para duvida que se lhe deve impor a multa do art. 15 do Regulamento de 29 de setembro de 1851 que cabe na alçada deste juízo, [sic] e soffrerem [sic] alguns dias de cadeia, e em todo caso serem constrangidos a sahirem [sic] deste Municipio [sic] dentro do prazo de dias que lhe for marcado.¹⁹

Ou seja, pelo fato de não haver uma Legislação Nacional específica, o denunciante e seu advogado tentam recorrer a regulamentos municipais que ajuízem a respeito das práticas tidas como feitiçaria, lançando alternativas incertas que talvez possam se encaixar com as atividades denunciadas como sendo praticadas pelos africanos. A proposta de punição chega a ser a expulsão de ambos da cidade, numa tentativa de varrer para longe e limpar o terreno de uma presença africana pelas redondezas, que estaria causando o mal para os moradores, e que a qualquer momento poderia atentar contra a vida de algum deles, e ainda também para poder afastar a possibilidade de revolta por parte da população negra e escravizada que existia na região. Esses argumentos são reflexos do processo de higienização que estava em voga no período, que visava eliminar a presença da população negra do estado, especialmente de cargos que representavam exercício de poder.

Também na abertura do processo, ao falarem sobre os dois africanos, nota-se a argumentação intensiva sobre o mau que estavam causando para a sociedade através de suas “feitiçarias”:

[...] que a anos a esta parte tem se inculcado de curadores para poderem encobrir o maleficio que tem feito ao próximo, os quais, marido e mulher são dois refinados feiticeiros. Cegaram a Anna Joaquina viúva de Joaquim vieira do nascimento, Vicente do Amaral esteve doente onze meses com drogas nocivas que lhe derão [sic] os ditos pretos, bem como Manoel Claudino quatorze mezes,[sic] a crioula Eufrasia [esteve doente por] anos; a mulher do Supplicante [sic] um anno, [sic] e outros muitos que se queixão [sic] dos

¹⁸ SANTA CATARINA, Tribunal de Justiça. Processo crime, curandeirismo ou ajuntamento ilícito. Autor: Aleixo Antonio de Farias. Denunciado: Francisco e Joanna Cambinda. Biguaçu, Santa Catarina, jul./ago. de 1868. Caixa 254.

¹⁹ Idem.

referidos pretos que vivem de malifícios [sic] que fazem ao próximo, uns por se deixarem iludir com suas curas, e outros por feitiçaria, e segundo a voz publica tem desgraçado [sic] a casa do cidadão João Jose Rosa matando-lhe uma vez por outra seus escravos com feitiçarias; e vai o povo ignorante sofrendo mundamente a esses malfeitores.²⁰

Atenta-se ainda ao fato de explicitarem o “clamor público” pela punição dos moradores africanos por suas práticas de feitiçaria, demonstrando a hegemonia e o esforço da população branca para marginalização e exclusão dessas pessoas.

Quando o delegado interroga Aleixo sobre o ocorrido, o mesmo relata que havia procurado os africanos Francisco e Joanna para que realizassem uma cura em sua esposa, que encontrava-se enferma, e que para isso havia pago uma quantia de “28 mil réis”. Essa afirmação nos demonstra a busca pelos saberes medicinais da população africana por parte da população branca, bem como que esses sujeitos praticantes dos conhecimentos populares de cura utilizavam-se dessa posição como uma forma para obtenção de renda.

No momento em que Francisco é interrogado, ele busca ausentar-se das acusações, afirmando que não haveria realizado cura nenhuma, e nem que entendia de cura, mas que Aleixo o haveria procurado em sua casa, inclusive mais de uma vez, para pedir remédios para curar sua esposa, e que depois de Aleixo haveria ido ainda o cunhado deste, Mariano Alexandre Pinto, querendo também remédios para curar sua irmã. O delegado pergunta também a Francisco se Aleixo teria o procurado para aplicar algum feitiço ou matar alguma outra pessoa, e ele afirma que sim, que Aleixo o haveria procurado também para que matasse João José Rosa através de algum feitiço, e que ainda teria cedido um objeto para que Francisco enfeitiçasse e enterrasse na porta de João.

Neste mesmo interrogatório, Francisco relata que a pessoa que havia realizado um processo de cura na esposa de Aleixo teria sido Manoel, “negro escravizado de Tenente Coronel Luis Ferreira de São José”, e que na cura, Manoel, que estava na casa de Francisco, teria dado a esposa de Aleixo umas ervas e um pouco de aguardente em uma vasilha, esfregando esta mistura nela. O júri não leva em consideração essas alegações, continuando a investigação somente na pessoa de Francisco.

O denunciante Aleixo apresenta como testemunhas os moradores de sua vizinhança, em que todos afirmam saber, desde suas infâncias, por ouvirem dizer, que os dois africanos são feiticeiros, mas que nunca haveriam os procurado. Exceto o cunhado de Aleixo, que afirma ter

²⁰ SANTA CATARINA, Tribunal de Justiça. Processo crime, curandeirismo ou ajuntamento ilícito. Autor: Aleixo Antonio de Farias. Denunciado: Francisco e Joanna Cambinda. Biguaçu, Santa Catarina, jul./ago. de 1868. Caixa 254.

procurado Francisco para obter um feitiço para “apanhar uma mulher”. O delegado chega a perguntar ainda, para uma das testemunhas que também era vizinha dos africanos, José Francisco dos Reis, se ele teria ouvido algum tipo de batuque ou ajuntamento vindo da casa dos africanos, demonstrando a preocupação com os rituais que poderiam ser exercidos por essas pessoas e do poder que poderiam conseguir através destes.

Joanna teve pouco espaço de protagonismo dentro do processo, sendo Francisco o réu principal investigado. Não há indícios no documento que especifiquem a motivação de Joanna não ter sido incluída no andamento do processo, mas, no imaginário social e no sistema jurídico estabelecidos no período, as mulheres não eram consideradas cidadãs, o que poderia ser uma das motivações da não inclusão da mesma.

Após ouvidos os relatos, os autos são examinados, e a condenação é decretada:

Pelos depoimentos das testemunhas e mais das provas existentes n’este processo de infracção [sic] de posturas, está provada q [sic] o Réo Francisco Cambinda deo [sic] drogas para curar a molher [sic] de Aleixo Antonio de Farias e outros, por e só infringir [sic] o Art. 31 do Código de posturas, que expressamente proíbe [sic] a todos os endividuos [sic] os q [sic] não são profissionais curar; por isso condeno o Réo Francisco Cambinda em 15 dias de prisão na Cadeia d’esta Villa, [sic] essas custas, mando por tanto, q [sic] passando em julgamento, passe-se mandado de prisão, e seja os autos remetido ao contador; Villa [sic] de São Miguel, 20 de agosto de 1868.²¹

Francisco, um africano de nação Cambinda, vindo da Costa da África, que declarou ter “noventa e tantos anos”, é condenado à prisão por emprego de drogas nocivas e curas populares, enquadrado sob o Código de Posturas, artigo 31, já exposto ao longo deste artigo. Mesmo sendo um prazo pequeno e talvez simbólico, é notório o constrangimento e a tentativa de marginalização desse sujeito, que mesmo sendo um senhor idoso, não escapa da pena e é recolhido na Cadeia de São Miguel (Biguaçu).

Considerações finais

A partir dos expostos, é possível perceber a pressão de diversas instâncias no processo de criminalização das práticas populares de cura no litoral catarinense, tendo como um grande fator a associação dessas práticas às populações negras e africanas. Os brancos, principalmente pertencentes a elite, estavam com medo de perder seus privilégios e poder político, pois acreditavam no poder que a população negra poderia adquirir através de seus rituais e

²¹ SANTA CATARINA, Tribunal de Justiça. Processo crime, curandeirismo ou ajuntamento ilícito. Autor: Aleixo Antonio de Farias. Denunciado: Francisco e Joanna Cambinda. Biguaçu, Santa Catarina, jul./ago. de 1868. Caixa 254.

expressões de religiosidade, e, por tanto, recorreram as instituições de poder do Estado, promovendo uma marginalização de tais práticas. Os discursos e argumentos são insistentes em tentar construir uma imagem de que esses saberes populares causam resultados negativos na sociedade, pois ferem uma moral que visava-se construir no período. A classe médica que estava se firmando também contribuiu de forma significativa nos argumentos utilizados para coibição da cura popular, na tentativa de conquistar o mercado de trabalho da região e a confiança dos moradores, onde voltaram seus discursos para salientar os perigos encontrados nesses saberes populares exercidos na forma de cura.

É notório que existiu uma grande participação da população branca, em especial elitizada, na constituição da criminalização das práticas populares de cura, em que insistiram em denominar pejorativamente como feitiçaria. A criminalização das práticas surge como um modo de controlar e reprimir religiosidades e culturas negras, seus modos de resistência em um ambiente que os marginalizava a cada oportunidade, invisibilizando a importância dos saberes-fazer desses sujeitos no Estado, que foi também corroborada pela historiografia tradicional catarinense, que atribui à essas práticas a denominação de charlatanismo. Fica perceptível a intensidade que a moral, religião e ciência influenciaram nas políticas adotadas para o controle e repressão destinadas às práticas de cura.

Referências

APMF. **Registros da Correspondência da Câmara Municipal**. 1843-1845. AH N— 94 (128 B.C). Ofício de 06/07/1843. Apud ARAUJO, Felipe N. Op. Cit., p. 29.

ARAUJO, Felipe Neis. **Tolerância, vigilância e repressão: práticas socioculturais africanas e crioulas em Desterro e litoral adjacente, c. 1845 – c. 1890**. 2011. 62 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <<http://bgmamigo.paginas.ufsc.br/files/2011/02/TCC-Felipe-Neis-Araujo.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2019.

ARNO, Fernanda; MASCHIO, Rafael. Gênero e violência: O uso de arquivos policiais na análise histórica. **Revista Santa Catarina em História**. Florianópolis, v. 2, n. 9, p. 04-21, maio 2015. Disponível em: <<http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/725/676>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Lei nº 222 de 10 de maio de 1845, aprovando os 131 artigos do **Código de Posturas da Câmara Municipal da cidade do Desterro**. Artigo 31.

BARBOSA, Maria Alejandra Rosales Vera. **Curandeirismo e curandeiros em Curitiba (1899 - 1912): discurso e representação no “Diário da Tarde”**. 2001. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

Criminalização de práticas populares de cura: sujeitos acusados de feitiçaria no litoral catarinense na segunda metade do século XIX – Joice Cristine Machado

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Medicina, Médicos e charlatões do passado**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1942.

COUCEIRO, Luiz Alberto Alves. **Magia e Feitiçaria no Império do Brasil: o poder da crença no Sudeste e em Salvador**. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, PPGSA, 2008.

DIAS, Marcelo Rodrigues. **Repressão ao curandeirismo nas Minas Gerais na segunda metade do oitocentos**. 2010. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de São João Del-rei, São João Del-rei, 2010.

LIZ, Pamella Amorim. Marginalização da crença: as práticas de cura em Santa Catarina sob as diferentes óticas. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v. 5, n. 1, p.24-31, 2011. Disponível em: <<http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/344>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

MATTOS, Debora Michels. **Saúde e escravidão na Ilha de Santa Catarina (1850-1888)**. 2015. 383 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; AL-ALAM, Caiuá Cardoso. “Já que a desgraça assim queria” um feiticeiro foi sacrificado: curandeirismo, etnicidade e hierarquias sociais (PELOTAS - RS, 1879). **Afro-Ásia**, Salvador, v. 47, p.119-159. 2013.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de; SILVA, Virgínia Ferreira da. Processos judiciais como fonte de dados: poder e interpretação. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 7, p.244-259, jun. 2005. Semestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n13/23563.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

SANTA CATARINA, Tribunal de Justiça. Processo crime, **curandeirismo ou ajuntamento ilícito**. Autor: Aleixo Antonio de Farias. Denunciado: Francisco e Joanna Cambinda. Biguaçu, Santa Catarina, jul./ago. de 1868. Caixa 254.

Data de envio: 9 de junho de 2019

Data de aceite: 05 de fevereiro de 2020

Campanha abolicionista em Santa Catarina: um olhar histórico

Abolitionist campaign in Santa Catarina: a historical look

Camila Alves Silva¹

Resumo: A partir dos trechos extraídos do jornal *Abolicionista* publicado em Desterro, no dia 1º de março de 1885, pretende-se entender através de uma perspectiva histórica da escravidão negra, quais os interesses e papéis desempenhados pelos diferentes agentes históricos na campanha abolicionista ocorrida no século XIX.

Palavras-chave: Escravidão; Santa Catarina; Abolicionismo

Abstract: As from of stretch extracted of the newspaper *Abolicionista*, published in Desterro, on March 1st, 1885, it is intended to understand through of a historic perspective of black slavery, what were the interests and the papers played by diferents historic agents at the abolicionist campaign occurred in the 19th century.

Key-words: Slavery; Santa Catarina; Abolitionism

Escravidão negra em Santa Catarina nos séculos XVIII e XIX

O abolicionismo prossegue, não só a capital da província de Santa Catarina tem sido o ponto mais forte no desenvolvimento abolicionista, como também seus lugares; notando-se dentre elles a esperançosa cidade de Lages, distante umas 35 leguas, que, majestosamente [...] se tem mostrado na lucta para seu maravilhoso adiantamento e nobreza.

Enquanto o abolicionismo não traz por de sensala em sensala a sua luz vibrante e poderosa, enquanto elle não lançar por toda a negra corrente da escravidão a força dos seus hercúleos pulsos, o adiantamento nacional ajudará sempre em mau estado progressivo.

Não tardeis, o [...] Lageanense em arrancar do [...] seio das sensalas aquelles que, como nós, têm o mesmo direito de serem livres.²

A análise da escravidão negra em Santa Catarina, assim como qualquer trabalho de análise em perspectiva histórica, se coloca como um desafio na medida em que se propõe a buscar, através da história, as raízes de uma determinada visão sobre o passado a fim de reconstruí-lo ou de reafirma-lo.

A historiografia da escravidão negra na região Sul do país, mais especificamente em Santa Catarina, preocupada com um fazer histórico que atendesse as correntes de pensamento engajadas em responder qual o “sentido da colonização” do Brasil, acabaram por reforçar ou perpetuar uma imagem da escravidão africana como uma questão excepcional, um acontecimento de pequena dimensão ou sem grande importância quando

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: camila12.silva@outlook.com.

² ABOLICIONISTA, 1885.

comparada a escravidão desenvolvida nas regiões marcadas por uma produção econômica de caráter agroexportador.³

A começar por aqueles que representam uma visão “tradicional” sobre o passado catarinense, o escravo africano é descrito e apresentado como dócil e gentil, envolvido por uma narrativa que não o apresenta como personagem capaz de ameaçar ou colocar em perigo o sistema escravista no qual estava inserido. Se por um lado, tem-se o escravo africano imóvel e completamente estático por uma estrutura que o esmaga, por outro, a representação das elites do estado é de uma casta que parece comandar a velocidade e a capacidade de movimento.

Se o escravo africano não tinha possibilidades diante do sistema, o que restava como alternativa dentro desta visão, era uma espécie de conformidade ou acomodação à estrutura escravista. É neste sentido e dentro desta narrativa que cabiam às elites o protagonismo e o engajamento no movimento abolicionista.

Há quem entenda que a campanha abolicionista em Santa Catarina foi um acontecimento supérfluo e sem grande importância, mas há também aqueles que atestam que pelas informações apresentadas na imprensa da época, se tratava de um assunto de grande interesse das elites, decorrendo daí o seu envolvimento na vanguarda do movimento e no solapamento da participação negra dentro dele.⁴

Mas cabe, então, especificar quais os papéis desempenhados por estes diferentes personagens históricos dentro desse jogo. Iaponan Soares, historiador já falecido, ao resgatar a historiografia sobre a escravidão em Santa Catarina nos mostra que às vésperas do encerramento da escravidão, ano de 1887, a província catarinense contava com mais de 7 mil escravos, e dentro da reconstrução feita, envolvendo o período temporal analisado, o que viria a se tornar o estado de Santa Catarina era a segunda maior província com população escrava em relação as regiões Sul e Oeste⁵ e no que se refere às atividades econômicas, o escravo africano estava envolvido em diferentes setores produtivos e comerciais, mantendo relações com as outras atividades econômicas desenvolvidas em outras regiões brasileiras.

Dentro do quadro apresentado existem interpretações que apontam que devido ao tamanho das propriedades rurais, que diferentemente dos latifúndios que marcavam a

³ MAMIGONIAN, 2006, p.615.

⁴ SOARES, 1988, p. 16- 18.

⁵ Ibid., p.13.

produção do açúcar e do café, no qual a mão de obra escrava africana foi utilizada em larga escala, as pequenas propriedades existentes em Santa Catarina fez com que a escravidão negra catarinense não tivesse as mesmas dimensões que nas regiões de produção agroexportadora, tornando a escravidão catarinense “menos acentuada” ou de menor importância devido ao tamanho e sentido da sua produtividade⁶.

Porém, na historiografia mais recente, com estudos e trabalhos feitos, por exemplo, por Beatriz Gallotti Mamigonian⁷ discutindo acerca das relações entre escravidão e identidade étnica da população afrodescendente em Santa Catarina, a autora além de apresentar as distintas fases da escravidão catarinense, também nos revela os problemas de uma historiografia marcada pela narrativa que leva em consideração apenas as grandes regiões de produção agroexportadora, em detrimento das regiões de produção voltada para o abastecimento interno:

Não tendo esse território sido explorado para produção voltada à exportação, os “poucos” escravos teriam servido como apoio a produção de alimentos para abastecimento, e sido elementos de distinção social, predominantemente domésticos e urbanos. Muito marcada pela imagem da pobreza relativa da população do litoral criada por memorialistas, essa interpretação da escravidão de Santa Catarina contribuiu para reforçar a versão da História (carregada de racismo) em que a economia teria ganhado dinamismo apenas após a fundação das colônias de imigrantes alemães e italianos, principalmente a partir de 1850. A imagem de uma região povoada predominantemente por europeus, cristalizada no senso comum, esconde a presença histórica de africanos e seus descendentes.⁸

O que a autora revela é um apagamento ocorrido dentro da historiografia que reforça visões preconceituosas acerca do passado catarinense. Todavia, o que parece despontar como uma nova compreensão para a forma como era organizada a produção econômica catarinense, nos mostra que mesmo a produção estando mais ligada a economia interna, esta produção mantinha intensa relação com as regiões agroexportadoras revelando, portanto, as suas conexões com a escravidão desenvolvida em larga escala característica deste tipo de produção. É neste sentido que as armações baleeiras são apontadas como as grandes unidades escravistas do litoral catarinense no

⁶ Ibid, p. 17-18.

⁷ Africanos em Santa Catarina: Escravidão e Identidade Étnica (1750-1850).

⁸ MAMIGONIAN, 2006, p.615.

século XVIII, incrementando a economia do país com a produção ligada à pesca da baleia, produção da farinha de mandioca, aguardente e açúcar.⁹

A historiografia tradicional perpetuou uma ideia de excepcionalidade da escravidão catarinense, pela escala na qual foi desenvolvida e mantida. Se por um lado, a região litorânea de Santa Catarina não era marcada pelo latifúndio, por outro a produção agrícola desenvolvida estava em completa relação com as regiões agroexportadoras, fornecendo e incrementando o comércio interno.

Leis contra o Tráfico Negro e Movimento Abolicionista

As leis de proibição do tráfico negro para o Brasil vieram em meio a uma conjuntura internacional de modificação no que se refere às questões escravistas. As revoltas de escravos no Caribe aliadas aos movimentos antiescravistas que ocorriam na Europa indicavam uma mudança significativa no panorama das relações internacionais.

Começando com as pressões inglesas por mais mercados abertos aos seus produtos industrializados, que só seria possível em um mundo de relações livres e contratuais, com trabalhadores assalariados, o Brasil passa a sofrer com as investidas inglesas pelo fim do tráfico negro e pela abolição da escravatura.

Pela dependência da escravidão como o pé de sustentação da economia brasileira, a abolição da escravatura pode ser entendida como um processo lento e gradual, com leis que inicialmente tinham pouca efetividade ou quase nenhuma. Cabe dizer que até 1870, as iniciativas tomadas anteriormente não tiveram peso suficiente para colocar fim à escravidão.

Em 1871 com a Lei do Ventre Livre, que previa a liberdade para filhos de mãe escrava, o país começa a dar sinais de que o sistema escravista estava prestes a ruir. O que se vê é uma maior intervenção do Estado Imperial nas relações entre senhores e escravos através das leis, e que neste caso também criava um Fundo de Emancipação nas províncias para auxiliar na campanha abolicionista, através da compra de alforrias para os escravos e da permissão para que as pessoas escravizadas tivessem economias ou pecúlio.¹⁰

⁹ Ibid, p. 620.

¹⁰ ABREU; DANNTAS, 2012, p. 77 - 78.

Até a Lei do Ventre Livre, a legislação previa a revogação da alforria, caso o senhor de escravos entendesse que a pessoa liberta estava sendo “íngrata” ou não estivesse prestando os serviços previstos nas condições para concessão da alforria, ou até mesmo, não estivesse disposto a pagar por ela, como também previa o sistema. Acontece que, mesmo com o sistema escravista prevendo a possibilidade de alforrias, este recurso vinha de maneira condicional, isto é, o sistema jurídico entendia que as alforrias deveriam ser “concedidas” pelos senhores, obrigando a pessoa liberta a uma relação de dependência na medida em que as prerrogativas para liberdade impunham uma continuidade de relações entre ex-escravos e senhores. A partir daquele momento, contudo, os escravos podiam comprar suas alforrias, sem que fossem revogadas, dando início a uma prerrogativa jurídica que passava a ser vista como

[...] um direito e não mais como “graça” concedida pelos senhores, assim como impedia que as alforrias fossem condicionadas à prestação de serviços por mais de sete anos. A lei buscava administrar um fim lento e ordenado da escravidão, baseado na ideia de que os senhores deveriam ser indenizados pelos escravos que perdessem. Daí uma de suas peças-chave, que previa a alforria com a “cláusula de prestação de serviços” e a exigência de que todo o liberto que conseguisse a alforria devia fazer um contrato de trabalho, sob pena de ser considerado “vadio”.¹¹

Com esse panorama, o movimento abolicionista começa a ser consolidado nos anos de 1880, reunindo pessoas de várias origens e camadas sociais em prol da libertação dos escravos.

Existiam clubes e associações que promoviam festas e eventos com a intenção de arrecadar fundos destinados à compra de alforrias, além dos fundos que estavam sendo recolhidos e destinados para a educação das crianças libertas. Existia também a Confederação Abolicionista, que reunia todos os clubes e associações ligadas à causa abolicionista, promovendo comícios e divulgando os ideais da abolição através das festas, jornais e dos teatros.

Além das fugas coletivas, das revoltas, das manifestações públicas pelo fim da escravidão, existia também a ajuda que vinha das pessoas “comuns” que não mais aceitavam colaborar com a perpetuação da escravidão, se negando, por exemplo, a

¹¹ LIMA, 2013, p. 212.

transportar pessoas escravizadas, ajudando os escravizados a fugirem das fazendas, dando abrigo para os fugitivos ou auxiliando no processo de fuga.¹²

É neste sentido que jornais como o *Abolicionista* destinado à propagação dos ideais contrários à escravidão e favoráveis a extinção da mesma, desempenha um importante papel no convencimento e na difusão dos ideais de liberdade para a população.

Os jornais que se apresentam como o primeiro veículo de comunicação em massa e que outrora, no Brasil, só tinham espaço para apresentar o africano como uma peça a ser vendida, alugada, trocada ou leiloadas, agora, nesse novo panorama existe uma nova forma de apresentar o negro dentro dessa sociedade.

O *Abolicionista* foi um importante jornal do século XIX, pautado pela difusão dos ideais contrários à escravidão e pela libertação dos escravos, através da comoção e influência da opinião pública, quando não pela leitura, pelas conversas e debates que se faziam circular pelas ruas e por lugares populares. Fundado no Rio de Janeiro por Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo, conjuntamente com o engenheiro e empresário negro André Rebouças, Nabuco entendia com base nas suas viagens feitas à Inglaterra e aos Estados Unidos, que se apelasse para um processo abolicionista pelas vias da radicalidade poderia provocar uma guerra civil, o que definitivamente deveria ser evitado. No entanto, entendeu também que através da opinião pública conseguiria promover mudanças de forma lenta e gradual, convencendo os principais setores da elite que caberia ao Brasil se adequar às novas formas de desenvolvimento, baseadas nos ideais de Razão e Progresso, adentrando no processo civilizatório liderado pelo continente Europeu e pelos Estados Unidos.¹³

Observando todas as peças presentes nesse xadrez, me parece existirem duas grandes tendências nos estudos sobre escravidão e sobre o processo abolicionista. A primeira, existiu ou existe uma ênfase dada pela historiografia tradicional catarinense da excepcionalidade da escravidão negra em Santa Catarina, o que viabiliza a tese de subdesenvolvimento acentuado, de tal forma que o estado não tinha grande visibilidade na produção nacional, fazendo com que somente os imigrantes europeus, com seu conhecimento e mão de obra pudessem levar o desenvolvimento à província catarinense, criando indústrias e trabalho, sendo este o motivo pelo qual Santa Catarina se tornou um dos estados mais desenvolvidos do país.

¹² ABREU; DANNTAS, 2012, p.79 – 81.

¹³ ABOLICIONISTA,, 2018

A segunda, que se apresenta quase como um desdobramento da primeira, é que tendo a escravidão negra sido ínfima e Santa Catarina não tendo grande importância econômica, a campanha abolicionista precisava ser levada adiante por uma elite ilustrada, que diante das mudanças ocorridas na Europa sentia a necessidade de modernizar o país, assim como tudo que havia nele. Não por acaso, é no século XIX que Santa Catarina começa a receber imigrantes de vários países europeus, principalmente das regiões que hoje correspondem à Itália e Alemanha, e como tal, não poderia ficar de fora desse processo.

Além do mais, a concepção de Nabuco sobre como haveria de ser a abolição da escravatura, de maneira lenta e gradual, sem que houvesse uma ruptura social violenta, como havia ocorrido em outros países como no Haiti, alinhava os dois objetivos em só: uma elite articulada, moderna, produtora e detentora de todas as possibilidades sobre o estado e um estado que precisava ser modernizado, sem a participação daqueles que estavam na base da sociedade e que necessitavam do desenvolvimento que essa elite se propunha a fazer, sob as luzes do progresso e da razão.

Utilizemos então, o exemplo cearense para perceber o que está em jogo nessa articulação narrativa. Francisco do Nascimento, homem negro, ficou conhecido como “Dragão do Mar”, ganhando em plena campanha abolicionista reconhecimento e respeito não só do Estado imperial, mas também daqueles que estavam direta ou indiretamente envolvidos com o sistema escravista. Vejamos agora o porquê.

Um simples jangadeiro nascido no Ceará, diferentemente dos outros negros abolicionistas da época, que eram intelectuais e ficaram bastante conhecidos pela sua atuação no movimento, o Dragão do Mar foi analfabeto até a idade adulta, aprendeu a ler quando ninguém mais do seu grupo social sabia. Liderando greves de jangadeiros contra a escravidão, se recusando a fazer o transporte de pessoas escravizadas e também fazendo greves posteriormente contra o recrutamento forçado de negros para o serviço militar, ganhou notoriedade dentro dos movimentos, chegando a fazer parte da Sociedade Cearense Libertadora, organização destinada à promoção e difusão dos ideais abolicionistas, formada principalmente por pessoas que faziam parte da elite.

Acontece que Nascimento “sempre alimentou forte ódio da escravidão”¹⁴, devido às histórias que havia escutado quando criança, principalmente uma que falava da revolta de escravos ocorrida em um barco de nome “Laura Segunda”, tendo sido desferida contra

¹⁴ MILES, 2013, p. 52.

os homens brancos que haviam tratado mal os escravizados, o que deixou marcas em Nascimento e na sua biografia pessoal.

Embora a reputação do Dragão do Mar tenha sido, muitas vezes, contestada, sua fama foi reconhecida e debatida insistentemente fora dos limites do estado cearense. Nascimento foi um homem negro, abolicionista e de origem popular. Acontece que, apresentar o movimento abolicionista como fruto apenas de arranjos das elites naquele momento, permitiu a construção de um projeto aterrador, que foi o de solapar a possibilidade de existência de outras figuras como Francisco do Nascimento entre as classes populares brasileiras.

Os efeitos desse ato na memória de um povo que hoje é constituído em mais da metade por pessoas que se identificam como negras é o da perda ou da quase incapacidade de se formular como um agente que movimenta a história, o que consequentemente contribui para que o cenário nacional de desigualdades permaneça intocado. Se no passado, dentro do panorama apresentado a ação parecia impossível, no presente e no futuro ela se apresenta improvável.

Considerações finais

Percebe-se que traçando uma perspectiva histórica da escravidão negra, vemos como a historiografia tradicional alimenta uma ideia de excepcionalidade da escravidão negra, incrementando também uma ideia de subdesenvolvimento do estado de Santa Catarina que só seria revertido após a chegada dos imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos.

Não obstante, também foi possível perceber que a possibilidade de ação dos agentes históricos não se esgota. Geralmente, quando se fala em movimento abolicionista, no que se refere aos personagens negros, o que se tem é uma ênfase dada na atuação do indivíduo e de como esse personagem negro atuou de maneira isolada. Além de histórias como a de Dragão do Mar, temos também a de Luiz Gama, que foi escravo, abolicionista, advogado, poeta e jornalista, contemporâneo de Dragão do Mar, assim como também foi contemporâneo de Rebouças.

Essas pessoas não estavam sozinhas. Embora sejam excepcionais por ganharem notoriedade em um país escravista e racista, onde os negros estavam e ainda estão predominantemente na base da sociedade; estes abolicionistas estavam em plena sintonia

com as mudanças que estavam acontecendo naquele período e assim como outros personagens negros que não foram citados aqui, mais do que suas aspirações pessoais, a participação dessas pessoas no movimento abolicionista despertava o outro lado da sociedade que não tinham direito a ter voz e que por meio do movimento abolicionista, como em uma sessão de terapia em colocamos para fora, quase de uma única vez todos os nossos problemas, do simples jangadeiro até o advogado mais bem articulado, esse movimento significou a possibilidade de verdadeiras transformações sociais, como a divisão de terras defendida por Rebouças¹⁵.

Mas para estas ideias que buscavam mudanças era necessário silenciar pelo esquecimento ou pela transformação em excepcionalidade um dos verdadeiros problemas da nossa elite brasileira: a sua cordialidade com a desigualdade social e a sua descordialidade com aqueles que tentaram modificá-la.

Referências

A. Figueiredo. O Abolicionismo em Lages. **ABOLICIONISTA: Orgão Litterario e Noticioso dos Thyphographos da Regeneração** – Desterro – Rolo 12. 1885: n.16: 01 mar. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/Listas/letraA.html>>. Acesso em: 01 de julho de 2019.

ABREU, Martha; DANNTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe (Org.). **O Negro no Brasil: Trajetórias e lutas em dez aulas de história**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 77 - 78.

LIMA, Henrique Espada. Da escravidão à liberdade na Ilha de Santa Catarina, p. 197-224. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; Vidal, Joseane Zimmermann (Org.). **História Diversa: Africanos e Afrodescendentes em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

MACHADO, Humberto Fernandes. Intelectuais, imprensa e abolicionismo no Rio de Janeiro. In: **Associação Nacional de História – ANPUH: XXIV Simpósio Nacional de História**, 2007. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/29-snh24>> . Acesso em: 06 de jul. 2019.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos em Santa Catarina: Escravidão e Identidade Étnica (1750-1850), p.609 - 643. In: CAMPOS, Adriana Pereira; FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (Org). **Nas Rotas do**

¹⁵ (MACHADO, 2007, p. 8.)

Império: Eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória: EDUFES, 2006.

MILES, Tshombe. O escolhido: Dragão do Mar. **Revista Cadernos de Estudos e Pesquisas do Sertão, Quixadá**, v.1, n.1, jul. -dez. 2013, p. 51 – 60. Disponível em: <<http://seer.uece.br/?journal=cadernospesquisadosertao>> . Acesso em: 06 de jul. 2019.

SOARES, Iaponan. **Historiografia e Documentação sobre os escravos em Santa Catarina: As fontes do Arquivo Público do Estado.** 1988, p. 11 - 20. Disponível em <<https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/66>>. Acesso em: 06 de jul. 2019.

O Abolicionista – Orgão da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão. **Biblioteca Nacional Digital:** Hemeroteca, 2018. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-abolicionista-orgao-da-sociedade-brasileira-contr-a-escravidao/>>. Acesso em: 06 de jul. 2019.

Data de envio: 24 de junho de 2019

Data de aceite: 05 de fevereiro de 2020

Entre Feiticeiros e Curandeiros: A ancestralidade africana e a criminalização das práticas religiosas e de cura na Grande Florianópolis

Between Sorcerers and Healers: African ancestry and the criminalization of religious and healing practices in Grande Florianópolis

Kamilah Carriço Santos¹

Resumo:

Este artigo busca por explorar a espiritualidade, religiosidade e práticas de cura populares que já existiram na região da Grande Florianópolis, por meio da análise de um inquérito criminal do arquivo do Tribunal de Justiça de Florianópolis, na tentativa de compreender como se davam esses processos nos séculos XIX e XX. Percebendo a relevância dessa cultura popular, pode-se analisar a criminalização da mesma e como se articula com as questões raciais e sociais, além de reafirmar as heranças de populações que foram marginalizadas e legitimar a presença desses povos em território catarinense.

Palavras-Chave: Feitiçaria; Curandeirismo; Religião; Cultura africana; Grande Florianópolis.

Abstract:

This article seeks to explore the spirituality, religiosity and the practices of popular cure that have already existed in the region of "Great Florianópolis", through the analysis of a criminal investigation of the archive of Florianópolis Court of Justice, in an attempt to understand how these processes took place in the 19th and 20th centuries. Realizing the relevance of this popular culture, one can analyze its criminalization and how it articulates with racial and social issues, in addition to reaffirming the inheritance of populations that were marginalized and legitimize the presence of these people in Santa Catarina territory.

Keywords: Witchcraft; Traditional medicine; Religion; African culture; Great Florianópolis

Introdução:

A região da Grande Florianópolis é tomada pela crença e por uma mitologia própria que dá origem ao apelido carinhoso de Ilha da Magia, justificado pela forte presença de bruxas. Autoras como Sônia Maluf e Paola Zordan constroem seus estudos sobre bruxarias e feitiçarias através da figura feminina da bruxa^{2 3} e mesmo no imaginário popular o que consta é a personificação feminina da magia, uma visão que vem desde a perseguição às mulheres na Europa pela Santa Inquisição. O que acaba passando despercebido é que no Brasil, e mesmo em território catarinense, pela formação da população e suas origens diversas, a feitiçaria e a cura estão intimamente ligadas com a espiritualidade africana e como isso se desdobra em vários questionamentos de cunho social que refletem até a atualidade. O estado de Santa

¹ Bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: kami.23@hotmail.com

² MALUF, 1993, p.55-58.

³ ZORDAN, 2005, p.331.

Catarina, no geral, é apresentado como uma região branca de colonização européia e com narrativas que acabam por excluir e apagar as contribuições econômicas e culturais das populações não brancas, ou seja, das populações pretas, pardas, indígenas, mestiças e frutos de miscigenação. Neste artigo pretendo apontar como os descendentes de africanos exerciam a sua religiosidade mesmo em uma sociedade dominante branca e como essas práticas se difundiam no cotidiano popular, passando pela repressão pela religião oficial até chegar a criminalização por parte do aparelho repressivo do Estado.

As fontes utilizadas ao longo do artigo, analisadas e estudadas para formular tais questionamentos e problematizações resultam da pesquisa em queixas de crime de feitiçaria e curandeirismo na Grande Florianópolis, mais precisamente em Biguaçu e Florianópolis nos anos de 1868, disponível para pesquisa no arquivo do Tribunal de Justiça de Florianópolis. Além desses processos, será relevante o uso dos códigos penais do Império para traçar as transformações do poder estatal e coercitivo em relação às práticas religiosas e curativas das populações negras em diferentes temporalidades. Dessa forma, acredita-se que será possível entender comportamentos que levam até os dias atuais a marginalização da cultura negra brasileira e a hostilidade em relação à africanidade presente em seus costumes.

É importante salientar que ao trabalhar com documentos judiciais e policiais deve-se ter muito cuidado, são fontes históricas que requerem criticidade quando analisadas por serem produtos de atores históricos desiguais. As entrevistas e depoimentos passam pelo filtro do escrivão policial e as informações que se tem são as que a polícia deixa disponíveis, documentos estão suscetíveis a omissão de dados, falsificação de eventos, exagero dos atos acusados e embate de discursos.⁴ Ainda assim não se deve desconsiderar essas fontes, elas possuem sua própria validade dentro da historiografia ao nos dar acesso às questões de poder, criminalização e aspectos estruturais da sociedade, mesmo não nos dando um panorama completo visto que a realidade é sempre mais complexa do que faz parecer certas fontes. A materialidade histórica se faz necessária no processo científico mesmo ao analisar esse tipo específico de narrativa e discurso.⁵

Há um grande debate conceitual a respeito dos termos feitiçaria e bruxaria, alguns autores como Julio Caro Baroja consideram que a feitiçaria é um exercício individual da magia e a bruxaria seria a ação coletiva podendo envolver cultos. Já Robert Mandrou não as distingue, mas afirma a necessidade de um pacto demoníaco para ser caracterizado como feitiçaria.⁶

4 OLIVEIRA e SILVA, , 2005, p.245.

5 ROSEMBERG e SOUZA, 2009, p.160

6 SOUZA, 1995, p.154-155

Dentro dessas discussões ainda há uma série de categorizações que dizem que os curandeiros e benzedeiros se encaixam em uma espécie de magia branca e benéfica, enquanto quem praticava bruxaria e feitiçaria são estigmatizados na magia negra.⁷ Também se fala que o termo feitiçaria é uma imposição da visão europeia às práticas religiosas não brancas, o mais correto seria utilizar a palavra magia. Não há pretensão nenhuma em entrar nesse embate exaustivo, o que será analisado são todas essas práticas que eram mal vistas pela cultura dominante e eram generalizadas enquanto feitiçaria, práticas mágicas ou bruxaria.

Um famoso provérbio africano diz que "até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caçadas continuarão glorificando o caçador", é com esse objetivo que o artigo se concretiza ao evidenciar as raízes africanas que têm a Ilha da Magia e seus arredores, raízes as quais ainda tentam esconder para passar uma imagem elitizada e homogênea da população.

Antecedentes da feitiçaria e curandeirismo no Brasil colônia:

Desde o tempo em que Brasil ainda não era Brasil já pairava o clima sobrenatural no país, o que não passava de terras estrangeiras e inovadoras aos olhos dos colonizadores portugueses e já havia um impasse no imaginário europeu sobre o que seria esse Novo Mundo, será que é o paraíso na terra ou o próprio inferno que abriga criaturas monstruosas? Essa dualidade e contradição é muito bem explorada por Laura de Mello e Souza em seu livro *O Diabo e a Terra de Santa Cruz* em que ela se propõe a entender a herança cultural europeia, indígena e africana através de antigas tradições que se fazem presentes no Brasil até os dias atuais⁸. No início da colonização - nos séculos XVI e XVII - ainda não se tinha uma mescla cultural tão forte e os povos africanos que foram escravizados viam em sua espiritualidade um meio de fortificar e reforçar a sua própria subjetividade e identidade em meio às violências físicas e psicológicas que lhes eram impostas, entendendo que no início isso foi dificultado visto que eram muitas etnias e povos africanos diferentes e cada um tinha sua própria cultura. Ainda assim, isso era visto como uma ameaça às elites coloniais que tratavam de restringir as liberdades individuais dos escravizados já que ia contra o ideal cristão e europeu da época.⁹

A instituição oficial responsável por punir quem praticava feitiçarias, curas mágicas e adivinhações no século XVII era o Santo Ofício da Inquisição, que embora não tivesse um

7 SILVA, 2001, p.5-6

8 SOUZA, 1995, p.17.

9 Ibid., p. 15-17.

tribunal fixo nas colônias portuguesas, conseguia atuar por meio de seus agentes que poderiam ser pessoas comuns ou funcionários eclesiásticos que vinham para o Brasil com o objetivo de catequizar e abençoar as novas terras, medidas que visavam expurgar os males aqui encontrados.¹⁰ A Igreja vai ser uma força motriz na perseguição de quaisquer condutas que saíssem da normalidade ortodoxa cristã, o discurso era utilizado de modo a demonizar outras religiões e por consequência desumanizar os praticantes, isso também servia de justificativa dos colonizadores para a escravidão ao afirmar que os africanos não possuíam alma.

Os questionários feitos aos acusados de heresia eram demasiadamente intimidadores de forma que os supostos hereges acabavam admitindo que seus costumes eram feitiçarias. A estratégia dos inquisidores e seus cooperantes era pressionar a ponto de afetar o denunciado até o mesmo se confundir e soltar uma confissão, mesmo que falso esse depoimento já servia ao Clero.¹¹ Uma especificidade da catequização da colônia portuguesa em seu início - principalmente no século XVI - é o que se convencionou chamar de “catolicismo de família” em que a atuação religiosa era responsabilidade da família na casa grande. Era por meio dessas relações que o cristianismo era imposto de maneira informal aos escravizados para evitar que eles reproduzissem suas próprias culturas.¹²

Por conta das situações extremas em que os africanos viviam depois de terem sido arrancados de sua própria terra, sequestrados e vendidos, o que não pôde ser tirado deles foram suas crenças, religiosidade ou como os outros gostavam de depreciar “feitiçarias”. Essas práticas eram estratégias de resistência e sobrevivência em um contexto demasiadamente violento e caótico. Em uma sociedade que estava no meio dessas imposições do culto cristão, das manifestações indígenas e das diversas tradições africanas se fez inevitável uma aquarela sincrética cultural e religiosa¹³, em suas pesquisas Laura de Mello e Souza diz que:

Cultuava-se São Benedito, mas cultuava-se também Ogum, e batiam-se atabaques nos calundus da colônia: nas estruturas sociais que lhe foram impostas, os negros, através da religião, procuraram “nichos” em que pudessem desenvolver integradamente suas manifestações religiosas¹⁴

O curandeirismo brasileiro era notadamente africano e indígena, as doenças eram vistas como males do corpo e da alma e, portanto, ambos deveriam ser tratados direito. Existiam as curas feitas através de ervas medicinais, curas mágicas por meio do sobrenatural e ainda tinham os curandeiros que também praticavam feitiçaria, porém o aparelho coercitivo não diferenciava

10 MOREIRA, 2016, p.23;27

11 SILVA, 2001, p.4-5

12 SOUZA, 1995, p.87.

13 Ibid., p.94.

14 MOREIRA, 2016, p.23;27

as práticas entre si, todas acabavam sofrendo a mesma repressão. As ações curativas mais citadas são as de sopro e sucção, a segunda ainda mais interessante, pois haviam curandeiras que chupavam a cabeça de infantes para restaurar vitalidade da criança, em contraponto às bruxas retratadas por Franklin Caescaes em obras como *O Fantástico da Ilha de Santa Catarina*, onde esses atos bruxólicos sugam a vida da criança e matando-a.¹⁵

A partir do século XVIII ocorrem mudanças no panorama geral e o Estado passa a interferir mais nas questões religiosas, a Era Pombalina (1750 - 1777) e a época das luzes influenciam diretamente nas leis, na Igreja e na vivência popular. Marquês de Pombal, então primeiro ministro português, foi responsável por diversas reformas políticas, econômicas e sociais que visavam um desenvolvimento da nação portuguesa, seu desejo era deixar para trás a mentalidade “medieval” que ainda prendia Portugal ao passado e integrar o país ao progresso iluminista. Algumas dessas transformações se deram no Santo Ofício da Inquisição por meio de um Novo Regimento de 1775 que trocava o caráter das práticas mágicas e de feitiçaria. Esses atos não seriam mais considerados e julgados como crimes heréticos, visto que não há comprovação da eficácia dos pactos e dos rituais, seriam avaliados enquanto superstições e credices. A racionalidade fora trazida para o Tribunal que via agora essas obras não como sobrenaturais, mas como crimes de falsificação, enganação e trapaça às custas da população como tentativa de deslegitimar e enfraquecer essas práticas que eram populares.¹⁶

Religiosidade africana e a sociedade da Grande Florianópolis:

Os africanos e seus descendentes ocupavam a região litoral catarinense para trabalhar nos seus portos com o comércio ambulante, ainda como cativos ou então fazendo curas e feitiços em trabalhos precarizados e informais. Era bastante comum ver esse tipo de atividade acontecendo nos centros onde circulavam um grande número de pessoas. O cenário começa a se modificar a partir do momento em que a cidade vai se urbanizando, vão construindo cada vez mais edifícios e desenvolvendo os centros comerciais. A partir disso começa a surgir uma mentalidade que vê a necessidade de uma cidade mais limpa, higiênica e os sanitaristas aparecem para acusar os ambientes ocupados por africanos e seus descendentes de serem mais sujos e serem centros insalubres, de proliferação de doenças. Esse discurso higienista percorre parte do século XIX e XX em que as autoridades estão pensando em políticas de branqueamento

15 SOUZA, , 1995, p.166 e 169

16 MOREIRA, 2016, p.40 e 47.

e a limpeza que era falada não era apenas na questão de saúde, era uma questão racial e discriminatória.

O controle social mediado através da polícia restringia a ação até mesmo dos africanos já libertos, uma série de leis eram usadas para denunciar essas pessoas que agiam de acordo com as suas identidades e subjetividades, as quais não se encaixam dentro do padrão de civilidade que gostavam de propagar, a prática religiosa africana era vista como selvagem e violenta, um atraso para a sociedade da Grande Florianópolis. As religiões de matriz africana não eram apenas desmerecidas por serem cultura negra, eram também temidas pelas autoridades visto que os escravizados participavam dos rituais e havia uma grande insegurança em relação a insurreições dos cativos para se libertarem, o receio do aparelho repressivo sobre os feitiços e o medo das elites dominantes no geral eram denominadas de haitianismo, pois depois da Revolução e Independência do Haiti os escravagistas temiam qualquer reunião entre a população africana seja em locais privados ou públicos, visto que poderiam ascender o espírito de revolta nos escravizados.

A cultura africana desde a colônia foi sofrendo processos de sincretismo que foram responsáveis por dar formação a várias manifestações religiosas, entre elas as principais são o Candomblé que se origina do Calundu e se faz a partir de fortes relações da africanidade e do catolicismo com as irmandades negras, a Umbanda que é a junção de diversos elementos africanos, espíritas, indígenas e católicos e na região sul do Brasil ficou mais conhecido o Batuque, que era uma forma genérica de chamar as religiões afro-brasileiras que cultuavam os orixás. Essas adaptações culturais eram utilizadas pelo povo africano como estratégia para não se perder a ancestralidade da sua terra natal e como modo de sociabilidade entre os escravizados, os espaços em que eles conviviam era muito restrito, então o próprio trabalho e seus cultos são oportunidades de desenvolver o aspecto social no seu cotidiano.¹⁷

Apesar de não citar as práticas mágico-religiosas, o código criminal do Império diz em sua quarta parte no capítulo I das *Offensas* da religião, da moral e dos bons costumes: “Art. 276. Celebrar em casa, ou edifício, que tenha alguma fôrma exterior de Templo, ou publicamente em qualquer lugar, o culto de outra Religião, que não seja a do Estado.”¹⁸ Nesse artigo fica bem claro que não se permite nenhuma manifestação religiosa que não seja a oficial que representa o Estado, no caso a Igreja Católica. A criminalização da africanidade é feita de várias formas e essa violência segue sendo simbólica, material e estrutural.

17 SOUZA, 2009.

18 Informações coletadas do site <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/281-codigo-criminal> Acessado em 25/11/2018

Queixa de crime e a criminalização no Império:

A legislação penal do Império teve que ser transformada a pedido da Constituinte de 1824 em que foi decidido que deveriam ser feitos novos Códigos civis e criminais com base na “justiça e equidade”, assim, foi implantado apenas o código penal em 16 de dezembro de 1830 para substituir o código de leis português de 1603, o livro V das Ordenações Filipinas. Esse conjunto de normas foi complementado em 1832 e continuou vigente até a proclamação da República, sendo modificado apenas em 1890. As principais mudanças são no que diz respeito ao atraso e a mentalidade que regiam a antiga legislação, visto que era baseada em crenças oficiais e as bases para o crime eram castigos corporais violentos, a partir de 1830 passou a vigorar as penas prisionais cerceando a liberdade do indivíduo, os açoites foram mantidos apenas para os escravizados que infringissem a lei,¹⁹ a partir disso já podemos notar que o princípio de justiça e equidade ficou apenas no discurso e o aspecto racial continua sendo utilizado para distinção social e para um tratamento mais violento das medidas judiciais.

A queixa de crime achada nos arquivos de Florianópolis é datada de 1868 e localizada na subdelegacia de São Miguel (atual Biguaçu), ainda correspondente ao código de 1830 e relata uma denúncia acusando dois pretos libertos de nomes Francisco Cambinda e Joana de serem praticantes de “feitiçaria maléfica” se passando por “curadores”, que pode ser entendido por curandeiros. Nesse documento são apresentadas as entrevistas com as testemunhas em que elas denunciam o comportamento de Cambinda e ligando-o à práticas místicas, enquanto os acusados negam participação e o conhecimento de cura.²⁰ Essas narrativas se tornaram muito comuns nos séculos XIX e no começo do século XX, visto que não havia leis específicas sobre feitiçaria e curandeirismo, então o que as autoridades faziam era encaixar essas posturas consideradas “desviantes” em outros artigos do código penal ou do Código de Posturas da cidade.

O subdelegado atuante no caso, Francisco Gonçalves da Luz, ao se deparar com denúncia de feitiçaria alega que como o código é omissivo a tais práticas, o acusado poderia sofrer penas dos artigos 280, 295 do código penal, além de uma multa do artigo de 29 de setembro de 1851. Nesses artigos constam as seguintes informações:

¹⁹ Informações coletadas do site <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/281-codigo-criminal>
Acessado em 25/11/2018

²⁰ Queixa crime, FARIAS (denunciante) e CAMBINDA (denunciado), 1868.

Art. 280. Praticar qualquer acção, que na opinião publica seja considerada como evidentemente offensiva da moral, e bons costumes; sendo em lugar publico.

Penas - de prisão por dez a quarenta dias; e de multa correspondente á metade do tempo.

Art. 295. Não tomar qualquer pessoa uma occupação honesta, e util, de que passa subsistir, depois de advertido pelo Juiz de Paz, não tendo renda sufficiente.

Pena - de prisão com trabalho por oito a vinte e quatro dias.²¹

A religiosidade africana era vista com maus olhos pelas elites dominantes por todo o Império, essas leis representam o estigma sofrido pelos africanos e afrodescendentes que ao praticar seus rituais - sendo eles ligados a magia ou não - eram condenados como vadios, sua cultura era considerada offensiva à opinião pública e, portanto eram aplicadas às penalidades a essas situações que eram inofensivas. E a multa de 1851 diz respeito ao decreto de leis que executa a regulamentação da Junta de “*Hygiene Pública*”, apesar de no documento não estar citado o artigo específico, lendo inquérito e o conjunto de determinações do dia explicitado no relato dá para relacionar o caráter da denúncia com o conteúdo dos artigos, dois deles citam:

Art.25. Ninguem póde exercer a medicina, ou qualquer dos seus ramos , sem titulo conferido pelas Escolas de Medicina do Brasil , nem póde servir de perito perante as Autoridades .Judiciarias, ou Administrativas, ou passar certificados de molestia para qualquer fim que seja. Os infraetores incorrerão na multa de cem mil réis pela primeira . vez

Art. 46. Os indivíduos que sem ter diplomas que facultem o exercicio da medicina ou da pharmacia , e os digão telr , e effectivamente exercção algumas dessas profissões, incorrerão pela primeira vez na multa de duzentos mil réis, e nas reincidencias na mesma multa, e .quinze dias de cadêa , além das penas em que possão incorrer, segundo os Arts. 301 302 do Codigo Criminal.²²

A profissionalização seguida da regulamentarização da medicina representada na lei apenas reconhece algumas práticas enquanto conhecimento válido, os curandeiros eram bastante solicitados pelas camadas mais pobres da população e não eram apenas as populações africanas que iam atrás das curas, os relatos mostram que cidadãos brancos buscavam ajuda por meio de magia e cura também, tanto pelo acesso a médicos ser mais difícil e por ser caro, mas também porque a população acreditava nessas práticas populares e tinha identificação com essas pessoas que eram da vizinhança ou que tinham um maior contado do que um profissional que era desconhecido. Essa queixa crime é um dos exemplos em que o cidadão Aleixo foi atrás do preto Francisco Cambinda para pedir que curasse sua esposa adoecida, porém Cambinda negou saber curar e Aleixo insistiu de várias maneiras até pedir “que lhe visse algum outro preto

21 Código de Leis de 1830

22 Collecção de Leis de 1851.

curador” e em resposta deu o nome de um escravo chamado Manoel, isso foi relatado por outras testemunhas o que leva a crer que o povo africano que morava em Grande Florianópolis era conhecido por suas curas, magias e que mesmo sendo penalizados por isso continuavam exercendo a sua ancestralidade.²³

Considerações finais:

Apesar de todas as tentativas de apagamento físico e cultural na Grande Florianópolis, a cultura africana resistiu por todos esses anos e continua presente em uma das regiões principais do estado de Santa Catarina, seja através da memória que ainda é cultivada e registrada por meio de documentos e reafirmada por meio de pesquisas, ou através da continuidade dos cultos às religiões africanas. É necessário reconhecer a contribuição desses povos na formação cultural e econômica do estado catarinense e da região florianopolitana, que insiste em um discurso de branquitude que reconhece apenas as raízes europeias enquanto esconde suas raízes negras.

O processo crime analisado é apenas uma das fontes que expõe a realidade florianopolitana nesse período e que reflete até hoje, as leis do século XIX eram feitas para controle das populações africanas, de certa forma já havia um projeto de encarceramento desses corpos e que se utilizavam de desculpas pífias como a moral, os bons costumes, até mesmo a ciência para marginalizar e criminalizar essas pessoas, enquanto na verdade havia por parte das elites um medo profundo de insurreição das camadas mais precarizadas, porque mesmo os brancos procuravam as curas e as práticas populares, havia uma identificação até social apesar de a diferença racial ser definitiva na hora da punição e estruturalmente as pessoas negras terem mais obstáculos materiais para conseguir empregos e condições de vida.

A marginalização dessas populações sempre fora alimentada pela Igreja Católica e agora também por religiões pentecostais que se aproveitam das próprias crenças para demonizar a cultura africana, influenciando seus fiéis a serem intolerantes com outras práticas que fogem da ortodoxia católica. O histórico de discriminação é enorme e ainda se mantém nos dias de hoje, embora as leis que criminalizavam as práticas africanas já tenham sido retiradas de todos os códigos legislativos, os terreiros ainda são perseguidos a plena luz do dia e suas crenças continuam sendo desrespeitadas e demonizadas, parte disso vem de uma longa herança racista e colonial que usa esse discurso para inferiorizar as culturas afrobrasileiras e que fica

23 Queixa crime, FARIAS (denunciante) e CAMBINDA (denunciado), 1868.

impregnado na mentalidade as pessoas. É necessário trazer esse histórico para a superfície e positivar essas práticas populares e religiões de matriz africana para que não haja mais degradação e intolerância religiosa, a desinformação e a informação propositalmente alterada sobre isso ajuda a perpetuar essa mentalidade, assim como a estrutura racista do Estado apenas corrobora com a marginalização também.

O imaginário de Florianópolis é formado em grande parte pelas lendas bruxólicas de Franklin Cascaes que é muito reconhecido e contribui para o apelido Ilha da Magia. A figura feminina que é a representação dessa cultura é importante para a mitologia da cidade, no entanto os documentos também apontam que os povos negros escravizados e libertos eram praticantes de rituais mágico-religiosos, foram eles que ajudaram a população que não tinha condições de ter atendimentos médicos. A bruxaria sempre esteve ligada aos corpos que queriam ser livres e foram perseguidos por desejar essa liberdade, a tão falada magia dessa ilha tem ancestralidade africana.

Bibliografia:

MALUF, Sônia Weidner. **Encontros noturnos: bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

MOREIRA, João Antônio Damasceno. **FEITIÇARIA E ESCRAVIDÃO: as artes mágicas como mecanismo de resistência nas Minas Gerais (1700-1821)**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pósgraduação em História, da Universidade Federal de São João del-Rei, 2016.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de; SILVA, Virgínia Ferreira da. **Processos judiciais como fonte de dados: poder e interpretação**. Sociologias, Porto Alegre, ano 7, nº13, jan/jun 2005, p. 244-259.

ROSEMBERG, André; SOUZA, Luís Antônio Francisco. **Notas sobre o uso de documentos judiciais e policiais como fonte de pesquisa histórica**. Revista Patrimônio e Memória, UNESP - V.5, n.2, dez. 2009, p.159-173.

SANSI, Roger. **Feitiço e Fetiche no Atlântico moderno**. REVISTA DE ANTROPOLOGIA, SÃO PAULO, USP, 2008, V. 51 Nº 1.

SILVA, Nereida Soares Martins da. **A Feitiçaria entre o Oficial e o Popular: Crenças e Práticas Mágicas na América Portuguesa**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2001.

SILVA, Camila Vieira da. **Magia e Feitiçaria na Colônia: A Originalidade das práticas sincréticas**. Revista Historiador Número 04. Ano 04. Dezembro de 2011.

SOUZA, Juliana. **Etnia e religiosidade africana no século XIX**. 2009. Disponível em: <https://bahia2ucsal.wordpress.com/temas/religiosidade/irmandade-da-boa-morte/> Acessado em: 26/11/18.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ZORDAN, Paola. **Bruxas: figuras de poder**. Estudos Feministas, v. 13, n. 2 , p. 331-341, maio/ago. 2005.

Fontes:

Ação: Queixa crime. Partes: Aleixo Antônio de Farias (denunciante) e Francisco Cambinda (denunciado). Obs: feitiçaria, curandeirismo, escravo liberto, Cabinda, Rebolo. 1868. Comarca de São Miguel/Biguaçu.

Código criminal do Império do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm Acessado em: 26/11/2018

Data de envio: 06 de novembro de 2019

Data de aceite: 2 de fevereiro de 2020

Disputas políticas e discursos moralizadores em torno da construção do primeiro mercado público de Desterro¹

Lívia Lourenço Matoso Galveias²

Resumo: A comercialização de alimentos na atual Praça XV em Florianópolis foi, antes da metade do século XIX, motivo para discussões, colaborando para a gestação dos partidos Liberal e Conservador em Santa Catarina. As condições de higiene das barraquinhas e a condição social de vendedores e frequentadores justificaram a necessidade da edificação de um mercado público para facilitar a regulação da compra e venda de produtos. Interesses econômicos, junto com argumentos estéticos e higiênicos e questões raciais dividiram opiniões contra ou a favor da construção do edifício do Mercado Público na praça matriz da capital.

Palavras chave: Primeiro Mercado Público; Teorias higienistas; Relações raciais; Grupos políticos.

Abstract: During the 19th century, the commercialization of food products at Florianópolis' main square was cause for heated discussions and contributed to the gestation of the liberal and conservative parties in Santa Catarina. The hygienic condition of stalls and the social background of vendors and regulars were reasons to build a public market, to regulate the purchase and sale of products. Economic interests, along with aesthetic and hygienic arguments, and racial issues divided opinions against and in favor of a public market in the capital's main square.

Key-words: First Public Market; Hygienist theories; Racial relations; Political groups.

Introdução

O objetivo deste artigo é conhecer melhor as dinâmicas e as tensões sociais relacionadas com a comercialização de alimentos na povoação de Desterro, atual região central de Florianópolis, principalmente na década que precedeu a inauguração do primeiro mercado público da cidade, em 1851. Ao mesmo tempo, o artigo pretende fazer uma articulação com o contexto político da época, pois a questão da localização das barraquinhas do mercado foi um dos catalizadores da formação dos dois primeiros partidos políticos de Santa Catarina. A condição social e racial dos escravizados e libertos, particularmente daqueles que se dedicavam

¹ Fonte de financiamento: Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-História UFSC).

² Bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: galveiaslivia@gmail.com.

a atividades de comércio de alimentos, é também um elemento fundamental para entender o contexto em que o mercado público surgiu.

Desterro foi, desde pelo menos o século XVIII, um importante centro administrativo da região sul, para além de aquartelamento militar. Durante o século XIX houve uma grande expansão do comércio na região. No que se refere aos produtos alimentícios, houve uma intensificação de trocas no entorno da ilha de Santa Catarina, com o progressivo estabelecimento de colônias povoadas por pessoas de origem europeia, cujos excedentes eram levados ao mercado da capital para serem vendidos. As trocas comerciais com outras regiões do país e do mundo também se intensificaram. O principal produto alimentar exportado do porto de Desterro era farinha de mandioca, que se destinava principalmente aos mercados das regiões Sudeste e Nordeste do país, e diversas empresas de comércio geral de atacado e varejo foram se estabelecendo na povoação. As principais atividades que geravam riqueza, em Desterro, eram aquelas ligadas ao porto e ao comércio de pessoas escravizadas³.

Na Desterro do século XIX havia uma grande concentração de renda, embora não tão considerável quanto no Rio de Janeiro⁴. Muitos dos comerciantes que se destacavam financeira e socialmente desempenhavam funções políticas. O poder público dependia frequentemente de financiamentos privados para a realização de obras e melhoramentos. A iniciativa privada era o grande motor da economia, mas as instituições públicas tinham um papel importante na regulamentação da vida social.

Nas últimas duas décadas do século XVIII e nas duas primeiras do XIX assistiu-se à chegada de um grande contingente de cativos à Ilha de Santa Catarina⁵. Esse fenômeno se deu por conta da crescente inserção da região no mercado de abastecimento de alimentos, que era controlado, principalmente, por empreendimentos comerciais situados no Rio de Janeiro. A maioria das pessoas escravizadas foi destinada ao desempenho de atividades agrícolas, no entanto um número considerável de cativos, além de libertos, desempenhava diversas funções no ambiente urbano. Na metade do século, mais especificamente em 1855, a população de escravizados em Desterro era de 1436 pessoas, sendo que a população total era de 5611 habitantes, o que significa que mais de 25% da população da vila era constituída por cativos⁶.

³ BILÉSSIMO (2008).

⁴ BILÉSSIMO (2008).

⁵ MAMIGONIAN (1999).

⁶ POPINIGIS (2013).

O artigo baseia-se em uma revisão bibliográfica, nos discursos do governador Antero Ferreira de Brito e na análise de legislação e de periódicos referentes ao período estudado. A primeira parte do artigo trata da descrição das divergências que opunham os que pretendiam que a feira permanecesse na praça central e aqueles que defendiam a sua transferência para outro local. Seguidamente, o artigo procura entender as dinâmicas do funcionamento do mercado público, já depois de o edifício destinado a essa função estar concluído, e a forma como essas dinâmicas refletiam as tensões sociais e raciais presentes na época. A crescente repressão a escravizados e libertos, concretizada na legislação, dificultava a livre circulação da população negra nos espaços públicos e mesmo seus festejos e lazer ficaram cada vez mais comprometidos ao longo da primeira metade do oitocentos.

Divergências acerca da localização da feira na Praça do Palácio

O comércio de gêneros alimentícios na Praça do Palácio, em Desterro, acontecia pelo menos desde finais do século XVIII. Ali, junto à praia, eram improvisadas barracas ou esteiras para a venda de alimentos, além da circulação de pombeiros⁷ e quitadeiras com tabuleiros, vendendo frutas, produtos hortícolas, comida pronta e doces, entre outros produtos. O pescado era vendido em cima de canoas. O historiador Oswaldo Cabral referiu que, no ano de 1796, o movimento comercial das lojas importadoras era muito superior ao das 44 casas de secos e molhados, o que indica um fenômeno considerável de venda exercido por trabalhadores e trabalhadoras ambulantes, pois uma parte desses produtos era comercializada fora dos estabelecimentos comerciais⁸.

Na primeira metade do século XIX as questões que se referiam às condições de comercialização dos alimentos vendidos naquele local ganharam uma crescente visibilidade, à medida que surgiam novas preocupações relacionadas com a estética e a limpeza dos espaços públicos, influenciadas pelas teorias higienistas que vinham adquirindo uma crescente influência no Brasil. Essas correntes higienistas se desenvolveram na Europa, a partir de finais do século XVIII, quando se assistiu a uma recuperação das ideias de Hipócrates, cuja obra *Ares*,

⁷ De acordo com SOUZA (2017), em julho de 1850, a Câmara Municipal de Desterro definiu os pombeiros como sendo pessoas que compravam produtos comestíveis sem pagar imposto (geralmente aos próprios produtores) para revenderem de forma ambulante, pagando um imposto à administração municipal para ficar autorizado a desempenhar essa atividade.

⁸ POPINIGIS (2013).

água e lugares relacionava a saúde com as condições ambientais, no sentido da transformação dos espaços públicos de forma a se minimizar o risco de doenças e epidemias⁹. Reduzir o lixo, escoar as águas estagnadas e facilitar o arejamento dos espaços interiores e exteriores eram algumas das medidas recomendadas. O objetivo principal era o de conter os miasmas, que seriam os maus ares e fluidos que originariam as doenças. A reforma urbana da Baixa de Lisboa, promovida pelo futuro Marquês de Pombal após o terramoto de 1755, foi influenciada por Ribeiro Sanches, que defendia ideias higienistas¹⁰. Outra reforma que se originou dessas ideias foi a da cidade de Paris, cujas transformações começaram ainda na primeira metade do século XIX (antes das reformas supervisionadas pelo Barão Haussmann, que viriam a modificar estruturalmente aquela cidade, a partir de meados desse século)¹¹.

Paralelamente às teorias higienistas, tomou forma uma teoria social da doença que associava as más condições de higiene não só às condições naturais, mas também com outros aspectos, tais como pobreza, condições insalubres de moradia, falta de moralidade e outros fatores sociais e econômicos. Isso foi gerando, ao longo do século XIX, uma confluência entre o pensamento médico e o planejamento urbano, promovendo também um crescente processo de controle de comportamentos. Os indivíduos em situação de vulnerabilidade social representavam uma ameaça à higiene pública, em virtude das deficientes condições de vida¹².

As mudanças legislativas refletiram as inquietações originadas das teorias higienistas e impuseram maiores rigores aos espaços públicos. A Lei de 1º de outubro de 1828, no seu artigo 66, parágrafo 10, regulou o funcionamento de feiras e mercados da seguinte forma:

Proverão igualmente sobre a commodidade das feiras, e mercados, abastança, e salubridade de todos os mantimentos, e outros objectos expostos á venda publica, tendo balança de ver o peso, e padrões de todos os pesos, e medidas para se regularem as aferições; e sobre quanto possa favorecer a agricultura, commercio, e indústria dos seus districtos, abstendo-se absolutamente de taxar os preços dos generos, ou de lhes pôr outras restricções á ampla, liberdade, que compete a seus donos.¹³

⁹ As ideias relacionando a saúde com as condições ambientais se fizeram presentes em diversos momentos desde a Antiguidade até ao século XVIII, mas foi no final desse século que as teorias higienistas se popularizaram, procurando refletir sobre uma nova realidade: as aglomerações de trabalhadores nas cidades e a poluição das fábricas, que se somavam às imundícies originadas nos espaços domésticos, agravando as condições ambientais das cidades. (Chemin, 2020).

¹⁰ Oliveira **et al.** (2012)

¹¹ PESAVENTO (1999)

¹² COSTA (2013, p. 57)

¹³ A Lei de 1º de outubro de 1828 dispunha sobre o formato e as atribuições das Câmaras Municipais e também sobre os Juizes de Paz. Regulava, entre muitos outros aspectos, as estradas, os estabelecimentos educativos, a vacinação ou os espetáculos em espaço público. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-1-10-1828.htm. Acesso em 10 de fevereiro de 2020.

Mapa: Área central de Desterro, século XIX. Elaborado no ArcGIS pela autora.

O primeiro grupo era liderado por João Pinto da Luz, que era proprietário de um estabelecimento comercial situado no início da Rua Augusta (atual João Pinto), muito perto da Praça do Palácio. A grande circulação de pessoas que acorria às barraquinhas trazia bastante movimento às lojas situadas nas imediações da praça, concentradas principalmente na Rua Augusta, especializada em estabelecimentos de atacado ou “grosso trato” e na Rua do Príncipe (atual Felipe Schmidt), dedicada sobretudo ao comércio de varejo, ou “retalhista”. O grupo dos “barraquistas” deu posteriormente origem ao Partido Conservador.

O segundo grupo era liderado por Jerônimo Coelho, militar de carreira que esteve envolvido na criação do primeiro jornal de Santa Catarina, *O Catharinense*, bem como na formação da primeira Loja Maçônica de Concórdia e na Sociedade Patriótica de Santa Catarina. Esta última promovia a articulação entre os ideais de nacionalismo e de modernização. Havia uma presença considerável de judeus ou cripto-judeus¹⁶ nas esferas comercial e política de Desterro, que também participavam nas lojas maçônicas da cidade.¹⁷ Este grupo defendia ações modernizadoras, que incluíam o embelezamento e melhoramentos da cidade, em consonância com os valores higienistas então em voga na Europa e na capital do Império¹⁸. Os “vinagristas” viriam, algum tempo depois, a dar origem ao Partido Liberal.

Durante a gestão de Antero Ferreira de Brito, que esteve na presidência da Província entre 1840 e 1849, foram executadas diversas obras na praça matriz, incluindo a reforma da Catedral, a criação de jardins e a plantação de árvores, que tornavam a visão da praça mais agradável. Também foi na sua gestão que foi elaborado um plano de embelezamento ao longo da linha do mar, que incluía um grande aterro, praças e cais e que não chegou a ser executado¹⁹. Para além das preocupações estéticas, o governador também se manifestou de forma eloquente sobre questões relacionadas com higiene e saúde pública. Em relação às vacinas, escreveu em relatório datado de 1º de março de 1841:

¹⁶ Os cripto-judeus eram aqueles que praticavam a religião judaica secretamente (MACHADO e NEVES, 2016).

¹⁷ MACHADO e NEVES (2016).

¹⁸ PEDRO (1995).

¹⁹ Este plano é descrito por MAMIGONIAN (1999).

Diversos tem sido os meios propostos e adoptados para obrigar os Pais a vaccinarem seus filhos, e os senhores seus escravos, mas nem hum, que eu saiba, com bom resultado na prática. Quanto a mim, quisera que esta operação fosse santificada como o merece; que a vaccina fosse aplicada áo innocente, em acto sucessivo ao do baptismo, fazendo, por assim dizer, parte integrante do sacramento; que nenhum Paracho o desse sem que estivesse presente o vaccinador, sendo obrigado a não dar por completo o acto sem estar praticada a operação, mencionando-a no assento do baptismo. Parecerá desparatada a ideia; mas talvez que só assim se consiga desagueirrar-se huma preocupação que tão fatal ha sido á humanidade.²⁰

A Praça do Palácio era o ponto nevrálgico de Desterro, com diversos edifícios públicos junto à Igreja Matriz. Mais cedo, no dia 23 de janeiro desse mesmo ano, Ferreira de Brito havia lido um texto escrito pelo sanitarista José da Silva Mafra aos membros da Assembleia da Província, referente às condições sanitárias que prejudicavam a praça central da cidade:

(...) Outro princípio de desleixo de polícia médica é a condução à hora do dia dos materiais fecais dos presos da cadeia, conduzidos em vasos de paus destampados, atravessando a praça pública desta cidade, a despejar-se na praia, onde aportarão as canoas com os mantimentos que vêm vender ao público, atolando-se o povo nas imundices que ainda se acham depositadas na mesma praia quando vão comprar os misteres para suas casas. Além destes e de outros desleixos de polícia médica, acresce a venda de peixe podre, carne malsã (...).²¹

Também no seu discurso à Assembleia Provincial no dia 1º de março de 1842, o mesmo governador declarou a sua preocupação com os enterros dentro das igrejas:

Sabido é, Senhores, que desde Abril do anno passado, além de bexigas, e de muitas e diversas doenças cutâneas, se desenvolveu nesta Capital e seu termo, huma de character maligno, e epidemico, que os Facultativos denominarão – febre cerebral -, a qual tendo desaparecido em meio do inverno, tornou a manifestar-se no principio do verão, posto que com muito menos intensidade, e hoje ja se não sentem os seus efeitos. Logo que o mal appareceu, fiz activar a execução de todas

²⁰ BRASIL, SANTA CATARINA. Presidente da Província (1840-1849 – Antero Ferreira de Brito). **Falla que o Presidente da Provincia, o Brigadeiro Antero José Ferreira de Brito dirigio à Assembleia Legislativa da mesma Província na abertura de sua sessão ordinaria em o 1º de Março de 1841.** Desterro, 1 mar. 1841. Typographia Provincial. Disponível em <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/revistas/relatorios%20govenos%20sc/1841.pdf> . Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

²¹ Citado por MESQUITA (2013, p. 21).

as medidas hygienicas determinadas na Legislação Municipal, mas progredindo ele de huma maneira assustadora, consultei os Professores sobre os meios de salubridade que conviria empregar em tão calamitosa occurrencia, e hum dos que me apontarão como devendo ser o mais efficaz, foi o de fazer-se cessar immediatamente o abuso dos enterros nas Igrejas, onde já não se podia entrar por causa das exhalaçoes pútridas que n'ellas se inspiravão, e que derramando-se por toda a Cidade lhe augmentavão a infecção.²²

A questão da condição social dos escravizados se constituiu como um elemento importante nas discussões políticas que se prolongaram pela década de 40 do século XIX. Em 1844, foi proibida a entrada de escravos destinados a serem comercializados em Santa Catarina, sendo que os pretos livres e os libertos nascidos no Brasil que viessem de outras províncias teriam que comprovar estar livres de crime e possuir meios de subsistência ou domínio de um ofício²³. O governador Antero Ferreira de Brito, em discurso na Assembleia Provincial de Santa Catarina, no dia 1º de março de 1848, sugeriu acabar com o imposto de 5\$000 reis cobrado pela saída de cada escravo de Santa Catarina e conceder um prêmio de 10\$000 reis por cada cativo vendido para fora do Estado, com o intuito de estimular a saída de escravizados do território catarinense e assim diminuir o seu número em Santa Catarina. O seu discurso se caracterizou pela associação entre escravizados, imoralidade e violência:

Convem tambem que acabe o imposto de 5\$000 reis sobre cada escravo que sahe da Provincia, e que tem rendido 50\$000 annuaes: eu proporia o premio de 10\$000 reis para o proprietario de cada escravo que fosse vendido para fora da Provincia para cá nunca mais voltar; e se voltar, pagar quem o conduzir 200\$ de multa (...). Senhores, a escravatura da Provincia ainda alcança a 14:000 individuos: se se não póde, não se quer, ou ainda não he tempo de acabar com ella, he porém licito, e como medida preventiva de salvação, pór-lhe pêas para que não augmente, e principalmente com facinorosos, matadores, embriagados e ladroens, que para aqui mandam de toda a parte. Tremo pelo Brazil enquanto houver hum escravo!²⁴

²² BRASIL, SANTA CATARINA. Presidente da Província (1840-1849 – Antero Ferreira de Brito). **Falla que o Presidente da Provincia de Santa Catharina, o Marechal de Campo Graduado Antero José Ferreira de Brito dirigio à Assembleia Legislativa da mesma Província na abertura da sua sessão ordinaria em o 1º de Março de 1842.** Desterro, 1 mar. 1842. Typographia Provincial. Disponível em <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/revistas/relatorios%20govenos%20sc/1842.pdf> . Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

²³ GARCIA (2006, p. 60)

²⁴ BRASIL, SANTA CATARINA. Presidente da Província (1840-1849 – Antero Ferreira de Brito). **Falla, que o Presidente da Provincia de Santa Catharina , o Marechal de Campo Graduado Antero José Ferreira de Brito**

A visita do Imperador Dom Pedro II e da Imperatriz Dona Thereza Christina a Desterro, em 1845, motivou a transferência das barraquinhas para perto da Ponte do Vinagre. Os fatores acima descritos (a preocupação com as questões estéticas, assim como com a higiene e a condição social e racial de muitos frequentadores do mercado) foram determinantes para que essa mudança acontecesse. O casal imperial permaneceu na região por 27 dias, visitando diversos locais. Em 1846, após o seu regresso à Corte, os barraquistas solicitaram o regresso das barraquinhas à Praça do Palácio, reunindo 62 pessoas em um abaixo-assinado. A reação dos vinagristas não se fez esperar; logo em seguida reuniram 144 assinaturas pedindo que as barraquinhas permanecessem na região da ponte do Vinagre.²⁵

Em abril de 1846, o Presidente da Província decidiu proibir a venda de gêneros na praça matriz:

Tendo-se tornado bastante richosa a questão sobre o lugar do mercado público desta cidade (...), d'ora em diante fica livre a todos os que tiverem seus gêneros a expor a venda, de o poderem fazer onde lhes aprouver, e lhes seja conveniente exceto na Praça do Palácio.²⁶

A determinação causou uma reação tal que, dez dias após a proibição, Ferreira de Brito voltou atrás na sua decisão²⁷.

Em 1847, os conservadores conseguiram uma vantagem em relação aos seus oponentes: o seu escolhido, o bacharel Joaquim Augusto do Livramento, foi eleito para representante da província na Assembleia Nacional, na contramão dos resultados nas restantes províncias, onde os liberais conseguiram uma maioria de vitórias. Mesmo não podendo votar, o apoio aos conservadores por parte de libertos e escravizados pode ter se constituído como fator determinante para essa vitória²⁸. No mesmo ano, a Câmara Municipal solicitou ao Presidente da Província a aprovação da construção de três barracões na Praça do Palácio. Antero Ferreira de Brito recusou, tendo a Câmara reagido com insatisfação a essa recusa. Então o

dirigio à Assembleia Legislativa da mesma Província no Acto da abertura de sua sessão ordinaria em o 1º de Março de 1848. Desterro, 1 mar. 1848. Typographia Provincial. Disponível em <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/revistas/relatorios%20govenos%20sc/1848.pdf>. Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

²⁵ PEDRO (1995).

²⁶ Registro do Presidente da Província à Câmara Municipal, em 20/04/1846. (citado por VEIGA, 1993, p. 197).

²⁷ Registro do Presidente da Província à Câmara Municipal, em 30/04/1846. (VEIGA, 1993, p. 197).

²⁸ POPINIGIS e LIMA (sem data).

governo provincial aceitou a construção de um edifício na praça da matriz desde que o plano da edificação fosse sugerido por essa entidade, que também iria pagar pela obra.

No ano seguinte, a Assembleia Provincial aprovou uma lei que autorizava a construção do edifício do mercado com recursos do tesouro da Província. Depois de diversas dificuldades, como o custo mais alto das obras de construção do edifício, que motivou a paralisação dos trabalhos, e após uma loteria que não teve os resultados esperados, a Assembleia Provincial autorizou, em 1850, o governo estadual a contrair um empréstimo para que as obras pudessem ser concluídas.

O mercado público e suas dinâmicas

Figura 2



Fonte: litografia atribuída a Joseph Brüggemann²⁹, com vista sobre o primeiro edifício do mercado público de Desterro, a praia adjacente e o trapiche de desembarque de passageiros. Nela se veem vendedores ambulantes, carregadores e compradores.

O prédio do Mercado foi inaugurado no dia 6 de janeiro de 1851 e as chaves transferidas do Governo Provincial para o Municipal. O edifício ficava situado abaixo da atual Praça XV, onde atualmente se situa a Praça Fernando Machado, perto do mar. As vendas tiveram início

²⁹ Este artista realizou diversas obras que retratam vistas diferentes sobre a vila de Desterro. Imagem e resumo da descrição: acervo online do Projeto Santa Afro Catarina. Disponível em http://santaafrocatarina.sites.ufsc.br/santaafrocatarina/?secao=acervo&i=112_1. Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

no dia 10 do mesmo mês. Diversos particulares emprestaram dinheiro sem prêmio, quantia que foi liquidada em 1853. O custo total superou em três vezes a quantia orçada inicialmente. O edifício era térreo, com formato retangular, e apresentava uma porta em cada uma das suas quatro fachadas. Tinha um pátio interno aberto, com um poço no centro. Por dentro era dividida em 12 casinhas, cada uma com paredes divisórias, porta e janela³⁰. Estes compartimentos eram alugados somente para pessoas livres. Também havia espaços em vãos, junto aos pilares. Cada um desses pequenos espaços poderia ser alugado por até duas pessoas, que dividiam o aluguel entre si. Os vãos poderiam ser alugados também a cativos, desde que tivessem uma licença escrita do seu senhor autorizando. O mercado tinha quatro bancas destinadas à venda de carne e peixe. Os vendedores de gêneros alimentícios, excetuando a carne e o peixe, poderiam negociar os seus produtos no pátio central, sendo que nesse local não havia espaços reservados: os primeiros a chegar escolhiam o lugar.

Muitas pessoas eram proprietárias dos então denominados “escravos de ganho” ou “pretos de ganho” e, nesse contexto, um dos tratos entre senhor e escravizado consistia em que este último passasse uma quantia para o seu senhor e ficasse com o restante para si. Alguns escravizados conseguiam acumular uma renda que lhes possibilitava comprar a própria alforria. Muitos cativos e libertos participaram ativamente nos processos de comercialização dos produtos, dentro e fora do espaço do mercado como comerciantes, quitandeiras, pombeiros e mascates ou como compradores, a mando de seus senhores, no caso dos escravos.³¹

O pátio central do mercado estava reservado aos lavradores, mas desde o início se tornou evidente que o espaço era insuficiente para acolher a todos, de modo que muitos continuavam vendendo os seus gêneros no lado de fora do mercado. Os lavradores podiam vender, em exclusivo, até às 9 horas da manhã. Era o denominado “descanso”. Depois dessa hora os produtos poderiam ser adquiridos por pombeiros, que os iam vender pelas ruas, de porta em porta. Os lavradores estavam proibidos de vender carne verde (fresca), peixe, lenha e carvão.³²

³⁰ De acordo com Murilha e Salgado (2011), o mesmo tipo de arquitetura, de mercado fechado com pátio interno aberto (inspirado no átrio romano), com átrio envolto por arcadas, foi utilizado em outros mercados públicos construídos no Brasil desde as primeiras décadas do século XIX, a exemplo do Mercado da Candelária, no Rio de Janeiro, que foi edificado em 1834 e que, segundo os autores, poderá ter servido de modelo a outros mercados públicos no Brasil. O tamanho do edifício era proporcional ao tamanho de cada povoação. Posteriormente, se tornou mais comum um tipo de edificação coberto em que o ferro era um importante elemento da estrutura e decoração.

³¹ PENNA (2005)

³² PEDRO (1995)

O artigo 35 do Código de Posturas da Câmara Municipal, de 1845, proibia os escravos e os vadios de permanecer muito tempo em espaços de venda. O artigo 41 também continha restrições à liberdade de circulação dos cativos com quitanda, que não poderiam permanecer nas ruas e praças após o toque de recolher, estando sujeitos a multas ou a uma pena de prisão. Quanto ao regulamento interno do mercado, este continha 74 artigos, dentre os quais a proibição da circulação de mendigos e de pretos de ganho dentro do edifício (Artigo 52) e a restrição do tempo de permanência dos escravos limitado ao necessário para efetuar as suas compras (Artigo 53)³³.

Os ajuntamentos para festas, batucadas e outros momentos de convívio da população negra, em espaço público, eram reprimidos. O Decreto Nº 10 da Assembleia Provincial, de 1832, determinava em seu artigo 1º "Fica proibido, depois de anoitecer, todo o ajuntamento nas praças, ruas e estradas de quatro ou mais escravos, ou libertos Africanos, sós, ou promiscuamente."³⁴ A vagabundagem, que também era alvo de punição, não se referia apenas a pessoas sem atividade, mas sobretudo a trabalhadores com ocupações temporárias ou autônomas e também a quem não dispunha de moradia certa. Os cativos estavam proibidos de alugar casa e, em alguns casos, a moradia não era providenciada aos escravizados pelos seus senhores.³⁵

A repressão, que se encontrava expressa em leis, códigos e decretos se originava, também, do receio em relação a possíveis rebeliões da população escravizada, que ocorreram em diversos outros lugares no Brasil e no mundo.

As casinhas no interior do mercado nunca chegaram a ficar disponíveis a libertos nem a mulheres. A exceção foi uma forra, Joanna Prates, que já havia alugado o espaço de um vão junto com uma outra liberta, e que conseguiu alugar a casinha nº 3 entre agosto de 1855 e julho de 1856. Foi a locatária que pagou o preço mais alto no leilão e teve que desembolsar o preço máximo estabelecido. A partir daí, não renovou mais o contrato; uma hipótese que Popinigis³⁶

³³ Regulamento para Praça do Mercado da Cidade de Desterro da Província de Santa Catarina. Sessão da Câmara Municipal da Cidade de Desterro em 21/12/1850. Disponível em http://santaafrocatarina.sites.ufsc.br/santaafrocatarina/?secao=acervo&i=114_1. Acesso em 16 de Abril de 2020.

³⁴ CENTRO DE MEMÓRIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Ofícios 1835-1848**. Decreto Nº 10 de 24/04/1835. Doc. 3, p. 13-14. Disponível em http://santaafrocatarina.sites.ufsc.br/santaafrocatarina/?secao=acervo&i=113_1. Acesso em 16 de abril de 2020.

³⁵ PEDRO (1995).

³⁶ POPINIGIS (2013, p. 163-164).

coloca é a de que Joanna conseguiu fazer a locação, inicialmente, devido à desconfiança inicial que se gerou em relação à viabilidade financeira dos espaços dentro do mercado. Quando os responsáveis pelos aluguéis se certificaram de que eram rentáveis, a procura por esses espaços aumentou e a seleção passou a ser mais rigorosa.

Poucos dias após a inauguração do mercado público já se começaram a ouvir queixas, devido à falta de higiene no interior do edifício e ao pouco respeito para com as exigências ditadas pelo regulamento interno do mercado. Em um artigo de opinião assinado por um “observador” na seção de *Correspondencia* do jornal *O Novo Íris*, são alvo de críticas alguns aspectos relacionados com o funcionamento do novo mercado:

Anciozo esperava a conclusao da Praça do Mercado, e que tivesse lugar a sua abertura para visital-a, observar o que se n’ela pratica, e patentear ao publico o que de menos bom tivesse visto. Com effeito ha dias fui visital-a, e não pude comprimir o prazer que senti vendo satisfeta uma das muitas necessidades publicas d’esta Capital. Não me fartava de percorrel-a, e observal-a; e nisto consumi uma boa parte da manhã: tal era o meu contentamento!

Observei porém que as paredes das casas (ou bancas), em que se recolhe e vende a carne, já estão ficando sujas de sangue, o que, além de indecente e nauseante, vem a tornar-se uma fonte perenne de despesas, por que, para tornar as paredes aceiadas, ha de ser necessario picar a caliça de tempos em tempos para por-lhes novo reboque. Nos poucos lugares por onde tenho passado, e em que ha bôa policia, tenho visto nas casas de venda de carnes, ou açougues, as paredes forradas com pano, posto todos os dias lavado e bem alvo (...).³⁷

Nos parágrafos seguintes, o “observador” relatou ter ouvido de um amigo que o proprietário de uma das bancas se tinha gabado por ter conseguido uma licença para vender cerveja, sendo que o regulamento interno do mercado proibia a venda de bebidas espirituosas dentro do edifício, qualquer que fosse a sua composição.

Presença nos espaços públicos: festa como resistência e como protagonismo

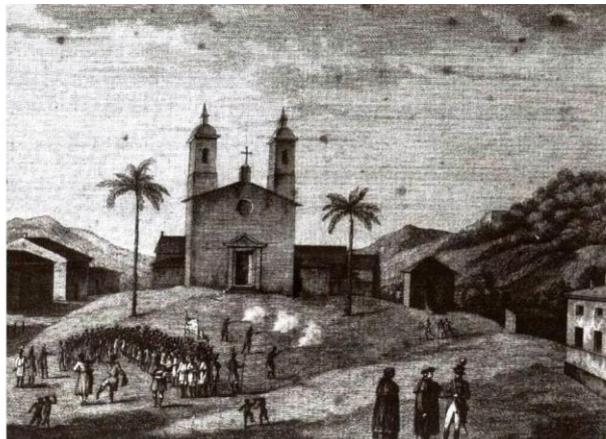
Apesar das dificuldades, a vida da população negra não se resumia ao trabalho. Escravizados e libertos estabeleciam relações familiares, de amizade, de compadrio e de

³⁷ ANÔNIMO. Carta ao Editor. *O Novo Íris: Jornal Político, Literario, Industrial e Mercantil*, Desterro, Nº 91, p. 4. 28 jan. 1851.

solidariedade e se reuniam para partilhar momentos religiosos e de lazer. Os batuques eram manifestações culturais e religiosas, em que escravizados e libertos dançavam ao som de tambores e outros instrumentos.

Um dos festejos mais significativos era o da Coroação do Rei e da Rainha, organizada pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e dos Homens Pretos. Essa festa acontecia uma vez por ano, na época de Natal. Um homem e uma mulher eram escolhidos pela Irmandade para serem coroados. Em dezembro de 1815, o artista Louis Choris, que integrava uma expedição russa, descreveu as suas observações acerca da época festiva marcada pela presença da população negra:

Os negros africanos não trabalham aos domingos. Durante as festas de fim de ano, gozam de uma liberdade quase ilimitada. Eles se reúnem em grupos de dez a vinte; seus senhores os vestem de seda com ornamentos bizarros que consistem em plumas, fitas e pequenos espelhos (...). (Apud SILVA, 2013, 118-119)



Fonte: Wilhelm Gottlieb von Tilesius von Tilenau³⁸. *Festa de Negros na Ilha de Santa Catarina*, 2003.

As expressões culturais e religiosas da população negra foram sendo crescentemente reprimidas ao longo da primeira metade do século XIX, assim como a restrição à sua circulação pelos espaços públicos. As crescentes dificuldades em conseguir autorização para realizar a

³⁸ Von Tilenau, naturalista alemão, integrava uma expedição russa que aportou em Desterro no dia 23 de dezembro de 1803. A imagem mostra um desfile, com a Catedral ao fundo. Um casal parece estar em posição de dança. A salva de tiros mostra que havia uma anuência por parte das autoridades em relação à festa. (SILVA, 2013)

festa da Coroação do Rei e da Rainha ditaram o fim deste evento em Desterro, tal como aconteceu em outros lugares do Brasil. A última coroação ocorreu em 1844. No ano seguinte, o artigo 38 do Código de Posturas proibiu os festejos, bem como os batuques “Ficção proibidos d’aqui em adiante, os ajuntamentos de escravos, ou libertos para formarem batuques; bem como os que tiverem por objectos os supostos reinados africanos, que por festas costumão fazer”. (Apud SILVA, 2009, 45)

Observações finais

As primeiras críticas aquando da abertura do mercado podem nos levar a um questionamento acerca da eficácia do edifício de mercado público como garantidor de maior higiene e como regulador do teor dos produtos vendidos. Essa tinha sido uma das justificativas para a construção do edifício, no entanto podemos admitir a possibilidade de que as restrições destinadas a evitar a circulação de frequentadores indesejáveis seria mais fácil em um espaço delimitado por uma construção fechada. Vimos que a origem social e racial era uma preocupação dos grupos mais influentes de Desterro e que havia sido motivo constante de discussões na década anterior à construção do mercado. O código de posturas e o regulamento do mercado referem explicitamente essas restrições, demonstrando que o edifício do mercado possibilitava um maior controle dos frequentadores nesse espaço de comércio.

Outra questão que pode ser levantada é a da possibilidade de as restrições impostas serem uma tentativa de diminuir o comércio ambulante, que era muitas vezes desempenhado por homens e mulheres negros que, com essa atividade podiam sustentar as suas famílias, comprar a própria alforria e a de familiares e amigos e possuir alguma autonomia em relação aos seus senhores, caso fossem cativos.

A questão racial, que se articula com questões de gênero, esteve presente nas dinâmicas de comercialização presentes na Praça do Palácio, no centro nevrálgico de Desterro, durante a primeira metade do século XIX. Essa questão influenciou as discussões que opuseram barraquistas e vinagristas, sobre a localização das barraquinhas e do edifício do mercado, resultando numa condenação moralizadora sobre os modos de vida da população negra, tendo também um impacto que resultou na restrição da permanência e da livre circulação de cativos e mesmo de libertos dentro do espaço do mercado. As manifestações culturais e religiosas da população negra, bem como a sua participação na vida econômica de Desterro, se constituíram como formas de resistência e protagonismo no espaço urbano.

As divergências em relação à localização do edifício do mercado na praça do Palácio foram sintomáticas da crescente preocupação com a presença da população negra nos espaços públicos centrais de Desterro. Argumentos estéticos e higienistas, influenciados por ideias vindas da Europa ao longo da primeira metade do século XIX foram utilizados para justificar a exclusão dos indivíduos que não se adequavam aos novos padrões de civilidade. Os espaços públicos mais centrais da cidade deveriam refletir os novos valores, na visão daqueles que defendiam esses argumentos. As elites de Desterro não chegaram a um consenso em relação a essa perspectiva de modernidade aplicada à localização do edifício do mercado.

Fontes

ANÔNIMO. Carta ao Editor. **O Novo Íris: Jornal Político, Literário, Industrial e Mercantil**, Desterro, Nº 91, p. 4. 28 jan. 1851.

BRASIL. Lei de 1º de outubro de 1828. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-1-10-1828.htm. Acesso em 10 de fevereiro de 2020.

BRASIL, SANTA CATARINA. Presidente da Província (1840-1849 – Antero Ferreira de Brito). **Falla que o Presidente da Provincia, o Brigadeiro Antero José Ferreira de Brito dirigio à Assembleia Legislativa da mesma Província na abertura de sua sessão ordinaria em o 1º de Março de 1841**. Desterro, 1 mar. 1841. Typographia Provincial.

Disponível em <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/revistas/relatorios%20govenos%20sc/1841.pdf> . Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

BRASIL, SANTA CATARINA. Presidente da Província (1840-1849 – Antero Ferreira de Brito). **Falla que o Presidente da Provincia de Santa Catharina, o Marechal de Campo Graduado Antero José Ferreira de Brito dirigio à Assembleia Legislativa da mesma Província na abertura da sua sessão ordinaria em o 1º de Março de 1842**. Desterro, 1 mar. 1842. Typographia Provincial. Disponível em <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/revistas/relatorios%20govenos%20sc/1842.pdf> . Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

BRASIL, SANTA CATARINA. Presidente da Província (1840-1849 – Antero Ferreira de Brito). **Falla, que o Presidente da Provincia de Santa Catharina , o Marechal de Campo Graduado Antero José Ferreira de Brito dirigio à Assembleia Legislativa da mesma Província no Acto da abertura de sua sessão ordinaria em o 1º de Março de 1848.** Desterro, 1 mar. 1848. Typographia Provincial. Disponível em <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/revistas/relatorios%20govenos%20sc/1848.pdf> . Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

Litografia atribuída a Joseph Brüggemann, retirado do acervo online do **Projeto Santa Afro Catarina**. Disponível em http://santaafrocatarina.sites.ufsc.br/santaafrocatarina/?secao=acervo&i=112_1 . Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

Regulamento para Praça do Mercado da Cidade de Desterro da Província de Santa Catarina. Sessão da Câmara Municipal da Cidade de Desterro em 21/12/1850. Disponível em http://santaafrocatarina.sites.ufsc.br/santaafrocatarina/?secao=acervo&i=114_1 . Acesso em 16 de abril de 2020.

Bibliografia

BILÉSSIMO, Angelo Renato. **Entre a praça e o porto:** grandes fortunas nos inventários Post Mortem em Desterro (1860-1880). Itajaí: UDESC; Casa Aberta, 2008.

CABRAL, Oswaldo R. **Nossa Senhora do Desterro:** Memória. Volume II. Florianópolis: Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina. 1972.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Negros em Florianópolis:** relações sociais e econômicas. Florianópolis: Insular, 2000.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. Em busca de um fantasma: as populações de origem africana em Desterro, Florianópolis, de 1860 a 1888. **PADÊ:** estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos. Brasília. UniCEUB, FACJS, Vol. 2, N. 1. 2007. Disponível em <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/pade/article/view/143/132> , Acesso em 10 de fevereiro de 2020.

CHEMIN, Anne. A pandemia será capaz de desalienar as cidades?. Outras Palavras, 2020. Disponível em <https://outraspalavras.net/outrasmidias/a-pandemia-sera-capaz-de-desalienar-as-cidades/>. Acesso em 23 de junho de 2020.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. O discurso higienista definindo a cidade (the hygienist discourse defining the citie). *Mercator*, v. 12, n. 29, p. 51-67, Fortaleza, nov., 2013. ISSN 1984-2201. Disponível em <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1226>>. Acesso em 15 de julho de 2020.

GARCIA, Carla Lanner. **Emanações perniciosas, moralidade corrosiva:** os desdobramentos do discurso científico no centro urbano de Nossa Senhora do Desterro. (1831-1864). Dissertação (Mestrado em História), UFSC, 2006. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/88274/235279.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 15 de julho de 2020.

HUBENER, Laura Machado. **O comércio da cidade de Desterro no século XIX.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1981.

LIMA, Débora. **Ilha de Santa Catarina:** desenvolvimento urbano e meio ambiente. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

MACHADO, Gabriel Simon; NEVES, Larissa. Presença judaica em Santa Catarina: os embates políticos entre o Partido Judeu e o Partido Cristão na Ilha do Desterro. **Revista Santa Catarina em História.** Vol. 10. N. 2., p. 46-56, Florianópolis, 2016. Disponível em <http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/1861/1116>. Acesso em 2 de abril de 2020.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Em nome da beleza, comodidade e benefício público: um projeto de intervenção urbana para Desterro na metade do século XIX. **Geosul.** Vol. 14, N. 28, P. 179-188, Florianópolis, 1999. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/15337/13924>. Acesso em 2 de abril de 2020.

MESQUITA, Ricardo Moreira. **Mercado:** do mané ao turista. Florianópolis: Ed. do autor. 2002.

MURILHA, Douglas; SALGADO, Ivone. A arquitetura dos mercados públicos: tipos, modelos e referências projetuais. **Arquitextos.** 138.02, Ano 12, sem numeração de páginas, São Paulo,

nov. 2012. Disponível em <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.138/4113>
Acesso em 10 de fevereiro de 2020.

OLIVEIRA, Francisco; OLIVEIRA, Jorge; PATRÍCIO, Manuel. (Coord.) **Espaços e paisagens**: Antiguidade clássica e heranças contemporâneas. Volume III (História, Arqueologia e Arte). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. Disponível em <http://rdpc.uevora.pt/bitstream/10174/2624/1/Espa%C3%A7os%20e%20Paisagens.%20Antiguidade%20Cl%C3%A1ssica%20e%20Heran%C3%A7as%20Contempor%C3%A2neas..pdf> . Acesso em 15 de maio.

PEDRO, Joana. **Nas tramas entre o público e o privado**: a imprensa de Desterro no século XIX. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

PENNA, Clemente G. **Escravidão, liberdade e os arranjos de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão (1850-1888)**. Dissertação (Mestrado em História), UFSC, 2005. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/101610/213255.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em 23 de junho

PESAVENTO, Sandra J. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano - Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

POPINIGIS, Fabiane. "Aos pés dos pretos e pretas quitadeiras": Experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro Mercado Público de Desterro (Florianópolis) e seus arredores 1840-1890. **Afro-Ásia**. Nº 46. , p. 193-226, Salvador, 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0002-05912012000200006, Acesso em 8 de dezembro de 2019.

POPINIGIS, Fabiane. Africanos e descendentes na história do primeiro mercado público de Desterro. In: MAMIGONIAN, Beatriz G., VIDAL, Joseane Z.. **História diversa**: africanos e afrodescendentes na ilha de Santa Catarina. Florianópolis, Editora da UFSC, 2013.

POPINIGIS, Fabiane; LIMA, Henrique Espada. **Lugares de memória dos trabalhadores**. #16. Mercado público de Desterro (Florianópolis-SC). LEHMT, Rio de Janeiro, sem data. Disponível em <https://lehmt.org/2019/11/28/lugares-de-memoria-dos-trabalhadores-16-mercado-publico-de-desterro-florianopolis-sc-fabiane-popinigris-e-henrique-espada-lima/> . Acesso em 5 de agosto de 2020.

SILVA, Jaime J. S. **Sons que ecoavam no passado: as festas de origem africana em Desterro na primeira metade do século XIX**. Monografia (Graduação em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, p. 20. 2009. Disponível em https://bgmamigo.paginas.ufsc.br/files/2011/02/TCC_Jaime_Silva_Festas_de_africanos.pdf Acesso em 5 de agosto de 2020.

SILVA, Jaime J. S. Entre a diversão e as proibições: as festas de escravos e libertos na Ilha de Santa Catarina. In MAMIGONIAN, Beatriz G.; VIDAL, Joseane Z. **História Diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2013. cap. 5.

SILVA, Nivaldo J. **À descoberta do Mercado Público**. Florianópolis: Associação dos Comerciantes e Varejistas do Mercado Público de Florianópolis, 1996.

SOUZA, Adriana M. **Práticas de cura: saberes de africanos e afro-brasileiros em Desterro (SC) na segunda metade do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História Social), PUC, São Paulo, 2017. Disponível em <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/20798/2/Adriana%20Maria%20de%20Souza.pdf> . Acesso em 28 de maio de 2020.

VEIGA, Eliane V. da. **Florianópolis: Memória Urbana**. Florianópolis: Editora da UFSC e Fundação Franklin Cascaes, 1993.

O Jornal e a Campanha de Nacionalização em Santa Catarina (1930-1945)

The newspaper and the Nationalization Campaign in Santa Catarina (1930-1945)

Yan Amadeus Pflieger¹

Resumo: Nacionalização foi um tema que permeou todo o período entre 1930 a 1945, no qual Getúlio Vargas aplicou severas restrições aos estrangeiros em território nacional com o objetivo da unificação do Brasil em torno do sentimento nacional. O presente artigo procura observar, através da análise de jornais do período entre 1938 a 1942, a importância dos jornais na Nacionalização do Brasil, na legitimação das medidas nacionalizadoras desempenhadas por Vargas e Nereu Ramos no Brasil e mais especificamente no estado de Santa Catarina, procurando compreender a repercussão destes meios em nível local, e observando os aspectos da Campanha de Nacionalização que não foram apresentados pela imprensa.

Palavras-chave: Campanha de Nacionalização; Getúlio Vargas; Nereu Ramos; Perigo Alemão.

Abstract: Nationalization was a theme that permeated all the period between 1930 and 1945, in which Getúlio Vargas made several restrictions to foreigners in national territory for promote the Brazil's unification through national feelings. This article intends to observe, through the analysis of newspapers between 1938 and 1942, the importance of newspapers in Brazil's Nationalization, in legitimation of nationalization measures undertaken by Vargas and Nereu Ramos in Brazil and more especific in Santa Catarina, seeking to understand about the repercussion of this media in local level, and observing Nationalization Campaign aspects don't showed by media.

Keywords: Nationalization Campaign; Getúlio Vargas; Nereu Ramos; German Danger.

O primeiro período de poder de Getúlio Vargas em toda a sua duração (1930-1945) fez uso de métodos de controle e repressão para suprimir qualquer tipo de incidência contrária ao governo e suas determinações, dentro desse contexto o controle e o uso das mais diversas formas de propaganda foram cruciais para a manutenção do poder ditatorial de Vargas e foram suporte para a implementação da “Campanha de Nacionalização” (1937) que em Santa Catarina foi bastante expressiva.²A partir disto, os jornais que circulavam em Santa Catarina na época tiveram um importante papel no fortalecimento da nacionalização e na figura de Vargas, exaltando positivamente a missão em busca da brasilidade, ao passo que ocultavam os detalhes da mesma.

Segundo Denise Zago, o anseio de criar uma identidade nacional no Brasil surge já no século XIX com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838 ainda no

¹ Graduando em História pela Universidade Federal Santa Catarina. Email: yana.plg@hotmail.com

² PEREIRA, 2004, p.24-31.

Brasil Império e na década de 1920 esse anseio ainda se manifesta através de dois marcos: o Movimento Tenentista e a Semana de Arte Moderna.³

Portanto as questões nacionalistas não surgem com Getúlio Vargas, inclusive a Nacionalização do Ensino é um tema em questão e surge em Santa Catarina por volta de 1911 com o Decreto n.º 585 de 19 de Abril⁴, e é um tema que aparece em jornais de Santa Catarina antes do período Vargas, apresentando informações sobre a Nacionalização do Ensino, embora nem sempre de forma positiva, como no Jornal Correio do Povo de 1921 onde aparece uma extensa reclamação sobre um certo descaso com a questão da Nacionalização do Ensino como algo que é abandonado e retomado esporadicamente⁵.

Porém a questão do Nacionalismo toma novas proporções no governo Vargas⁶, pois desde os primeiros anos do governo provisório de Vargas foram realizados esforços para manter a ordem social de acordo com o projeto político do governo, através da criação da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS) em janeiro de 1933 com a função de controlar qualquer comportamento político contrário ao governo⁷, e ao lado disto Vargas também buscava a centralização do aparelho administrativo do Estado, como medida para diminuir o poder regional e subordinar todos os governos estaduais ao Governo Federal foi criado o Sistema de Interventorias para as quais Vargas designaria pessoalmente os interventores atuantes⁸, em Santa Catarina o Interventor Nereu Ramos foi um importante agente da política de Vargas e da Campanha de Nacionalização⁹.

A centralização política não foi suficiente para solucionar por completo a questão do regionalismo no Brasil, era necessário um elemento unificador da Nação em volta de uma causa comum o “inimigo da nação”, construído a partir do contexto conflituoso interno do país que continha diversos pontos de tensão como a Revolução Constitucionalista de 1932, a Ação Integralista Brasileira criada em 1932, a Aliança Nacional Libertadora surgida em 1934, as intencionalistas Comunista e Integralista, respectivamente de 1935 e 1938¹⁰, como aponta Pereira “o rápido crescimento da Aliança Nacional Libertadora justificou a promulgação, em 4 de abril de

³ ZAGO, 2007, p.70.

⁴ PEREIRA, 2004, p.81.

⁵ *QUESTÃO SEM FIM: Orestes Guimarães e a Nacionalização do Ensino. Correio do Povo*, Santa Catarina, ano 3, n. 33, p. 1, 17 de dezembro de 1921. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=886440&Pesq=Nacionalização%20do%20Ensino&pagfis=179>>

⁶ ZAGO, 2007, p.70.

⁷ PEREIRA, 2004, p.24-25.

⁸ ZAGO, 2007, p.74.

⁹ *Ibid.*, p.101.

¹⁰ ZAGO, 2007, p.75-77.

1935, da Lei de Segurança Nacional, que definia crimes contra a ordem política social”¹¹ a autora ainda continua destacando que a Intentona Comunista em novembro de 1935 causou uma intensificação na repressão contra aliados ou possíveis aliados de comunistas, sejam estes do PCB (Partido Comunista Brasileiro) ou do comunismo exterior, tendo culminado numa emenda constitucional e na decretação de estado de guerra em território nacional ocorrendo busca domiciliares e prisões de suspeitos, quadro que viria a se intensificar com o Estado Novo em 1937 que somando-se à Intentona Integralista de 1938 e ao quadro internacional da Segunda Guerra Mundial resultaria na perseguição e condenação de toda e qualquer “ideologia estrangeira”, sendo assim, integralistas, comunistas e opositores do governo foram perseguidos de forma implacável¹², o “Inimigo em Comum” que servirá para exaltar a nacionalidade será o “Estrangeiro” e em Santa Catarina o “Inimigo Estrangeiro” em maior evidência era o Alemão.

Antes de entrarmos na questão Alemã dentro do estado de Santa Catarina, é interessante observar as questões econômicas entre Brasil e Alemanha no período entre 1930 e 1942. Durante a década de 1930 há um grande interesse em volta do mercado latino-americano e a partir disto os países puderam realizar acordos para receber benefícios econômicos, manobra a qual o Governo Vargas conseguiu realizar muito bem através de um “jogo-duplo” para receber vantagens provenientes tanto dos EUA quanto da Alemanha, durante esse período a Alemanha paulatinamente cresceu em importância comercial com o Brasil chegando a passar os EUA em 1938 e tornar-se o principal fornecedor do Brasil.¹³ Conforme Marlene de Fáveri, a Alemanha crescendo em importância comercial no Brasil descontentava os EUA que tinha anseios de criar um sistema de poder na América Latina, para isto foram realizadas diversas exigências solicitadas pelo Brasil que conseguiu importante avanço nos primeiros estágios de sua industrialização, porém com o desenrolar da Segunda Guerra Mundial a pressão estadunidense para o rompimento de relações comerciais com os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) o que acaba ocorrendo em janeiro de 1942 e pouco tempo depois, no mesmo ano, o Brasil declara guerra à Alemanha e entra na Segunda Guerra Mundial, a autora conclui que a entrada do Brasil na guerra se dá mais por motivos econômicos do que por motivos ideológicos ou políticos.¹⁴

Enquanto as relações econômicas iam relativamente bem com a Alemanha, pelo menos até 1942, Pereira¹⁵ aponta que o grande número de colônias alemãs no estado de Santa Catarina chamava a atenção e preocupava o governo, desde de 1917 os imigrantes alemães e seus

¹¹ Pereira, 2004, p.25.

¹² Ibd, p.25-26.

¹³ ZAGO, 2007, p.71-72.

¹⁴ FÁVERI, 2009, p.94-96.

¹⁵ PEREIRA, 2004, p.26.

descendentes sofrem com limitações e monitoramento com a Portaria n.º 80 de novembro deste ano, pela qual os alemães e seus descendentes necessitavam apresentar-se em alguma Delegacia de Polícia para preencher um cadastro e assim receber um “Salvo-Conduto” que deveria ser carregado com o indivíduo sempre, e a partir dos dados coletados foi criado um registro para se ter controle quantos alemães viviam no estado e diversas informações pessoais destes, além disto a portaria ainda proibia os alemães de residirem em locais que fossem considerados “prejudiciais aos interesses nacionais”¹⁶. As pretensões de nacionalização do Brasil encontram nos núcleos de vivência dos alemães, italianos e seus descendentes um grande problema pois, segundo Zago:

Esses núcleos, geralmente localizados em áreas relativamente isoladas, preservavam a cultura da Pátria mãe, principalmente os alemães, uma vez que não tinham assistência do governo brasileiro, não se sentiam cidadãos brasileiros. Mantinham contato com o local de origem, recebiam ajuda do governo alemão, comunicavam-se na língua pátria, liam jornais e revistas em alemão, continuavam a praticar cultos religiosos na língua alemã, preservando assim, a herança germânica¹⁷

De acordo com Pereira, era forte a presença de núcleos ligados a Hitler espalhados pelo estado de Santa Catarina, a autora cita que “tomando-se como base o Censo de 1940, dos 10.791 alemães natos, 10.000 assinaram a lista de adesão”¹⁸ ao partido nazista em Santa Catarina. Pereira ainda continua, citando Lara Ribas, apontando que a “Liga Escolar de Santa Catarina” era um importante mecanismo de difusão dos ideais hitleristas, pois obedecia à “Organização do Exterior” do “Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães” e o plano de ensino era aplicado pela “Liga Nazista de Professores”, eram mais de trezentas escolas dentro dessa estrutura que faziam a educação de crianças através de um programa nazista.¹⁹

A partir do Estado Novo (1937) a nacionalização se torna um assunto de máxima importância e tem como foco de agência as Escolas,²⁰ e logo em 1938 Vargas cria diversos decretos que ficam reconhecidos como “Leis Nacionalizadoras” e que tratam de regulamentar e criminalizar uma série de práticas de estrangeiros como a proibição de organizar-se politicamente e formar grupos ou entidades, além de controlar sua entrada e permanência no país, o quadro da Campanha de Nacionalização desempenhada pelo Estado Novo afetou mais intensamente as colônias alemãs e teve o ápice de sua repressão a partir de 1942 quando o Brasil

¹⁶ PEREIRA, 2004. P.27.

¹⁷ ZAGO, 2007, p.79.

¹⁸ PEREIRA, 2004, p.27.

¹⁹ LARA RIBAS, 1943, p.53. *apud* PEREIRA, 2004, p.28.

²⁰ PEREIRA, 2004, p.31.

entrou em estado de guerra contra a Alemanha.²¹ As perseguições passam a ocorrer de uma forma que qualquer delação resultava punição e só depois há a verificação da realidade da “infração”²². As medidas de repressão, como evidenciado por Denise Zago ao analisar a Campanha de Nacionalização em Videira, eram variadas e instauravam o medo naqueles que fossem de origem alemã ou italiana, padres eram substituídos se fossem estrangeiros, escolas e templos podiam ser fechados se fossem pegos infringindo alguma norma,²³ casas eram invadidas para serem revistadas com o fim de retirar rádios, armas, livros em alemão, inscrições e pinturas que poderia ser queimados logo em seguida,²⁴ em meio a este clima de perseguição aos imigrantes, como mencionado já anteriormente, qualquer denúncia resultaria em prisão e em seguida na averiguação do delito, em busca de espiões e apoiadores do eixo, dependendo da gravidade do delito o indivíduo poderia ser enviado para prisões fora do estado ou até mesmo campos de concentração²⁵. Bastante expressivo sobre a atmosfera de medo instaurada nesse período onde são apresentados relatos orais das prisões, revista das casas, apreensão dos rádios, livros em alemão e a proibição do uso da língua é o documentário “Sem Palavras” de Kátia Klock²⁶ onde são entrevistados vários descendentes de alemão sobre o período da Campanha de Nacionalização, onde inclusive são feitos relatos que evidenciam que a propaganda da Campanha surtiu efeito na criação do “Perigo Alemão” no imaginário comum, pois os entrevistados relatam que os próprios vizinhos ficavam à espreita para denunciar o uso do rádio ou da língua alemã, alguns dos entrevistados também relembram sobre o medo de linchamento ou da tortura como a prática de fazer os alemães ditos “traidores da pátria” ingerirem óleo.

Desde o início de seu governo, Vargas tem uma relação muito íntima com os meios de propaganda e em especial os Jornais, logo no início do governo provisório já aplica censura aos meios de comunicação e criou em 1931 o Departamento Oficial de Propaganda que ao longo de seu governo tornando-se em Departamento nacional de Propaganda e Difusão Cultural em 1934 e depois Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1937, o DIP foi um importante órgão de controle e censura de publicações contrárias aos governo, a Imprensa a

²¹ ZAGO, 2007, p.82-84.

²² PEREIRA, 2004, p.34.

²³ Denise Zago relata o caso do pastor Alfredo Hoffman que cuidava de um templo-escola, ele foi pego ministrando um culto em alemão, o templo-escola foi fechado e o pastor ficou preso entre o período de 1943-1945. (ZAGO, 2007, p.99)

²⁴ ZAGO, 2007, p.114.

²⁵ FÁVERI, 2009, p. 106.

²⁶ Sem Palavras. Direção de Kátia Klock, 51 min, 2009. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=2WMUGVvRdQA&feature=emb_title>

partir de 1937 passa a ser “serviço de utilidade pública” sendo obrigada a publicar comunicados do governo.²⁷

A intenção de Getúlio Vargas era a de criar um sentimento nacional, sendo assim a partir das noções do surgimento de Nacionalismo postas por Benedict Anderson em seu livro “Comunidades Imaginadas”,²⁸ o jornal, e as impressões num geral, tem importância central nesse objetivo, pois segundo o autor o ritual cotidiano da leitura das notícias ajuda a criar um sentimento de “Comunidade Imaginada Invisível” a partir do processo em que o indivíduo lê informações em um jornal que ele tem noção da existência de vários iguais ao seu redor sendo lidos simultaneamente, obtendo as mesmas informações e na mesma língua, ele não conhece singularmente cada um desses sujeitos que compartilham deste ritual com ele, porém ele tem a noção, o sentimento, de que ele e os outros sujeitos que estão lendo as páginas daquele mesmo jornal pertencem a um mesmo grupo, que se delimita através de outros aspectos como a língua utilizada e local geograficamente delimitado, visto que por mais que um jornal trate de todas as notícias do mundo, ele só irá circular dentro de um espaço físico específico, portanto se um dos aspectos necessários para a criação do sentimento nacional, apontado por Anderson, é a circulação de um jornal em uma mesma língua dentro de um território específico, as medidas de proibição das línguas estrangeiras, como o alemão e o italiano, e publicações utilizando estas, adotadas por Vargas em seu anseio nacionalizador nos parece bastante acertada, embora não moralmente e eticamente corretas, mas a possibilidade de existência de várias “Comunidades Imaginadas” dentro do território nacional, através dos jornais em línguas estrangeiras, eram um grande problema para o objetivo de Vargas, segundo Anderson o surgimento e a consolidação, através da imprensa,²⁹ das línguas vernáculas específicas dentro de um determinado território faz parte do surgimento das “Nações Modernas”,³⁰ e geralmente isso significava o sufocamento e abandono de alguns vernáculos em prol de outros que serviriam para o surgimento das Nações de língua singular, no Brasil, por se tratar um país colonizado por outras “Comunidades Imaginadas”, somado à sua dimensão territorial que fazia com que essas comunidades, segundo Zago³¹ como já citado anteriormente, ficassem distantes e alheias ao resto da nação, ocasionou que o vernáculo que era identificado com aquilo que se entendia por “brasileiro” não se difundisse á todo o território nacional, pois essas comunidades, ou núcleos para ser fiel à Zago, recebiam apoio e tinham uma ligação maior com a Alemanha, portanto a Campanha de

²⁷ PEREIRA, 2004. p.39.

²⁸ ANDERSON, 2008, p.68-69.

²⁹ Imprensa enquanto publicações em geral.

³⁰ ANDERSON, 2008.

³¹ ZAGO, 2007, p.79.

Nacionalização precisou, antes de implementar e difundir a língua brasileira, lidar com as línguas já estabilizadas naquelas comunidades e para isto utilizou-se da repressão como vimos nas páginas anteriores.

Através do DIP o governo Vargas fez uso dos diversos meios de comunicação para propagandear legitimando e positivando o governo e suas realizações, como a Campanha de Nacionalização³², segundo Alessandra da Mota Mathyas,³³ a forma como as notícias são selecionadas e escritas pelos responsáveis dos jornais levam o leitor a concluir aquilo que quem escreveu o jornal quer, a autora ainda cita Ana Paula Goulart Ribeiro que ao apontar a parcialidade existentes nos registros, inclusive dos jornais, destaca que “a forma como determinado fato é relatado acaba tornando-se mais importante que o fato em si”,³⁴ portanto ao ler uma matéria de jornal sou levado a refletir mais sobre a intencionalidade, o objetivo por trás dela e aquilo que ela não fala do que propriamente pelo conteúdo de fato, exercício realizado tendo em mente que a imprensa “sugere e condiciona atitudes, além de ser formadora de opinião”,³⁵ com essas considerações em mente, a leitura dos jornais que tratam da Campanha de Nacionalização formam um imaginário de que esta é perfeitamente benéfica à Nação, além de informações diretas e simples sobre o andamento da Campanha de Nacionalização³⁶ ou da visita de algum agente da nacionalização, traz matérias de exaltação à Campanha, como na segunda página do jornal A Notícia de 7 de Junho de 1938³⁷ onde há uma matéria exaltando os feitos patrióticos do General Meira de Vasconcellos que teria em um ato de verdadeiro patriotismo teria feito “substituir todos os diretores de sociedades estrangeiras, ainda não nacionalizadas, por officiaes do nosso Exercito.” ainda neste mesmo jornal se encontram duas páginas, a primeira e a segundam significativamente preenchidas com uma matéria que tem por objetivo exaltar a figura de Nereu Ramos pela inauguração de um posto de saúde, matéria que não deixou de expressar sentimentos patrióticos, mesmo que de forma rápida,³⁸ e também no

³² PEREIRA, 2004, p.42.

³³ MATHYAS, 2007, p.26.

³⁴ RIBEIRO, 2007, p.31.

³⁵ PEREIRA, 2004, p.38.

³⁶ Em alguns jornais aparecem informações sobre algum avanço na campanha de nacionalização, como neste jornal de 1938 onde se noticia sobre o avanço em se ter sermões em português. (PRIMEIRO, SERMÕES EM PORTUGUÊS. O Estado, Santa Catarina, Ano 25, n. 7.738, p.1, 11 de agosto de 1939. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=884120&Pesq=Campanha%20de%20Nacionalizaçã&pagfis=40105>>)

³⁷ NACIONALIZAÇÃO DE VERDADE. A Notícia, Santa Catarina, Ano 17, n. 2.902, p.2, 7 de junho de 1938. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=843709&Pesq=Campanha%20de%20Nacionalizaçã&pagfis=16550>>.

³⁸ REALIZAÇÃO QUE HONRA E ENALTECE UMA ADMINISTRAÇÃO. A Notícia, Santa Catarina, Ano 17, n. 2.902, p.1-2, 7 de junho de 1938. Disponível em:

jornal O Estado de 9 de Maio de 1938³⁹ no qual com o título “Extirpando o Mal” noticia o afastamento de um professor por ministrar aulas em língua estrangeira e que a escola seria ocupada e transformada numa escola estadual ou municipal pelo fato dos alunos que ali aprendiam mal sabiam falar o português, essas matérias no jornal serviam como, além de fonte de informação sobre a Campanha de Nacionalização, forma de criar no imaginário popular a ideia da dualidade entre os Bem Feitores da Pátria e os “traidores e inimigos”, em Santa Catarina mais identificados na imagem do “Perigo Alemão”,⁴⁰ ao mesmo tempo que apresentavam Getúlio Vargas e Nereu Ramos como figuras ilustres benfeitores da nacionalização, podemos perceber o resultado dessa estratégia através da análise da autora Denise Zago sobre o imaginário popular referente a estas duas figuras, transformando ambos em figuras contraditórias no ambiente popular, Getúlio é referenciado como alguém que desperta medo e respeito nas pessoas, ao mesmo tempo que era reconhecido como ditador, ele também era reconhecido por ser aliado dos trabalhadores e dos pobres⁴¹, a autora continua apontando que a nível nacional tanto Getúlio quanto Nereu aparecem exaltados e reverenciados, porém ao se observar a nível local a imagem de Nereu Ramos aparece de forma mais contraditória, aparecendo reverenciado por um lado, porém criticado por outro, e por vezes Nereu era comparado à Getúlio este sendo colocado como figura de apreço e o outro como figura menos simpática, segundo Dolores Damo “a população não sabia que vinha de Getúlio (a repressão aos estrangeiros), por falta de conhecimento. A raiva era contra o Nereu Ramos que era fechado, de poucos sorrisos.”,⁴² a partir disto podemos concluir que os meios de comunicação faziam um perfeito trabalho no encantamento da figura de Vargas e de seu governo, fazendo com que os descontentamentos perante a repressão fossem canalizados na figura mais diretamente próxima da população, que no caso seria o Interventor Nereu Ramos, mas mesmo este sendo alvo de descontentamentos e desconfiança, ainda nutria respeitabilidade no seio público, pois aquilo que era divulgado nos jornais eram simplesmente uma disputa entre “Brasileiros patrióticos” contra “Estrangeiros Traidores” sem entrar nos detalhes, aqui falados anteriormente, das especificidades de cada local e sem apontar os excessos cometidos contra as pessoas que não haviam qualquer ligação com os países do Eixo.

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=843709&Pesq=Campanha%20de%20Nacionaliza%C3%A7%C3%A3o&pagfis=16550>>.

³⁹ *EXTIRPANDO O MAL*. O Estado, Santa Catarina, Ano 23, n. 7358, p.6, 9 de maio de 1938. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=884120&Pesq=Campanha%20de%20Nacionaliza%C3%A7%C3%A3o&pagfis=37797>>.

⁴⁰ PEREIRA, 2004, p. 86.

⁴¹ ZAGO, 2007, p. 120-121.

⁴² DAMO, Dolores, 2006. *apud* ZAGO, 2007, p.127.

Por fim, o projeto de Nacionalização no Brasil, empreendido por Getúlio Vargas, conseguiu empreender uma Campanha de Nacionalização que ao mesmo tempo que reprimia e abusava de seus cidadãos, conseguia evocar o apoio do povo através de uma forte propaganda para a qual o Jornal ocupou importância central na construção de um imaginário positivo do governo e suas medidas, apresentando estas medidas como benfeitorias em nome da pátria enquanto sufocava os ecos daqueles que foram perseguidos, criando a “Nação” brasileira não a partir da inclusão de todos dentro da “brasilidade”, mas através da exclusão de qualquer indivíduo que não se adequasse aos requisitos.⁴³

Bibliografia

A CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO E O EXÉRCITO. O Estado, ano 24, n. 7.635, p. 3, 10 de abril de 1939. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=884120&Pesq=Campanha%20de%20Nacionaliza%C3%A7%C3%A3o&pagfis=39478>. Acesso em: 03/12/2020.

A CAMPANHA NACIONALIZADORA E A PRECIOSA CONTRIBUIÇÃO DO EXÉRCITO. O Estado, ano 24, n. 7.636, p.1, 11 de abril de 1939. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=884120&Pesq=Campanha%20de%20Nacionaliza%C3%A7%C3%A3o&pagfis=39482>. Acesso em: 03/12/2020.

A HOMENAGEM DO CÍRCULO OPERÁRIO AO GENERAL MEIRA DE VASCONCELLOS. A Notícia, Santa Catarina, ano 17, n. 3.060, p.3, 13 de dezembro de 1938. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=843709&Pesq=Campanha%20de%20Nacionaliza%C3%A7%C3%A3o&pagfis=18376>>. Acesso em: 03/12/2020.

A NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO. O Estado, ano 14, n. 4.384, p.2, 27 de dezembro de 1928. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=884120&Pesq=Nacionaliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20Ensino&pagfis=20455>>. Acesso em: 03/12/2020.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. 3º Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ESCOLAS ESTRANGEIRAS: Elementos Corruptores da Nacionalidade. O Estado, Santa Catarina, ano 23, n. 7.332, p.6, 6 de abril de 1938. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=884120&pagfis=37642>. Acesso em: 03/12/2020.

EXTIRPANDO O MAL. O Estado, Santa Catarina, Ano 23, n. 7358, p.6, 9 de maio de 1938. Disponível em:

⁴³ PERAZZO, Priscila Ferreira. 1999, p.48. *apud* ZAGO, 2007, p.83.

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=884120&Pesq=Campanha%20de%20Nacionaliza%C3%A7%C3%A3o&pagfis=37797>. Acesso em: 03/12/2020.

FÁVERI, Marlene de. *Tempos de intolerância: repressão aos estrangeiros durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina*. Revista *Esboços*, Volume 16, Nº 22, 2009, p.91-109.

FAZENDO JUSTIÇA A UM GRANDE GOVERNANTE. **A Notícia**, ano 17, n. 2.901, p. 1, 5 de junho de 1938. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=843709&Pesq=Campanha%20de%20Nacionaliza%C3%A7%C3%A3o&pagfis=16537>. Acesso em: 03/12/2020.

LUIZ SANCHEZ BEZERRA TRINDADE. **A Notícia**, ano 18, n. 3.282, p.3, 13 de setembro de 1939. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=843709&Pesq=Campanha%20de%20Nacionaliza%C3%A7%C3%A3o&pagfis=20477>. Acesso em: 03/12/2020.

MATHYAS, Alessandra da Mota. *Histórias impressas de Joinville: Estuda da historiografia e da influência da imprensa na escrita da história da maior cidade de Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em História Cultural) - programa de Pós-Graduação em História Cultura, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, f.194, 2007.

MENTALIDADE ANTI-BRASILEIRA. **O Estado**, ano 25, n. 7.728, p. 1, 31 de julho de 1939. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=884120&Pesq=Campanha%20de%20Nacionaliza%C3%A7%C3%A3o&pagfis=40045>. Acesso em: 03/12/2020.

NACIONALIZAÇÃO DE VERDADE. **A Notícia**, Santa Catarina, Ano 17, n. 2.902, p.2, 7 de junho de 1938. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=843709&Pesq=Campanha%20de%20Nacionaliza%C3%A7%C3%A3o&pagfis=16550>. Acesso em: 03/12/2020.

PARA A NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO NO PARANÁ E EM SANTA CATARINA. **A Notícia**, ano 10, n. 1.032, p.4, 15 de janeiro de 1932.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=843709&Pesq=Nacionaliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20Ensino&pagfis=1445>. Acesso em: 03/12/2020.

PENEIRAMENTO NIPÔNICO. **O Estado**, ano 27, n. 8.460, p.3, 5 de fevereiro de 1942.

Disponível

em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=884120&Pesq=Campanha%20de%20Nacionaliza%C3%A7%C3%A3o&pagfis=44044>. Acesso em: 03/12/2020.

PEREIRA, Vera Regina Bacha. *Nacionalização - Autoritarismo e Educação: Inspetores e Professores nas escolas catarinenses - 1930-1940*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, f.279, 2004.

PRIMEIRO, SERMÕES EM PORTUGUÊS. **O Estado**, Santa Catarina, Ano 25, n. 7.738, p.1, 11 de agosto de 1939. Disponível em:

O Jornal e a Campanha de Nacionalização em Santa Catarina (1930-1945) – Yan Amadeus Pflieger

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=884120&Pesq=Campanha%20de%20Nacionaliza%C3%A7%C3%A3o&pagfis=40105>. Acesso em: 03/12/2020.

QUESTÃO SEM FIM: Orestes Guimarães e a Nacionalização do Ensino. Correio do Povo, Santa Catarina, ano 3, n. 33, p. 1, 17 de dezembro de 1921. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=886440&Pesq=Nacionaliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20Ensino&pagfis=179>. Acesso em: 03/12/2020.

REALIZAÇÃO QUE HONRA E ENALTECE UMA ADMINISTRAÇÃO. A Notícia, Santa Catarina, Ano 17, n. 2.902, p.1-2, 7 de junho de 1938. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=843709&Pesq=Campanha%20de%20Nacionaliza%C3%A7%C3%A3o&pagfis=16550>. Acesso em: 03/12/2020.

Sem Palavras. Direção de Kátia Klock, 51 min, 2009. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=2WMUGVvRdQA&feature=emb_title. Acesso em: 03/12/2020.

SILVA, Janine Gomes da. *Tempo de lembrar, tempo de esquecer... As vibrações do Centenário e o período da Nacionalização: histórias e memórias sobre a cidade de Joinville*. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, f.295, 2004.

ZAGO, Denise. *A Campanha de Nacionalização em Videira: “um tempo para ser esquecido”*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, f.150, 2007.

Data de envio: 19 de dezembro de 2020

Data de aceite: 29 de dezembro de 2020

“A que tudo sabia”: memórias da participação de Maria Rosa na Guerra do Contestado

“The one who knew everything”: memories of Maria Rosa's participation in the Guerra do Contestado

Kassia Rossi¹

Resumo: A Guerra do Contestado (1912-1916) foi um movimento complexo e com diversas lideranças. O presente trabalho trata sobre a liderança de Maria Rosa no reduto de Caraguatá, bem como, a participação de outras mulheres na guerra, como Teodora e Chica Pelega. A presença dessas mulheres no movimento social é analisada através da memória de pessoas que vivenciaram o conflito e de gerações próximas dos acontecimentos. Essas memórias sobre Maria Rosa são heterogêneas, mas de maneira geral, ela é retratada pela cultura popular como guerreira, heroína, santa, mártir e guia.

Palavras-chave: Contestado; Mulheres; Maria Rosa.

Abstract: The Guerra do Contestado (1912-1916) was a complex movement with several leaders. This paper is about the leadership of Maria Rosa in the Caraguatá stronghold, as well as the participation of other women in the war, such as Teodora and Chica Pelega. The presence of these women in the social movement is analyzed through the memory of people who have experienced the conflict and the generations close to the events. These memories about Maria Rosa are heterogeneous, but in general, she is characterized by popular culture as a warrior, heroine, saint, martyr and guide.

Keywords: Contestado; Women; Maria Rosa.

Introdução

A guerra do Contestado, ocorrida entre os anos de 1912 e 1916, no interior de Santa Catarina e Paraná, foi um movimento complexo, de várias causas e explicações. O que torna ainda mais múltiplo esse movimento é o fato de haver diversas lideranças, as quais apresentavam diferentes origens e motivações. O objetivo do presente estudo é analisar a trajetória e participação, através de memórias, de uma dessas lideranças: Maria Rosa. Para isso, primeiramente, será feita uma contextualização do conflito, seguido de um panorama sobre a participação de mulheres no movimento social, como Teodora e Chica Pelega e, por fim, a trajetória de Maria Rosa. Como fontes utilizamos relatos de pessoas que vivenciaram o conflito e de gerações próximas dos acontecimentos, dos quais a maioria foram retirados da tese de Paulo Pinheiro Machado e do livro “O último jagunço” de Euclides J. Felipe, o qual coleta narrativas de tradições e crenças populares acerca do movimento. Outra fonte a ser utilizada é a obra de historiografia militar “A campanha do Contestado”, do militar Dermeval Peixoto, que participou do conflito.

Por se tratarem de fontes orais transcritas, é necessário pensar a respeito de instrumentos interpretativos específicos para a análise. De acordo com Alessandro Portelli, as fontes orais

¹ Pós-graduanda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: kassiaa.rossi@gmail.com.

possuem um elemento precioso que é a subjetividade do expositor, elas contam sobre o que um povo fez, o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez. Assim, o que torna essa categoria de fontes diferentes é que elas nos dizem menos sobre os eventos e mais sobre significados. “Entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas”².

Dessa maneira, a entrevista é sempre um produto do narrador e do historiador. Além disso, como o acesso às fontes utilizadas neste trabalho foi através da transcrição de entrevistas realizadas por outros pesquisadores, deve-se levar em conta que o processo de transcrição implica em mudanças e interpretação. Elementos como volume e ritmo do discurso carregam implícitos significados que são irreproduzíveis na escrita, por exemplo. Ainda assim, relatos de pessoas são uma maneira de obter informações sobre a vida diária e a cultura material de um povo iletrado ou de grupos sociais cuja história escrita é falha ou distorcida³.

Contestado

De acordo com Paulo Pinheiro Machado, existe uma dificuldade teórica no tratamento do Contestado, uma vez que, esse movimento social não foi tão homogêneo para cair em classificações generalizadoras como milenar ou messiânico, da forma que é defendido por autores como Maria Isaura Pereira de Queiroz e Maurício Vinhas de Queiroz. A primeira acredita que para que o processo de messianismo se desenvolva, ou seja, se concretize a crença de que um messias apareceria e colocaria fim à ordem vigente, dando início à uma nova ordem de felicidade e justiça, são necessários fatores provocadores, como um estado de anomia social. O conceito de anomia social atribui uma característica patológica ao movimento do Contestado, numa tentativa de explicar os “surto” messiânicos⁴. Maurício Vinhas de Queiroz configura o Contestado como um movimento messiânico de tipo clássico, uma vez que apresenta elementos característicos que aparecem em muitos outros movimentos messiânicos: “1) a prenúnciação, 2) a vida pública do Messias e sua paixão, 3) a dispersão dos discípulos e surgimento da crença na ressurreição, 4) o reagrupamento dos crentes na esperança do *millenium*, e 5) a evolução posterior, com a protelação da *parúsia*”⁵. Para o autor, todo movimento messiânico acarreta

² PORTELLI, 1997, p. 31.

³ Ibidem.

⁴ MACHADO, 2004.

⁵ QUEIROZ, 1981, p. 255.

numa recusa ao mundo, a qual leva ao desligamento do corpo social e a instituição de uma nova comunidade, cuja crença é de uma mudança supranaturalística do mundo. Sendo assim, Queiroz conclui que o messianismo é uma revolta alienada, além de afirmar que o afastamento demasiado do mundo torna o movimento “autista”, entrando assim, num campo de patologia social⁶.

As interpretações desses dois autores são problemáticas para o entendimento desse movimento complexo que foi o Contestado. Para Machado, o movimento começou como “um fenômeno religioso de exaltação milenar com fortes características messiânicas, mantendo basicamente estas características místicas, com maior ou menor intensidade, até sua liquidação final”⁷. Mesmo compartilhando dessa linguagem religiosa, o autor não reduz o movimento social à categoria de messiânico, alienado ou até mesmo ligado à uma “patologia social”. Machado defende se tratar de um movimento político, no qual os sertanejos acabaram demonstrando que desenvolveram uma consciência de suas condições sociais e políticas, entendendo de que se tratava de uma guerra entre ricos e pobres. Assim, o conflito foi um episódio importante na história da luta de classes no Brasil⁸.

Como já apontado, as causas para o desenvolvimento do conflito foram diversas, mas é possível indicar como principais a questão da disputa de limites entre Paraná e Santa Catarina, a presença da *Brazil Railway* e da *Lumber and Colonization*, também a grilagem de terras de posseiros e pequenos sitiantes por parte de grandes proprietários, bem como, o poder e mando local e regional dos coronéis. Dessa forma, num contexto de insatisfação com essa realidade social, o Contestado abarcou uma extensa região e reuniu diferentes setores da sociedade: federalistas; opositores políticos dos Coronéis de Lages, Canoinhas e Curitibanos; ervateiros; sertanejos que perderam terras para a estrada de ferro; médios fazendeiros; comunidades caboclas e seguidores do monge João Maria⁹.

A figura do monge profeta, conselheiro e curandeiro começou a circular pela região do planalto no final de 1840 até início do século XX. Oswaldo Cabral identificou pelo menos dois homens que exerceram a função de monge na região, no entanto, para a população, só existiu um São João Maria. O segundo, que circulou entre 1890 e 1908, adotou algumas práticas do primeiro monge desaparecido, como erguer cruzeiros em determinadas localidades e sinalizar as “águas santas”, porém, diferente do primeiro, era contrário à República, teve uma relação

⁶ QUEIROZ, 1981, p. 252-253.

⁷ MACHADO, 2004, p. 25.

⁸ Ibidem, p. 24-35.

⁹ SILVA, 2010b.

complicada com o clero católico e propagava um discurso apocalíptico com bastante receptividade pela população. O monge conversava com as pessoas, anunciava seus mandamentos, fazia batizados e sugeria medicamentos, sendo também atribuído a ele poderes sobrenaturais, como o poder de cura¹⁰.

Em 1912, aparece José Maria, sobre o qual a opinião dos sertanejos é divergente. Este possuía maior conhecimento empírico sobre ervas e plantas medicinais do que o anterior. Sua presença na comunidade de Taquaruçu para a Festa do Bom Jesus se estendeu além da cerimônia festiva e fez aumentar o número de pessoas no arraial. Isso fez com que coronel de Curitiba, Francisco Albuquerque, tentasse conversar diretamente com o monge. Sem sucesso, acionou o governador de Santa Catarina, Vidal Ramos, fazendo com que um contingente de soldados fosse enviado à Curitiba. No entanto, para evitar conflito, José Maria, acompanhado de aproximadamente quarenta pessoas de Taquaruçu, seguiu para os campos de Palmas, no faxinal do Irani. Como esse território se encontrava sob jurisdição do Paraná, o governo paranaense encarou a migração como uma estratégia do governo catarinense para tomar posse da região contestada, o que ocasionou o combate de Irani em outubro de 1912 e a morte de José Maria¹¹.

A participação de mulheres no Contestado

Após a morte do monge, os sertanejos foram tomados por um forte sentimento religioso, que resultou na elaboração de instituições místicas e sociais novas, as quais forneciam um novo significado para os seguidores. Passado um ano do combate de Irani, José Maria iria retornar com o “exército encantado” de São Sebastião. Acontece assim, uma reelaboração religiosa que se processa por meio da transformação de José Maria: de um curandeiro para uma pessoa santificada¹². Nesse contexto, damos destaque ao papel das “virgens”.

O monge José Maria se fazia acompanhar de um séquito delas para auxiliá-lo nas rezas, nas pregações e no preparo de chás homeopáticos. As “virgens” eram escolhidas por ele e pelas lideranças dos Redutos – ou Cidades Santas – entre aquelas que manifestavam piedade e pureza de alma. Não precisavam ser virgens no sentido biológico, pois havia entre elas mulheres casadas. Mas as que mais se destacaram eram adolescentes. A proximidade com o monge lhes dava respeitabilidade e poder junto à comunidade. Na ausência do líder religioso, assumiam o papel de videntes¹³.

¹⁰ MACHADO, 2004.

¹¹ Ibidem.

¹² Ibidem, p. 189-191.

¹³ FIN, 2016, p. 20 apud TONON, 2012, s/p.

Após a morte de José Maria, as virgens eram quem entravam em contato e se comunicavam com ele, transmitindo a mensagem do monge aos demais¹⁴. De acordo com Feldman, elas estabeleciam um elo entre o mundo mítico e o mundo dos sertanejos, sendo possível entender esse movimento “através de um olhar voltado para universo mítico religioso em que as mulheres foram portadoras e representantes de um grande poder simbólico, mas que trazidos para o plano concreto, influenciaram certamente, muitas das ações e decisões nos redutos”¹⁵.

O papel das virgens no Contestado pode ser um gancho para pensar sobre a participação feminina de forma geral nesse movimento social. Karoline Fin menciona sobre a escassez de trabalhos historiográficos que estudam a presença de mulheres no Contestado, o que existe são pesquisas sobre as virgens e lideranças femininas, mas ainda não há muito estudo sobre a mulher cabocla, que teve participação no conflito sem necessariamente se sobressair individualmente¹⁶.

Maciel indica construções que mostraram o Contestado como um movimento de homens, no qual as mulheres são representadas como divindades, no caso das virgens, ou como pacíficas e submissas. Dessa maneira, propõe a avaliação dos diferentes papéis exercidos por mulheres, submetidos a diferentes tipos de poder. O autor traz alguns exemplos para demonstrar o engajamento das mulheres, para além da esfera doméstica; a autonomia e ações de poder que as mulheres possuíam, deixando claro que esses casos não se tratavam de exceções¹⁷.

São inúmeras mulheres do Contestado que fizeram parte do processo de resistência na campanha junto dos homens e não apenas as virgens e ou videntes. É certo revisitar as fontes com desconfiança para assegurar que as lideranças femininas não foram exceções ou apenas fruto de manipulações oligárquicas, pois fazem parte de um processo que antecede o fenômeno do Contestado e vão além da geografia catarinense¹⁸.

Mesmo reconhecendo a importância de estudos na historiografia que tratem sobre o papel das diversas mulheres no Contestado, não só as “virgens” e lideranças, o presente trabalho irá focar nessa questão, justamente por ter como objetivo abordar a trajetória de Maria Rosa. No entanto, é interessante deixar claro o caráter político presente também em mulheres que não exerceram papel de destaque.

¹⁴ SILVA, 2010b.

¹⁵ FELDMAN, 2005, p. 2.

¹⁶ FIN, 2016, p. 20.

¹⁷ MACIEL, 2017, p. 147.

¹⁸ Ibidem, p. 154.

Chica Pelega e Teodora

Antes de falar sobre Maria Rosa, é importante apresentar algumas mulheres que a precederam, como Teodora e Chica Pelega. Quando completou um ano da morte de José Maria e nada ocorreu, uma menina de onze anos de idade, neta de Eusébio Ferreira dos Santos e Querubina, chamada Teodora, começou a ter sonhos e visões com o monge, anunciando a necessidade de se dirigirem à Taquaruçu para fundar a “cidade santa”, enquanto esperavam pelo retorno de José Maria juntamente ao exército encantado. A liderança de Teodora não durou por muito tempo, somente duas semanas, uma vez que crescia a desconfiança de suas visões e ela mesma se assustou com sua representação. Depois de “perder o aço”, ou seja, perder suas capacidades de adivinhação, foi tendo menos importância, mas continuou atuando como “virgem” junto com outras lideranças políticas e religiosas até o final da guerra¹⁹. Em entrevista cedida à Maurício Vinhas de Queiroz, Teodora afirma: “eu não via nada [...] Eram os velhos que se juntavam e diziam as ordens”²⁰.

Independente das visões de Teodora, que traziam uma ligação com o “sagrado”, a autoridade e a liderança de Eusébio entre o povo de Perdizes eram muito fortes. A atuação intensa de sua esposa, Querubina, segundo alguns mais “fanática” que o próprio Eusébio, convidando parentes e famílias ligadas por laços de amizade, vizinhança e compadrio, foi importante para o rápido aumento da população do reduto²¹.

Para Silva, as “visões” de Teodora, somada às relações de amizade e compadrio, foram responsáveis pelo aumento do reduto de Taquaruçu em torno de uma mesma esperança²². Por outro lado, Maciel coloca algumas questões, no sentido de que Teodora não possuía uma liderança que dominava, mas sim, poderes que foram se perdendo e aumentando. Segundo o autor, a descrença da população sertaneja na figura feminina, conseqüentemente, a descrença dos poderes das virgens, poderia comprometer a figura da mulher nessas questões²³.

Além de Teodora, existe outra personagem feminina que carrega algumas controvérsias.

Coração compassivo e generoso, logo ao chegar em Taquaruçu, atraiu todas as simpatias, principalmente das crianças e dos enfermos. Assim de imediato chamou a atenção de José Maria, indo aos poucos tornando-se indispensável auxiliar de enfermagem. Em breve aprendeu lidar com os chás, as infusões, o conhecimento e o trato com as ervas medicinais²⁴.

¹⁹ MACHADO, 2004, p. 198.

²⁰ QUEIROZ, 1981, p. 111.

²¹ MACHADO, op. cit., p. 200.

²² SILVA, 2010b, p. 57.

²³ MACIEL, 2017, p. 162.

²⁴ FELIPPE, 1995, p. 95.

É dessa forma que Euclides Felipe descreve Francisca Roberta, também conhecida como Chica Pelega. A mãe de Chica não conseguia engravidar e somente com cinzas e ervas teria engravidado da menina, a qual passou, mais tarde, a ser conhecida como herdeira de João e José Maria, pelo conhecimento sobre plantas medicinais, cuidados e luta por justiça²⁵. Segundo Valentini, “no primeiro ataque a Taquaruçu, Chica Pelega toma parte, montada em seu cavalo, empunhando a bandeira branca de cruz verde ao centro, infundindo ânimo e coragem aos sertanejos”²⁶. No entanto, no segundo ataque à Taquaruçu, em fevereiro de 1914, Chica Pelega morreu comandando a defesa da “cidade santa”. A existência dessa personagem é questionada, já que não se tem fontes que comprovem que Chica Pelega realmente existiu, o que se sabe dela é através da memória popular. Além disso, sua primeira referência escrita é recente, do ano de 1995, no livro de Euclides Felipe²⁷. No entanto, Maciel defende que negá-la seria desrespeitoso com a memória dos combatentes que a tinham como referência²⁸.

Independente da comprovação histórica dessa personagem, ela permanece lembrada como uma heroína pela cultura popular. Como já mencionado, os relatos são interessantes para se pensar nos significados, nas representações que as pessoas fazem de um evento. De acordo com Portelli, a questão fundamental é que a memória não seja apenas um depósito de fatos, mas, principalmente, um processo ativo de criação de significações. “Assim, a utilidade específica das fontes orais para o historiador repousa não tanto em suas habilidades de preservar o passado quanto nas muitas mudanças forjadas pela memória”²⁹.

Maria Rosa

Ao contrário do que outros autores acreditam, Vinhas de Queiroz coloca que o reduto de Caraguatá já estava em formação antes da destruição de Taquaruçu. Em depoimento ao autor, Joaquim, neto de Euzébio e escolhido para substituir o menino-Deus Manoel em Taquaruçu, diz: “Caraguatá já estava cheio de gente. Era pessoal de Perdizes, dali, tudo junto”³⁰. Além disso, Euzébio e Joaquim não puderam se impor em Caraguatá, o próprio Joaquim confirma: “Nós estava já lá como pau de fósforo. Quem mandava era Maria Rosa”³¹.

²⁵ MACIEL, 2017, p. 156.

²⁶ VALENTINI, 2000, p. 137.

²⁷ SILVA, 2010a.

²⁸ MACIEL, op. cit., p. 156.

²⁹ PORTELLI, 1997, p. 33.

³⁰ QUEIROZ, 1981, p. 134.

³¹ Ibidem, loc. cit.

Maria Rosa era uma jovem entre 15 e 16 anos, filha de Eliasinho da Serra, um grande devoto de João Maria, admirador de José Maria e morador de Perdizinhas. Descrita por Felipe como “morena-clara, tipo portuguesa de cuja raça descendia, cabelos encaracolados, estatura talvez um pouco acima da mediana, esbelta, sorridente, sobressaía-se em qualquer ambiente onde se encontrasse. Porém, nos momentos de ‘variação’ se transformava. Suas feições e procedimento assumiam a postura de adulta”³². Certo dia, em meio às orações na casa da família, a menina caiu em transe e revelou ser a nova “virgem” de José Maria. Assim como fez Teodora, Maria Rosa determinou que ela e seu pai se dirigissem imediatamente à Caraguatá, “onde lá lhe seriam transmitidas importantes instruções acerca de um grande movimento que iria acontecer”³³.

Em entrevista concedida à Paulo Pinheiro Machado em Monte Alegre, São Cristóvão do Sul, no ano de 1998, Elias Ribeiro, relata um acontecimento:

Daí passou, passou um tempo e quem levantou o fanatismo de novo foi a Maria Rosa no Taquaruçu. Aquele pessoal começou a fazer festa e reza a noite inteira. Daí teve uma noite que a Maria Rosa acordou, pulou da cama e começou a gritar: “Viva a Guerra Santa! Viva a Monarquia! Viva São João Maria! Viva José Maria! Viva São Sebastião! Eles vão nos ajudar a tocar a Guerra!”. Daí aquela jagunçada toda se colocou de joelhos na beira da cama da Maria Rosa e cismaram que ela era uma Santa, que a Maria Rosa era uma Santa de Deus. E ela deu ordem para o pessoal ir se apresentando, se preparar para a Guerra Santa”³⁴.

É importante ressaltar desse trecho a ideia de monarquia, o que isso significava para os sertanejos. Conforme Machado, os “vivas” à monarquia não estavam relacionados à um projeto restaurador, reacionário, mas sim, um projeto de autonomia frente ao poder dominante. Essa ideia também estava muito ligada ao comunismo caboclo, como pode-se perceber através do depoimento de João Ventura, “a lei do comunismo é igual a lei da Monarquia porque é uma lei severa [...] Toda comida é colhida e depositada numa casa e tudo é igual, então aquele que precisa das coisas, chega ali, pega um tanto de mantimento e leva para a sua casa”³⁵. De acordo com Queiroz, o que os sertanejos queriam era um “reinado de paz, prosperidade e justiça na terra”³⁶. Havia uma negação à república, pois essa nada havia lhes dado, tendo como contraponto, uma visão de monarquia como paternal dos pobres contra os poderosos. A

³² FELIPPE, 1995, p. 146.

³³ Ibidem, p. 145.

³⁴ MACHADO, 2001, p. 421.

³⁵ Idem, 2004, p. 211.

³⁶ QUEIROZ, 1981, p. 141.

monarquia era entendida como uma lei do céu, no entanto, tinha um aspecto prático, os sertanejos não esperavam por esse projeto na vida do além, mas naquele momento³⁷.

Voltando à liderança de Maria Rosa, a partir do comando-geral, ela distribuía comandos de *forma*, de guardas, de piquetes de briga, de reza e de abastecimento³⁸. Diferente de Teodora, ela não submetia suas ordens à um conselho, mas dividia o comando com Elias de Morais, comandante da *forma*, e também com Venuto Bahiano, comandante militar. Considerada pelos sertanejos como “a santa que tudo sabia”, Maria Rosa é lembrada pela memória local por seu principal feito, o combate de Caraguatá, vencido pelos sertanejos em março de 1914.

Os jagunços atacaram a força abrigada no capão comandados pela Maria Rosa, ela tinha voz de comando, toda vestida de branco, montada num cavalo branco, segurando uma bandeira [...]. Muitos soldados morreram e nenhum jagunço morreu no combate, naquele tempo tinha proteção, não aconteceu nada com a Virgem Maria Rosa, que ficava na frente dos jagunços, eles estavam protegidos, era como um milagre^{39 40}.

Há outros relatos que reforçam como a liderança e participação de Maria Rosa é entendida pela memória local. O primeiro trecho são trovas de Neném Schefer recolhidas por Euclides Felipe e publicadas por Aldo Dolberth, e o segundo é um depoimento de Miguel Correa de Souza publicado no livro de Delmir José Valentini.

Lá a “Virgem” Maria Rosa
No reduto é que mandava,
Ninguém mais intrometia
Pois, só ele comandava;
Nomeou todos cabeças
Os que mais considerava⁴¹.

Aquela menina se tivesse uma força brigando com os jagunços ela passava com um cavalinho na frente e era fogo que faziam de fuzilaria e metralhadora que parecia queimando roça e nunca acertaram ela⁴².

Por outro lado, existem outras narrativas, que reconhecem a liderança de Maria Rosa, porém com uma visão negativa, como o livro de 1920, “A campanha do Contestado”, do militar Dermeval Peixoto, que participou como soldado, o qual se refere à Maria Rosa em uma das passagens da seguinte maneira:

A virgem, a directora moral dos fanaticos, a moçoila que permanecia occulta na escuridão de um pequeno quarto e só se apresentava para, mancomunada com os espertos exploradores dos infelizes, transmitir as ordens que dizia receber diretamente de José Maria durante seus periodos de videncia, aquella rapariga vidente estava em Santa Maria. Servindo ao talante dos chefes, a tal

³⁷ QUEIROZ, 1981.

³⁸ MACHADO, 2004, p. 222.

³⁹ Idem, 2001, p. 422.

⁴⁰ Entrevista com Elias Ribeiro, retirada da tese de Paulo Pinheiro Machado.

⁴¹ SILVA, 2010b, p. 58 apud DOLBERTH, 2005, p. 26.

⁴² VALENTINI, 2000, p. 139.

virgem era considerada uma santa que tudo sabia porque lh’a inspirava o Monge que depois de morto só a ella aparecia para transmissão dos vaticínios. Habilmente escolhida, a menina Maria Rosa, com quinze annos talvez, sem saber ler nem escrever, possuindo vivacidade extraordinaria, praticava o embuste convencidamente. Industriada por Elias de Moraes, seu pai, a rapariga, pallida, rachitica, de olhos pardos pequeninos, percorria os reductos, cavalgando escolhido corsél aperado de arreiamto com incrustações de prata; sentada em macio silhão forrado de velludo com franjas berrantes e fitas pendentes, a virgem tinha fóros de rainha – era acompanhada pela escolta diabolica dos Pares de França. E, pavoneando-se convencidamente, soltos os cabellos castanhos bem tratados, dizendo-se representante da vontade do Monge, de quem ella conhecia os santos desejos, designava os chefes dos reductos, destituia-os dos commandos, sentenciava pennas simples e crueis e escolhia os meninos capazes de entrar nas fórmias para a briga. A virgem era religiosamente acatada⁴³.

No final de março de 1914, Caraguatá foi evacuado sob comando de Maria Rosa, mais de 2 mil pessoas, 600 cabeças de gado, cargueiros de mantimentos etc. marcharam para o novo reduto de Bom Sossego. Nesse novo reduto, Maria Rosa manteve uma certa autoridade, mas assim como Teodora, passou para uma posição secundária no movimento⁴⁴. Silva apresenta os motivos levantados para a queda de Maria Rosa, dentre eles está a tentativa de pacificação com o Capitão Matos Costa, atitude que Elias de Moraes teria reprovado, além de alguns acreditarem que por ter se deixado levar pelo orgulho, “perdeu o aço”⁴⁵. Não se sabe ao certo o que aconteceu com Maria Rosa após a guerra. Alguns acreditam que ela morreu na guerra, como é o caso da “virgem” Teodora, que prestou depoimento para Nilson Thomé. “Ela morreu na entrada da Cidade Santa, defendendo nossa gente”⁴⁶. Em entrevista para Paulo Pinheiro Machado, em 1999, Lauro Costa, que foi prefeito de Curitiba e amigo da historiadora Zélia Lemos, conta:

A Lila [historiadora Zélia Lemos] tinha uma pesquisa, uma busca. Ela estava atrás do paradeiro da *virgem* Maria Rosa. Contam que, no final da guerra, muitas crianças órfãs dos redutos foram entregues ao Prefeito, o Cel. Marcos Gonçalves de Farias. Ele distribuiu as crianças entre muitos fazendeiros e moradores da cidade [...]. A Maria Rosa foi dada para a família Bastos, para o Severo Bastos. Isso foi muito difícil para a Lila, porque foi feito um novo registro para a Maria Rosa, só com o nome de Rosa, Rosa Bastos. Muitos dizem que a Maria Rosa morreu na guerra, lutando. Não, ela sobreviveu, foi criada pelo Severo Bastos e casou-se com o Cristiano Westffalen, de Pouso Redondo. A Lila chegou até Pouso Redondo e teve notícia da morte de Maria Rosa, há poucos anos. As filhas dela se revoltaram, não queriam saber de falar nada sobre a vida da mãe⁴⁷.

⁴³ PEIXOTO, 1920, p. 85-86.

⁴⁴ MACHADO, 2004, p. 224.

⁴⁵ SILVA, 2010b.

⁴⁶ Ibidem, p. 59 apud THOMÉ, 1999, p. 197.

⁴⁷ MACHADO, 2001, p. 465-466.

Há, dessa forma, memórias diferentes em relação à Maria Rosa, uma mais ligada à cultura popular, a qual entende a liderança de Maria Rosa de uma maneira positiva, enxergando como uma heroína, e outra memória que pode ser entendida como “oficial”, representada aqui pelo relato escrito do militar Dermeval Peixoto. A ampliação da definição de Giovanni Contini de “memória dividida” feita por Portelli, o qual não pensa a memória dividida de uma forma dicotômica, mas em uma “multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas”⁴⁸, é interessante para analisar as memórias em relação à Maria Rosa e outras mulheres do Contestado.

Conclusões

O presente estudo buscou demonstrar, através de relatos, a participação e liderança de Maria Rosa na guerra do Contestado, procurando também fazer um antecedente de outras personagens importantes para a memória do Contestado, como Teodora e Chica Pelega, e reconhecendo a importância de diversas outras mulheres que atuaram no movimento de diferentes formas, sem ter papel de destaque.

Das três figuras femininas descritas, por um lado tem-se Teodora e Maria Rosa, ambas “com aço”, ou seja, com a vocação de se comunicar com o monge, tendo ainda Maria Rosa maior destaque em sua liderança no comando-geral; por outro lado, tem-se Chica Pelega, que não tinha “o aço”, não era uma santa e nem uma líder, mas sim, retratada pela sua força, bravura e gentileza com seu povo. De acordo com Silva,

[...] mesmo envolvidas no campo da guerra, Chica Pelega e Maria Rosa, ainda apresentam os valores normativos condizentes a função da mulher, ambas são construções idealizadas e românticas, não só do jagunço, mas, sobretudo das mulheres do Contestado, envoltas seja por sua santidade ou por sua fibra, Maria Rosa e Chica Pelega, ainda tem virtudes necessárias a uma mulher, são “honestas” e fiéis, a sua família, a sua luta e há seus ideais. Uma é a santa que se comunica com o monge e a outra a guerreira que em nome da santa religião protege a seu povo. Sendo possível verificar, que mesmo na guerra, as mulheres ainda devem assumir papéis condizentes com sua categoria⁴⁹.

Ao tratar do Contestado como um movimento político, trazendo a problematização da classificação messiânica, pretendia-se também chamar a atenção para o peso político de mulheres como Maria Rosa, indo além do caráter religioso de “virgem”. De acordo com Maciel, Maria Rosa não foi uma exceção à regra e por tal motivo não pode ser tratada como exclusiva.

⁴⁸ PORTELLI, 2000, p. 106.

⁴⁹ SILVA, 2010a, p. 49.

Ela não representava estranheza para o Contestado, liderou por possuir recursos para a função⁵⁰. De forma geral, Maria Rosa é retratada como guerreira, heroína, santa, mártir e guia.

Referências

FELDMAN, Sergio Alberto. Virgens Messiânicas: A Participação Feminina e Imaginário Religioso no Movimento do Contestado 1912-1916. **ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História** – Londrina, 2005.

FELIPPE, Euclides J. **O último Jagunço**. O folclore na história da Guerra do Contestado. Curitiba: UnC, 1995.

FIN, Karoline. **As mulheres do Contestado**: uma abordagem sobre a Guerra do Contestado através da literatura infantil. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

MACHADO. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916**. 2001. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MACIEL, Marcelo Johny. **Maria Rosa**: fome, fé e resistência na Guerra do Contestado. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2017.

PEIXOTO, Dermeval (Criveláro Marcial). **A Campanha do Contestado**: Episódios e Impressões. Rio de Janeiro: Segundo Milheiro, 1920.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FIGUEIREDO, Janaina P. Amado Baptista de; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 103-130.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, v. 14, fev. 1997.

QUEIROZ, Mauricio Vinhas de. **Messianismo e conflito social**: a guerra sertaneja do Contestado, 1912-1916. 3. ed. São Paulo: Ática, 1981. 323 p.

SILVA, Natália Ferronato da. **A guerreira do contestado**: a construção do mito de Chica Pelega. 2010. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010a.

SILVA, Natália Ferronato da. As “Virgens Messiânicas”: participação e influência das “Virgens” Teodora e Maria Rosa no Contestado (1912-1916). In: **Revista Santa Catarina em História**, v. 1, n. 1, 2010b.

VALENTINI, Delmir José. **Da cidade santa à corte celeste**: memórias de sertanejos e a guerra do contestado. 2 ed. Caçador: Universidade do Contestado, 2000. 192 p.

⁵⁰ MACIEL, 2017, p. 170.

“A que tudo sabia”: memórias da participação de Maria Rosa na Guerra do Contestado – Kassia Rossi

Data de envio: 01 de outubro de 2019

Data de aceite: 08 de março de 2020

Implantação e primeiros anos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em Santa Catarina

Implementation and early years of the National Program for the Strengthening of Family Agriculture (PRONAF) in Santa Catarina

Sara Rocha Fritz¹

Resumo: A produção agrícola baseada no trabalho e gestão familiar é um debate que só recentemente vem ganhando alguma notoriedade, até então ficava relegada a marginalidade tanto no campo acadêmico quanto no das políticas públicas. A década de 1990 traz um marco nesse segundo campo através da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF, como o primeiro programa de crédito de abrangência nacional voltado para as necessidades específicas da agricultura familiar torna-a um modelo possível de desenvolvimento. Essa dinâmica demonstra uma significativa mudança da ideia que vinha regendo as políticas concernentes a agricultura brasileira, principalmente durante as décadas de 1960 e 1970, anos da chamada “modernização conservadora”. Esse trabalho busca entender como esse processo se desenrolou no estado de Santa Catarina.

Palavras-chave: Agricultura familiar, PRONAF, Santa Catarina.

Abstract: The agricultural production reasoned in familiar work and management is a debate that just recently has been gaining prominence and was considered secondary both in academic field and in govern policy. The 1990s represents a turning point in this second field through the creation of PRONAF, as the first credit program nationwide, turned to the specific needs of family farming, made it a possible development model. This dynamic shows a significant change in the ideia that had been conducting Brazilian agriculture, mainly during the 1960s and 1970s, period of the so-called “conservative modernization”. This research aims to understand how this process unfolded in Santa Catarina.

Keywords: Family farm, PRONAF, Santa Catarina

A história do Brasil é marcada pelos debates acerca da distribuição de terra e do sistema de produção agropecuário. Esse é um campo muito rico para análise histórica visto que abrange não apenas a esfera econômica e política, mas também a social, cultural e a ambiental principalmente se nos voltamos para o campesinato e suas lutas. Buscando explorar essa temática trouxemos um recorte que permite vislumbrar essa multiplicidade de análise; o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), mais especificamente no estado de Santa Catarina. A razão da escolha desse programa ficará mais clara no decorrer deste trabalho mas consiste principalmente no seu papel como legitimador, pelo Estado, de uma nova categoria social, os agricultores familiares. A escolha por Santa Catarina se dá pelo seu protagonismo dentro do programa, como um dos estados que mais

¹ Bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: sarafritz248@gmail.com.

acessam esse crédito e pela força que a luta camponesa desempenhou historicamente na região.

Desse modo, este trabalho busca avultar o debate que até pouco tempo era bastante marginal, acerca da produção agrícola fundamentada no trabalho e gestão familiares. Para isso, primeiro trazemos uma exposição do que é entendido por campesinato e agricultura familiar no contexto brasileiro, depois, desenvolvendo sobre o que é e quais as consequências da modernização conservadora, buscamos entender o contexto que levou até a criação do PRONAF e sua atuação no Brasil e, mais especificamente, em Santa Catarina, utilizando para isso principalmente o Censo Agropecuário de 2006 e, por fim, trazendo uma reflexão sobre os impactos do programa.

A multiplicidade de definições do que é rural no Brasil pode ser facilmente vista na classificação dos sistemas de produção agrícola, de acordo com Stoffel² a discussão da agricultura familiar demanda clareza e conhecimento para não incorrer em afirmação contraditórias na utilização de conceitos, categorias como campesinato, pequena produção, agricultura familiar são algumas daquelas que fazem parte de definições nem sempre consensuais. O campesinato ao longo da história teve interpretações diversas e opostas entre si, muitas vezes carregando uma reputação negativa, de atraso e inferioridade, mas que, atualmente, vem sendo resgatado pelos movimentos sociais que buscam uma ressignificação do termo, como forma de criação e manutenção da identidade desses grupos. Essa categoria originalmente é uma transposição de análises voltadas à realidade da Europa, assim como a noção de feudalismo por exemplo, mas que vem sendo discutida dentro do contexto brasileiro há algum tempo. Como colocado por Maria Catarina Zanini³, existe por parte dos trabalhadores rurais uma negociação da sua autodefinição quando em face do poder público, optando pela “terminologia mais rentável politicamente”. Com isso entramos em concordância com Delma Pessanha Nevesque afirma que: “a condição camponesa não é uma essencialidade, mas um modo de organização de produção e de vida social segundo valores

² STOFFEL, Janete. **Agricultura familiar nos Estados da Região Sul do Brasil**: caracterização a partir dos dados do censo agropecuário de 2006. In: 6º Encontro de Economia Gaúcha, 2012, Porto Alegre. 6º Encontro de Economia Gaúcha, 2012.

³ ZANINI, Maria Catarina C. Agricultores, camponeses e também colonos descendentes de imigrante italianos na Região Central do Rio Grande do Sul. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. V.2. São Paulo: Unesp, 2009. p. 89-108.

referenciais, elaborados também pela convivência em espaços de interculturalidades”⁴. Assim, não buscamos apoiar a dicotomia camponês versus proletário rural, mas entende-las como parte da complexidade e das formas tomadas pelo o que foi entendido como campesinato no Brasil e de como o reconhecimento delas nas políticas públicas influenciam e são influenciadas por essas denominações.

Tendo isso em vista, nesse trabalho será utilizado a expressão “agricultura familiar” que, apesar dos limites que o conceito apresenta, é importante no contexto de políticas públicas pois atribui um lugar para os agricultores não-patronais, o que permite a criação de políticas e programas diferenciados para o segmento. O entendimento do que é agricultura familiar aqui será baseado no que foi estabelecido no relatório *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar*, da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e do Inca (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), de 1994, esse estudo visava instrumentalizar políticas destinadas à agricultura familiar e como será discutido a frente, foi nessa concepção de agricultura familiar que o PRONAF se baseou, segundo o documento:

Agricultura familiar é todo aquele (a) agricultor (a) que tem na agricultura sua principal fonte de renda (+ 80%) e que a base da força de trabalho utilizada no estabelecimento seja desenvolvida pôr membros da família. É permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar. Em caso de contratação de força de trabalho permanente externo a família, a mão-de-obra familiar deve ser igual ou superior à 75% do total utilizado no estabelecimento.⁵

A década de 1990 é muito significativa para o estabelecimento da categoria de agricultura familiar e pode ser entendida como o resultado dos debates acadêmicos que vinham ocorrendo desde a década de 1950, de acordo com Mattei⁶, a partir dos anos 1990 incorporam-se a essas discussões temas como combate à fome, resgate da cidadania aos habitantes do campo e a necessidade de romper com o poder econômico e político dos

⁴ NEVES, Delma Pessanha. Constituição e reprodução do campesinato no Brasil: legado dos cientistas sociais. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. V.2. São Paulo: Unesp, 2009. p. 303-324.

⁵ PIAZZA, Leonardo Casagrande. Pronaf, **Agricultura Familiar e Sustentabilidade Econômica em Santa Catarina**: uma análise das condições e limites do financiamento agrícola. 2002. 51 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

⁶ MATTEI, Lauro. O Papel e a Importância da Agricultura Familiar no Desenvolvimento Rural Brasileiro Contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, p.85, 2014.

latifúndios, é nesse momento que a defesa da agricultura familiar ganha uma dimensão política nacional que não teve até então, passando a fazer parte da agenda dos governos.

Essa nova concepção acerca do sistema produtivo demonstra uma mudança significativa da ideia modernizante que vinha regendo as políticas concernentes a agricultura brasileira, principalmente durante as décadas de 1960 e 1970. Esses anos foram palco do que ficou conhecida como “modernização conservadora”, uma transformação na estrutura econômica no Brasil através da política de substituição de importações e da industrialização. Essa racionalidade industrial se estende para o meio rural, priorizando a estruturação de empresas agrícolas como meio de superar o atraso agrário brasileiro. A modernização ganha força especialmente pelo respaldo da ditadura militar que atuava no país, fortalecendo seu caráter conservador. No campo, isso se traduziu ainda junto a chamada Revolução Verde, trazendo um novo conjunto de técnicas como as sementes geneticamente modificadas, os pacotes agroquímicos e a mecanização buscando aumentar a produtividade agrícola. Durante esse processo as políticas públicas voltadas para o setor agrícola privilegiaram a produção de *commodities*, o público alvo dos créditos rurais foi, portanto, os grandes proprietários, que por conta de seu maior capital e infraestrutura conseguiriam dinamizar e desenvolver a economia do país.

Fica claro, portanto, que para a produção familiar essas políticas foram muito negativas, marginalizando e dificultando ainda mais qualquer acesso ao crédito. Importante ainda destacar que essa reestruturação da agricultura proposta pelos entusiastas de um desenvolvimentismo desenfreado manteve intocável a estrutura da propriedade rural, a modernização conservadora, como o próprio nome indica, não pretendia mudar a estrutura do sistema agrário, mas conserva-lo visando uma maior produção de capital, nesse contexto a reforma agrária distributiva não era algo a ser defendido pelo Estado, que era o maior difusor desse ideal modernizador.

A modernização em Santa Catarina

Em Santa Catarina os produtores também sofreram as transformações da modernização da agricultura, como por exemplo através da mudança de processos de produção e lavoura, adotando culturas que seriam mais interessante a soberania brasileira, dentre eles o trigo e a soja. De acordo com Lohn:

O Serviço de Extensão Rural foi implantado no Estado de Santa Catarina em 1956, tendo a pretensão de levar a ‘modernização’ através de tecnologia e insumos industriais para agricultores que tivessem condições de fazer empréstimos em bancos, selecionando os mais aptos para os novos tempos do capitalismo em expansão na agricultura. Sua criação ocorreu através de um acordo celebrado entre a Secretaria da Agricultura, a Federação das Associações Rurais do Estado de Santa Catarina e o Escritório Técnico de Agricultura.⁷

Depois esse acordo passou a ser chamado Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC). As intervenções governamentais visando o crescimento estadual podem ainda ser vistas em Santa Catarina na implementação do Plano de Metas do Governo Estadual – PLAMEG que era “destinado à execução, aperfeiçoamento e atualização de obras e serviços públicos e ao desenvolvimento econômico e social do Estado”⁸. O plano é resultado do Seminário Sócio-Econômico da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC). No entanto, de acordo com Lohn, no estado:

A preocupação governamental com a modernização do homem do campo não era nenhuma grande novidade quando da implantação do Serviço de Extensão Rural. Já nos discursos imigrantistas no século XIX é possível encontrar uma ênfase muito acentuada a respeito da necessidade de difundir a racionalização do trabalho, o que na época estava associado à ideia de uma suposta superioridade dos europeus, os quais trariam progresso e civilidade para as selvas tropicais, infestadas de índios e caboclos indolentes, segundo a visão das elites.⁹

Se a agricultura familiar no desenvolvimento rural do Brasil de modo geral ficou relegada ao segundo plano, em Santa Catarina esse tipo de propriedade teve mais destaque, ao menos no discurso de colonização do século XX, como mostra Seyferth, “conforme a legislação, o lote rural devia ser uma concessão preferencialmente familiar, lugar de moradia, destinado à lavoura e criação, supondo-se pela dimensão mediana de 25 hectares o caráter familiar do trabalho”¹⁰. Isso, no entanto, não significa que houveram políticas públicas que realmente favoreciam a produção familiar de culturas agrícolas variadas ou que não houve uma grande concentração de terra no estado, até porque essas pequenas propriedades agrícolas só começam a ser expressivas a partir do século XIX e começo do

⁷ LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Campos Do Atrazo, Campos Modernos**: discursos da Extensão Rural em Santa Catarina (1956- 1975). 1997. 220 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p.17-18, 1997.

⁸ SANTA CATARINA, **Plano de Metas do Governo Estadual** – PLAMEG, Lei nº 2.772, de 21 de julho de 1961.

⁹ LOHN, 1997, p.60.

¹⁰ SEYFERTH, Giralda. Imigrantes colonos: ocupação territorial e formação camponesa no Sul do Brasil. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. V.2. São Paulo: Unesp, p. 54-55, 2009.

XX, com os núcleos de colonização estrangeira, e ainda assim encontrando diversas dificuldades no que concerne ao acesso à terra e aos direitos dos agricultores. A agricultura brasileira é muito diversa, com diferenças regionais de sistemas de produções e ocupação de terra, entretanto, com maior ou menor inserção no mercado, a agricultura familiar (ou de subsistência, como era chamada), sempre existiu em todo o território, todavia, sem apoio governamental.

Apesar dessa especificidade da ocupação territorial do estado, que permite um maior potencial de desenvolvimento de propriedades familiares, o processo de desenvolvimento causou um processo de êxodo rural e concentração de terras em Santa Catarina. Isso se deu, pois, seguindo a lógica colocada nacionalmente, o progresso técnico demandava ampliação da área de exploração, os créditos que existiam focavam em uma proletarianização daqueles agricultores que não conseguissem “acompanhar o ritmo” e incorporar essas inovações técnicas. Desse modo muitos pequenos agricultores de Santa Catarina migraram para as fronteiras agrícolas, principalmente para a região oeste e centro-oeste do país, onde conseguiam acesso a maiores porções de terra. O êxodo também ocorreu em direção as cidades que, também sofrendo o processo de industrialização, necessitavam de mão-de-obra, cidades como Joinville, Jaraguá do Sul, Blumenau e Brusque. De acordo com Stoffel¹¹ até os anos 1970 nos três Estados da Região Sul o número de estabelecimentos agropecuários crescia e com a política de modernização o resultado é o êxodo rural.

A redemocratização e a Constituição de 1988 provocam um reordenamento do Estado brasileiro, permitindo uma maior abertura para atuação de grupos sociais, maior acesso aos recursos públicos e também com um ambiente político menos controlado começam a ficar evidentes as consequências das políticas de modernização, como a concentração de terra, aumento dos conflitos fundiários e êxodo rural. Essa percepção junto a efervescência dos movimentos sociais criam, ou retomam, demandas e categorias, como a de agricultura familiar. Segundo Mattei¹² é possível destacar dois fatores que mudaram os rumos das políticas de desenvolvimento rural. O primeiro deles seria o movimento sindical dos trabalhadores rurais vinculados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT) que passam a direcionar as reivindicações, lutando por

¹¹ STOFFEL, Janete. 2012. n/p.

¹² MATTEI, Lauro. **Impactos do Pronaf: análise de indicadores**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, Brasília, p. 11, 2005.

uma “reestruturação produtiva” dos agricultores familiares. Essas reivindicações já começaram com a Constituição de 1988, mas ganham destaque nas Jornadas Nacionais de Luta da primeira metade da década de 1990. O segundo motivo é o estudo realizado pela FAO/Incra, citado anteriormente, que traz a definição conceitual de agricultura familiar e estabelece um conjunto de diretrizes para as políticas públicas específicas da agricultura familiar, esses estudos vão servir de base para formulação do PRONAF.

Pronaf: criação e atuação

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar foi criado em 1996, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, através do Decreto 1.946, ficando no artigo 1º estabelecido:

Fica criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda.¹³

Até então não existia nenhuma política pública, com abrangência nacional, voltado para as necessidades específicas da agricultura familiar que desse modo passa a ser entendida como um modelo de desenvolvimento. É significativo o artigo 6º do decreto que afirma:

O financiamento da produção dos agricultores familiares e de suas organizações será efetuado pelos agentes financeiros, no âmbito do PRONAF, segundo normas específicas a serem estabelecidas para esse fim nas instâncias competentes e de modo a atender adequadamente às características próprias desse segmento produtivo, contemplando, inclusive, a assistência técnica.¹⁴

Levando em conta que o programa foi colocado no âmbito do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, uma parcela do crédito rural oficial foi exclusivamente destinado ao agricultor familiar, isso demonstra um rompimento com o caráter seletivo que se tinha até então no Sistema Nacional de Crédito Rural. Sem uma política específica o acesso ao crédito pelos pequenos proprietários era facilmente barrado, ocorre então uma democratização do crédito. O PRONAF atua em diferentes linhas de créditos: PRONAF Custeio (financiamento das atividades agropecuárias, industrialização e comercialização da

¹³ BRASIL. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar** – PRONAF, Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996.

¹⁴ Ibid.

produção própria), PRONAF Investimento (voltado para a implantação ou ampliação da infraestrutura de produção), PRONAF Agroindústria, PRONAF Agroecologia e PRONAF Eco (voltados para produções agroecológicas e que minimizem o impacto das atividades rurais no meio ambiente), PRONAF Floresta (financia projetos para sistemas agroflorestais e extrativista), PRONAF Semiárido, PRONAF Mulher (créditos voltados para a mulher no campo), PRONAF Jovem (agricultores e agricultoras de 16 a 29 anos), entre outros. Basicamente lida com custeio e investimento (com várias linhas específicas de crédito), infraestrutura e serviços municipais (visando obras e serviços necessários para o fortalecimento da agricultura familiar). De acordo com Fernandes é possível dividir o PRONAF em dois períodos:

O primeiro vai de 1996 a 1999 e o segundo, de 1999 em diante. No primeiro período havia poucas linhas de crédito e os juros eram considerados acima da capacidade de pagamento de boa parte dos agricultores familiares. A partir de 1999 o programa criou o enquadramento dos agricultores conforme a renda bruta anual da propriedade.¹⁵

Nessa primeira fase a modalidade de crédito para custeio foi massivamente mais acessada, em contraste com a de investimento, levando a percepção de que não estava influenciando nos problemas estruturais do sistema de produção, o que muda a partir de 1999.

Em Santa Catarina, o PRONAF desde o seu surgimento esteve conectado ao BADESC (Agência Catarinense de Fomento S.A), que serve como agente financiador local. O estado é muito heterogêneo e possui uma economia diversificada, com cada região do estado sendo mais forte em determinado seguimento, como um todo, as principais produções da agricultura familiar estão: o arroz, fumo, feijão, cebola, milho, leite, soja, aves e suínos.

Uma ferramenta muito importante para entendermos o histórico da agricultura familiar em Santa Catarina são os Censos Agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para os fins desse trabalho nos ateremos ao censo de 2006, divulgado em 2009, isso porque em 24 de julho de 2006 foi criado mais um aparato legal legitimando a Agricultura Familiar, a Lei 11.326, Lei da Agricultura Familiar que coloca: “Art. 1º Esta

¹⁵ FERNANDES, Sirlei Aparecida. **Gênero E Políticas De Crédito: O PRONAF-Mulher em SANTA CATARINA**. 2008. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p.14-15, 2008.

Lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.”¹⁶.

Desse modo o censo de 2006, com esse mecanismo, pela primeira vez traz estatísticas específicas sobre agricultura familiar. Também, é interessante pois permite uma análise dos impactos do PRONAF nos seus primeiros 10 anos. No entanto, Mattei¹⁷, alerta que o censo usou como unidade de referência o estabelecimento agropecuário, sendo que o conceito de agricultura familiar diz respeito às unidades familiares, existindo famílias com mais de um estabelecimento, ou seja, cada estabelecimento foi contado como uma unidade familiar. De acordo com o censo¹⁸ em Santa Catarina existiam 168.544 estabelecimentos agropecuários, configurando 87% do total de estabelecimentos do estado com 496 228 pessoas ocupadas nos estabelecimentos com laço de parentesco com o produtor. Com base nesses resultados, Mattei coloca que:

Em termos da área total, observa-se que esta maioria absoluta de estabelecimentos familiares detém apenas 44% da área total, enquanto os estabelecimentos não familiares, representando 13% do total dos estabelecimentos detinham 56% da área. Este fato nos indica a persistência da desigualdade de distribuição da posse de terra no meio rural catarinense. Mesmo figurando entre os estados com as menores taxas de concentração de terra do país, o último censo mostrou que o Índice de Gini¹⁹ de Santa Catarina se manteve em patamares elevados (0.682) e sem grandes oscilações em relação aos censos anteriores, demonstrando existir possibilidades concretas para a implantação de programas de reforma agrária.²⁰

Assim, apesar do destaque nacional referente ao potencial produtivo de Santa Catarina no setor da agricultura familiar o estado apresenta significativa concentração de terra, o que demonstra a necessidade de continuidade de programas como o PRONAF ao possibilitar um acesso mais facilitado ao microcrédito, esse tipo de crédito é muito importante nas políticas públicas pois ajuda a dinamizar a econômica, gerando trabalho e renda e auxiliando na superação da miséria. Dentro disso o fomento a agricultura familiar não é importante apenas a partir da perspectiva produtiva, nas regiões onde há o predomínio

¹⁶ BRASIL, **Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**, Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

¹⁷ Id. **Novo retrato da agricultura familiar em Santa Catarina**. NECAT, Florianópolis, s/n, 2010. Semestral.

¹⁸ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, **Censo Agropecuário: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**, Rio de Janeiro, p.570, 2006.

¹⁹ O Índice de Gini é um cálculo utilizado para medir a desigualdade social, apresenta resultados entre 0 e 1, sendo que zero corresponde a completa igualdade de renda e um corresponde a completa desigualdade de renda per capita

²⁰ MATTEI, op. cit., s/n.

dessa atividade, segundo Mattei²¹, são significativas as diferenças, comparativamente com áreas dominadas pelo agronegócio, principalmente pela maior preservação dos recursos naturais e um espaço físico ocupado com gente. As diferenças no dia-a-dia que o crédito e microcrédito ofertados pelo PRONAF provocam são evidentes para os agricultores que dele usufruem, é o que mostra os comentários de dois agricultores de Santa Catarina trazidos por Silva:

- O PRONAF foi o principal para melhorar os investimentos, renda e qualidade de vida. Todo investimento do leite foi feito a partir do PRONAF Mais Alimentos e PRONAF Mulher. Se não fosse o PRONAF não tinha as vacas, nem a irrigação, nem o tanque resfriador de leite e nem as melhorias na propriedade.
- Antes do PRONAF tanto o crédito quanto a assistência técnica era inexistente. Na época só os grandes tinham acesso e quem mais necessitava não conseguia. Lembro que até para comprar um tobatinha tinha que penhorar os bens. Hoje os fornecedores vêm até em casa, às vezes tem necessidade de se esconder.²²

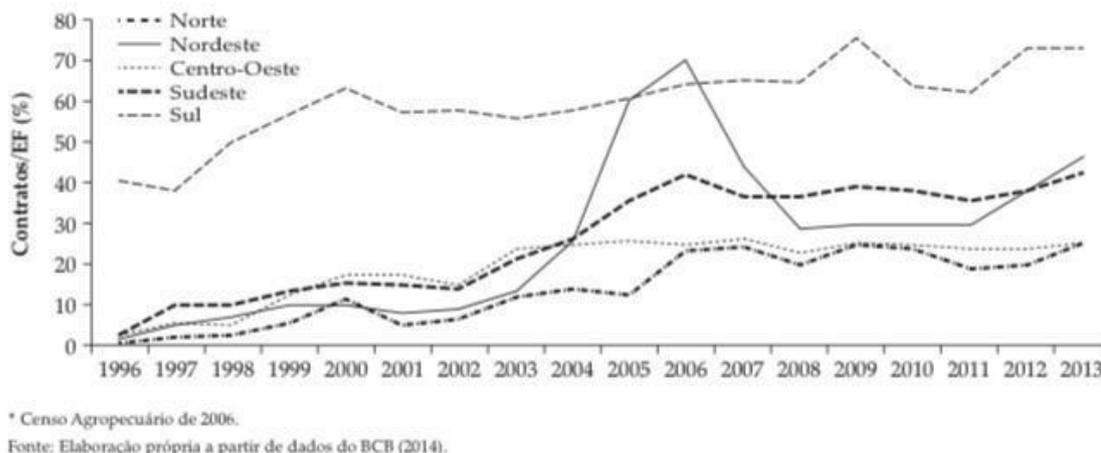
A recepção positiva por parte dos agricultores familiares pode ser constatada através do massivo acesso ao crédito ofertado (figura 1):

²¹ MATTEI, Lauro. 2014, p.90.

²² SILVA, Roniel Antonio da. **Impactos do Pronaf em Municípios Selecionados de Santa Catarina**. 2016. 267 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p.208 e 212-13, 2016.

Implantação e primeiros anos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em Santa Catarina – Sara Rocha Fritz

Figura 1 Evolução da quantidade de contratos do Pronaf em relação ao número de estabelecimentos familiares para as cinco regiões brasileiras



A tabela elaborada pelos autores²³ mostra a evolução da quantidade de contratos do Pronaf em relação ao número de estabelecimentos familiares para as cinco regiões brasileiras, para isso utilizando dos dados do censo de 2006. Se nos atermos ao período que esse trabalho busca explorar (1996-2006) é perceptível o maior acesso da região Sul no montante de contratos do programa. A continuidade do elevado patamar de verbas nos estados do Sul demonstra a boa recepção que o PRONAF teve entre os agricultores familiares, no entanto, essa concentração de verbas, principalmente até 2003 na categoria de custeio, se dá em função de culturas consideradas commodities, como soja e milho. A partir desse foco conseguimos analisar uma outra faceta do PRONAF, como parte de um processo histórico mais amplo, não consegue romper totalmente com as ideias trazidas pela modernização da agricultura. Ainda assim, em Santa Catarina, pode-se dizer que o financiamento do programa consegue atender os cultivos de consumo interno como mandioca, arroz, pomares e pequenos animais.

Considerações finais

Levando em conta tudo que foi abordado é possível entender que a agricultura brasileira é muito diversa, tanto no que concerne aos sistemas de produções quanto a ocupação de terra, formas de organização, inserção no mercado e etc., no entanto a

²³ CAPELLESSO, Adinor José; CAZELLA, Ademir Antonio; BÚRIGO, Fábio Luiz. Evolução do Pronaf Crédito no Período 1996-2013: redimensionando o acesso pelos cadastros de pessoa física. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s.l.], v. 56, n. 3, p.446, set. 2018. FapUNIFESP (SciELO).

agricultura familiar sempre existiu em todo o território, mesmo que sem o reconhecimento e apoio governamental. O PRONAF nesse sentido constituiu um ponto de virada ao atribuir visibilidade a esse modelo de produção e ocupação, ainda que o programa apesar de representar uma ruptura, não abandona completamente uma mentalidade pautada na modernização conservadora. Santa Catarina como exemplo desse processo, sendo um dos estados que mais acessou ao crédito em seus primeiros anos, tem uma dinamização da agricultura a partir do PRONAF que no entanto não exclui a falta em termos de reforma agrária e da valorização de pequenos proprietários que não se encontram em uma situação já estruturada, dado que o programa como foi posto atende famílias em uma realidade ambiental e técnica mais estável, que já estão produzindo não sendo o caso por exemplo dos assentados da reforma agrária. Se avançamos até mais contemporaneamente, no entanto, vemos que o PRONAF continua mudando e adaptando-se a certas demandas dos agricultores familiares e que desse modo continua funcionando como ferramenta não apenas econômica, mas também de afirmação em face do poder público.

Bibliografia

BRASIL, **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar** – PRONAF, Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996.

BRASIL, **Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**, Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

CAPELLESSO, Adinor José; CAZELLA, Ademir Antonio; BÚRIGO, Fábio Luiz. Evolução do Pronaf Crédito no Período 1996-2013: redimensionando o acesso pelos cadastros de pessoa física. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, [s.l.], v. 56, n. 3, p.437-450, set. 2018. FapUNIFESP (SciELO).

FERNANDES, Sirlei Aparecida. **Gênero E Políticas De Crédito: O PRONAF-Mulher em SANTA CATARINA**. 2008. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, *Censo Agropecuário: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação*, Rio de Janeiro, p.1-777, 2006.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Campos Do Atraso, Campos Modernos: discursos da Extensão Rural em Santa Catarina (1956- 1975)**. 1997. 220 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

MATTEI, Lauro. **Impactos do Pronaf: análise de indicadores**. *Ministério do Desenvolvimento Agrário*, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, Brasília, 2005.

MATTEI, Lauro. Novo retrato da agricultura familiar em Santa Catarina. *NECAT*, Florianópolis, 2010. Semestral.

MATTEI, Lauro. O Papel e a Importância da Agricultura Familiar no Desenvolvimento Rural Brasileiro Contemporâneo. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 45, p.83-91, 2014.

NEVES, Delma Pessanha. Constituição e reprodução do campesinato no Brasil: legado dos cientistas sociais. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. V.2. São Paulo: Unesp, 2009. p. 303-324.

PIAZZA, Leonardo Casagrande. *Pronaf, Agricultura Familiar e Sustentabilidade Econômica em Santa Catarina: uma análise das condições e limites do financiamento agrícola*. 2002. 51 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

SANTA CATARINA, **Plano de Metas do Governo Estadual** – PLAMEG, Lei nº 2.772, de 21 de julho de 1961.

SEYFERTH, Giralda. Imigrantes colonos: ocupação territorial e formação camponesa no Sul do Brasil. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. V.2. São Paulo: Unesp, 2009. p. 39-64.

SILVA, Roniel Antonio da. **Impactos do Pronaf em Municípios Selecionados de Santa Catarina**. 2016. 267 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

STOFFEL, Janete. **Agricultura familiar nos Estados da Região Sul do Brasil: caracterização a partir dos dados do censo agropecuário de 2006**. In: 6º Encontro de Economia Gaúcha, 2012, Porto Alegre. 6º Encontro de Economia Gaúcha, 2012.

Implantação e primeiros anos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)
em Santa Catarina – Sara Rocha Fritz

ZANINI, Maria Catarina C. Agricultores, camponeses e também colonos descendentes de imigrante italianos na Região Central do Rio Grande do Sul. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil. V.2. São Paulo: Unesp, 2009. p. 89-108.**

Data de envio: 05 de dezembro de 2019

Data de aceite: 08 de fevereiro de 2020

**O mato virou roça e a roça virou mato:
memórias de mudanças nas terras da Serra da Armação no litoral central catarinense**

*The forest turned into crops, and the crops turned into forest: memories of changes in the
lands of Serra da Armação on the central coast of Santa Catarina, Brazil*

Edson Gracindo de Almeida¹

*Que sentir mais dói?
Com ou como, os dois doídos.
Também o sentir por
na memória, doído.
Quem ouve, quem fala,
falantes e ouvintes, os dois.
Do outro na memória um.*

Resumo: O texto investiga, apoiado na história oral, os rumos da vida de pessoas ligadas à roça, ou também à pesca, a partir da criação de uma unidade de conservação no lugar onde moram e trabalham, no município catarinense de Governador Celso Ramos. Outras temáticas surgiram ao longo das entrevistas, porque também se trata de uma narrativa de vidas.

Palavras-chave: História oral – Governador Celso Ramos – Pesca e agricultura – APA de Anhatomirim.

Abstract: Supported on oral history this paper inquiries into the people's life course involved in farming, and in fishing also, since the creation of a protected area in the place where they have living and have working, at the town of Governador Celso Ramos, Santa Catarina state, in Brazil. During the interviews, other topics came up as it was a narrative of their lives too.

Keywords: Oral history – Governador Celso Ramos – Fishing and farming – Protected areas.

Sobre história oral, o lugar e a gente do lugar

Ninguém escreve livremente, nem quando só para si. A todo instante, a pessoa vai sendo acossada pelas cobranças da palavra “certa”. Escrever, mais que pensar, é uma imposição. O mais que se alcança de liberdade, talvez, esteja em se lançar numa reflexão. E partilhá-la permite disfarçar o ensimesmamento. É o que se pretende.

Esta reflexão envolve história oral, menos em sua teoria e mais em sua experimentação, a problematizadora, porque somente “há história onde há tempo problematizado e não pré-

¹ Graduando em História (Licenciatura) pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: querimrem@gmail.com

dado”². Trata-se de uma narrativa de narrativas, porque a história oral, se, de um lado, envolve partilha de vivências, que sempre são presentificadas, pois se fala de um passado visto a partir do hoje, numa “narrativa entrecortada pelas emoções do ontem, renovadas ou ressignificadas pelas emoções do hoje”³; por outro, ela se constrói mediante interpretações, seja por parte da pessoa entrevistada, seja por parte de quem entrevista, ainda mais quando se sabe que “recordar e contar já é *interpretar*”⁴.

Repassando temas centrais de projetos com história oral pelo mundo, cinquenta anos após os trabalhos em 1948 de Allan Nevins, fundador do primeiro laboratório de história oral na Universidade de Colúmbia (EUA), Alistair Thomson, historiador e professor, além de ex-integrante do conselho da Associação Internacional de História Oral, já em 1998 destacava que, entre outros avanços, os pesquisadores haviam enfim admitido que as entrevistas na história oral ocorrem em sistemas de comunicação culturalmente específicos, inexistindo, pois, um único ou universal “jeito certo” de fazer história oral⁵.

Como disse de antemão dona Maria, de 63 anos, “é pra gente dizer o que a gente imaginou no passado, né?, e estar pensando no futuro hoje, né?” Simples assim, com os três tempos fundindo-se a partir do hoje, num passado imaginado e num futuro pensado. E de importância reconhecida, como declarou seu Vava, também de 63 anos: “...fazer esse trabalho, que eu acho importante, a resgatar as coisas antigas. Tem gente que diz que quem vive de antigos é o museu, mas é importante nós resgatar o passado pra valorizar o presente, ou o futuro”. As recordações não são exatas, por isso não se vai a uma “verdade” estática no passado, porque há esquecimentos, porque as identidades e aspirações atuais influem nas reminiscências, porque, “ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser”⁶.

Se a maioria do(a)s historiadore(a)s orais aprendem fazendo, e portanto não existe uma forma padronizada de fazer história oral,⁷ todavia, como em qualquer pesquisa historiográfica, o material colhido com as entrevistas não vem em “estado bruto”; com a particularidade de que se trata de uma produção complexa da memória, já moldada e cheia de lacunas, silêncios,

² FREIRE, 2011.

³ DELGADO, Lucília de Almeida Neves, 2006, p. 18.

⁴ PORTELLI, Alessandro, 1996. p. 60.

⁵ THOMSON, Alistair, 1998, p. 581.

⁶ THOMSON, Alistair, 1997, p. 57.

⁷ RITCHIE, Donald A., 2015, p. XV.

condensações, deslocamentos, que se relacionam entre si no instante mesmo em que se dá a narrativa.⁸ Como no relato de quando “...veio a ordem pra nós não mais derrubar, no morro. Que tempo foi?... Ah, agora eu nem lembro. Até esse dia, eu estava lá na roça mais o Lourival”, por cujas palavras dona Derinha, de 79 anos, na relação dialógica com o entrevistador e por este provocada, mostra não possuir a “data” do evento (ela própria se pergunta que tempo foi), mas retém o ocorrido e seu contexto (ela estava lá mais o filho).

Uma vez que o conhecimento é sempre uma tentativa de resposta a uma questão, neste trabalho de história oral esforça-se por alcançar o “senso do problema” com a ajuda do que essas pessoas “imaginaram do passado”, porque a imaginação não é mera formadora de imagens da realidade, “é a faculdade de formar imagens que ultrapassam a realidade, que *cantam* a realidade”⁹; e a história oral, assumindo a subjetividade como objeto de estudo, “se importa com o passado imaginário, inventado das pessoas. O que elas acreditam é mais importante do que aquilo que de fato viveram”¹⁰. O problema é saber se a legislação ambiental, especialmente a criação de uma unidade de conservação no litoral central catarinense, no município de Governador Celso Ramos, levou ao gradual abandono das roças de cultivo de mandioca, entre outros produtos, cedendo lugar à regeneração da mata atlântica, com desdobramentos no cotidiano e nas relações das pessoas que viviam e vivem nessas terras.

O lugar é a área de proteção ambiental (APA) de Anhatomirim, unidade de conservação federal instituída pelo Decreto n. 528, de 20 de maio de 1992, sob o impulso da Eco-92, conferência da ONU sobre o meio ambiente e o desenvolvimento, que se realizou entre os dias 3 e 14 de junho daquele ano, na cidade do Rio de Janeiro. Nos termos da Constituição brasileira, as unidades de conservação são espaços especialmente protegidos (inciso III, do parágrafo 1º do artigo 225). E no quadro do sistema nacional de unidades de conservação, instituído pela Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000, as APAs incluem-se no grupo das de uso sustentável. Especificamente, a APA de Anhatomirim objetiva a proteção dos botos *Sotalia guianensis*, com um grupo de indivíduos residentes em suas águas, dos fragmentos remanescentes da mata atlântica e das fontes hídricas para a sobrevivência dos pescadores artesanais. Com parte marinha situada na Baía Norte (26,69km² ou 2.669 hectares), bem como terrestre (19,64km² ou 1.964 hectares), a unidade ocupa cerca de 21% do território municipal; nela estão, no todo ou

⁸ RADSTONE, Susannah, 2000, p. 11.

⁹ BACHELARD, Gaston, 1947, p. 14; idem, 1997, p. 17 e 18 (destaque no original).

¹⁰ SANTHIAGO, Ricardo. 2008, p. 38.

em parte, seis comunidades, quatro das quais com forte atuação na pesca artesanal. Também persistem práticas agrícolas no município, apesar do altíssimo grau de urbanização nos últimos anos, com mais de 90% da população vivendo na zona urbana: no levantamento do plano de manejo da unidade de conservação, finalizado em 2013, eram de 80 a 100 famílias rurais em cerca de duzentas pequenas propriedades; dessas, aproximadamente 20 tinham sítios dentro da APA.¹¹

Os seus limites terrestres ocupam a porção leste da Serra da Armação, no que é cortada pela ali denominada estrada do Morro da Armação, que sai da localidade de Areias de Baixo em direção à Fazenda da Armação, onde se une à outra estrada que, exceto pela Armação da Piedade e Ganchos de Fora, percorre num arco todas as comunidades do município, conectando-o à rodovia BR-101 em duas entradas, ao sul e ao norte; rodovia que atravessa a planície, também em parte no município, que separa a Armação das serras de São Miguel e da Queimada, ambas em Biguaçu. Ela é composta de uma sequência de cristas com picos de altitudes variadas (o maior dentro da APA mede 445m) e vales, os quais terminam no mar geralmente em enseadas ou “ganchos”, como às vezes são chamadas e designaram o distrito criado em 1918 até sua emancipação da vizinha Biguaçu, no ano de 1963, sobrevivendo já em 1967 o atual nome. Porque, como explicou dona Maria, “eram três ganchos: era ‘gancho’, ‘gancho’ e ‘gancho’ ” (sinaliza, numa sequência com as mãos, as enseadas de Ganchos de Fora, Ganchos do Meio e Canto dos Ganchos).

Esses morros, num tempo em que as distâncias ali eram percorridas em trilhas muito das vezes a pé, é que explicam certo isolamento das comunidades, ainda que a parentada se espalhasse pelo território. “Nós ia daqui à Armação de pé, comprar peixe, ou comprar, ganhar, pedir, entendeu?, e trocava também, por batata, rosca de polvilho, rosca de massa, feijão”, segundo seu Vava, no que foi confirmado por sua esposa, dona Benta: “Era menina ainda, de 12 anos, por aí, 11 anos..., cansei de carregar peixe nesse caminho aí”. E quanto durava esse

¹¹ Quando não mencionado de outra forma, a legislação federal aqui citada está disponível no endereço <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>. Os dados sobre o município e a APA de Anhatomirim encontram-se no seu plano de manejo, que contém o regramento e o zoneamento da unidade de conservação, disponível em três encartes no endereço: <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2239-apa-de-anhatomirim>, especialmente encartes 2 e 3; tendo sido concluído e aprovado com a Portaria ICMBio n. 245, de 30 de outubro de 2013. Desde 2007, com a divisão do IBAMA, as unidades de conservação federais são geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-ICMBio, conforme Lei n.11.516, de 28 de agosto de 2007.

percurso? “Ah, acredito uma hora e meia, mais ou menos, né? Uma hora, uma hora e meia, mais ou menos”, falou seu Vava, olhando para dona Benta e por ela atestado com um “isso mesmo”.

Eram trocas materiais, bem como culturais, que se faziam pelos trilhos ou trilhas, mas também pelo mar, cortado por embarcações como a canoa de um pau só, construída de um único tronco de garapuvu (*Schizolobium parahyba*), árvore de madeira leve e fácil entalhe:

Onélia – É essa mesmo. Santo – É canoa de quatro remos, né?, de voga. Onélia – De voga e de braço e de par. Santo – Dos dois lados, pois é, e de voga [faz um movimento em círculo com os braços para trás, como se as mãos segurassem remos]. Onélia – Mas eles quase não remavam de voga, eles remavam mais é na pá, de mão [movimento de círculos com a mão direita, como se empurrando a lâmina d’água]. Iam mais ligeiro, né? Iam em dois, um na frente, um atrás, tocavam o pau. Tinha dia deles chegar aqui..., um dia, a mãe foi pra praia, a falecida mãe, me lembro, eu era bem pequena, já era nove hora da noite, eles não tinham chegado ainda, mais a minha tia, aí foram pra lá esperar. Eles chegaram com trezentas e poucas corvinas, quase afundando a canoa, quase entrando água em cima, diz assim. Se desse um vento?, eles não passavam. Santo – Naquele tempo era a vela. Onélia – Era a vela. Eles botavam a vela e vinham, quando o vento era..., a..., apro-..., né? Santo – Aprozado. Onélia – Aprozado pra vir, eles botavam a vela e vinham.

Nesse diálogo do casal entrevistado, ela nascida no município, na localidade da Caieira do Norte, ele nascido na localidade de Sorocaba, em Biguaçu, juntos há quarenta anos desde 1979, sobressai a resposta que traduz a memória coletiva, pelo que a repetição de alguns aspectos confere unidade às entrevistas, sem que se perca o que existe de singular¹², numa narrativa própria da história oral que não é total, mas fragmentária e autobiográfica, em que os indivíduos, mulher e homem, são os seus sujeitos legitimadores¹³. Uma autobiografia que se narra a si com os olhos lacrimosos, ao se recordar adolescente como empregado num barco de pesca industrial muito longe de casa, em cujo começo teve a vista ferida pela luz de uma soldagem no estaleiro:

O mar veio a partir de 9 anos, 10 anos. Nós trabalhava com quem tinha barco, tudo menino: de 8 anos, 10 anos, 11 anos. Eu tirei a carteira com 14 anos. Com 14 anos, eu fui pra Santos [em São Paulo], fui de barco ainda. Chegou um barco aí, que meu tio trabalhava lá de mestre. Chegou aí: “Que’s ir pra Santos?”, digo: “Vamo s’embora!” Eu queria era comida, mas não tinha comida pra comer. Quando tinha comida pra comer, eu digo: “Eu vô! Eu tô ligando que ganha, que não ganha?” Chorei um mucado. Quando eu cheguei lá, que eu me vi embarcado, que eu só vi gente estranha e ainda enjoando do mar, era de soluçar. Era chorando e soluçando. Quando eu cheguei lá, também, no começo, eu fui lá no estaleiro do barco, cheguei lá, os caras tava soldando,

¹² MEIHY, José Carlos Sebe Bom e HOLANDA, Fabíola, 2015, p. 28.

¹³ MONTENEGRO, Antonio Torres *et al.*, 2012, p. 18, 83 e 86.

né? E eu não sabia o que era solda. Aqui não tinha luz... E achei bonito aquela solda. Fui lá olhar. Sentei lá e fiquei olhando. Fiquei olhando lá, a tarde todinha, todinha, o cara soldando.

Perguntado se sentia saudades desse tempo, Jadir, de 63 anos, respondeu com um enfático não, embora entre risos, porque: “É muito melhor agora, né? Agora é outra vida, né?” Aludia ao adolescente pescador com carteira, ou ao menino agricultor? Por certo a ambos. Na roça, o assovio do pai ao meio-dia chamava a ele e os irmãos para descerem do morro e almoçar. Era inhame com café azedo, ou aipim, ou batata de novo, pois de manhã havia sido o café azedo com batata. “Pra gente que tava na roça, era mais pequeno, o mar era mais gostoso. É porque a gente andava, não trabalhava tanto, não era tanto prejudicado, né? Porque, nesse mar aí, nós sofremos um mucado”. Não tendo dormido à noite, então, fora levado à farmácia na manhã do outro dia e, felizmente, as vistas se curaram.

A gente do lugar deve sua base sociocultural ao processo da ocupação litorânea. De região com toda uma população indígena original, no século 17 contava com habitantes vicentistas em alguns pontos isolados (nas atuais São Francisco do Sul no litoral norte, Florianópolis ou antiga Desterro no centro, Laguna no sul), recebendo em meados do século 18 principalmente uma população oriunda do arquipélago dos Açores¹⁴. Um “empreendimento único” na colônia portuguesa, no qual se destacam, seja o recrutamento dos camponeses ilhéus geralmente pobres, seja a entrega aqui de lotes pequenos e mal distribuídos, com o resultado de não lhes ser dado “nem o meio primário para que a agricultura se desenvolvesse, e com ela a riqueza: a terra suficiente”¹⁵.

Para aqui vieram com a finalidade precípua de represália à ameaça de invasão espanhola, fornecendo braços e mantimentos às milícias de defesa. Cá, eram “colonos soldados”. Lá, eram na sua maioria agricultores, não pescadores, por causa do mar instável e do litoral escarpado com fundos abissais imediatamente à linha de costa (apenas no século 19 ganharia volume a pesca da baleia nos Açores, sob exploração industrial estrangeira). Apresentaram-se, entre outros atuais estados, na Bahia, Maranhão, Pará, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ao Maranhão, em 1619, chegou um grupo cuja leva de mil pessoas terminou pela metade, diante das péssimas condições de viagem.

¹⁴ CAMPOS, Nazareno José de, 2009, p. 178.

¹⁵ CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octávio, 1960, p. 19.

Naqueles dois últimos estados, no século 18, compuseram o maior contingente da expansão lusitana¹⁶.

Nem cá nem lá, existia uma “açorianidade”, como sentimento identitário comum, porquanto se referiam a si segundo uma das ilhas do arquipélago, ao passo que as autoridades os mencionavam como casais da ilha tal. Lá, a “açorianidade” foi inventada na última década do século 19, quando se intensificou a tentativa de descentralização do poder político. Cá, essa foi inventada no século 20, especialmente nas suas décadas finais, com a acelerada urbanização na década de 1960 e, no pós anos 1970, com a economia do litoral catarinense voltada ao turismo. À par as possíveis invenções, existiram e existem traços de lá e de cá, como na forte religiosidade e no falar cantado, pontuado de gestos:

Derinha – Trabalhei, graças a Deus, toda a vida; meu marido doente, mas também eu cuidei dele, da doença. Eu ia trabalhar, ele ficava em casa, mas quando chegava em casa dava toda a atenção; e eu, graças a Deus, tô aqui ainda, pra falar com alguém. [...] Quando tinha um córrego de água, a gente deixava os paus pra sobrar, porque, você sabe, a gente já tinha ideia, a gente já sabia que um córrego de água, se tirasse o sombrio dele, ele também ia secar muito, e é as águas que nós usamos, né? [junta as mãos, cotovelos apoiados na mesa, olhando para o entrevistador]. Nós aqui é assim [abre os braços].
 Jadir – Aquele lá era compadre. Um dizia: “Ooo compadre, tens farinha?”, “Ooo compadre, eu tenho uma galinha aqui”. Dava uma galinha. “Ooo compadre, eu não tenho peixe”, “Não, eu tenho peixe”. Aí, o outro dava uma verdura.

De lá para cá, precisaram mesclar seus modos de vida aos já existentes, de indígenas e de vicentistas, bem como aos que vieram posteriormente, de africanos e de outros europeus. Do indígena, por exemplo, tiveram a alimentação baseada na mandioca e no peixe (“a maioria das pessoas aqui viviam do pirão e do peixe”, disse dona Maria), além da técnica de esculpir o tronco do garapuvu no fabrico de canoa, com a atividade pesqueira sendo praticada de modo artesanal junto com a agricultura e que originou muitas e muitas comunidades de pesca ao longo do litoral do estado. Com reflexos que definiram quantos seriam da roça ou do mar: “Era metade, metade, porque só ia pescar quem tinha a sua lanchinha. Pra roça, não; pra roça, o senhor pegava um pedacinho de terra ali, plantava; pegava outro pedacinho ali, roçava, fazia a sua mandioquinha..., o seu Valdemar fazia a farinha. Compreendeu?”, nas palavras de dona Maria, em lembrança de plantadores e a relação deles com seu pai, agricultor, antes também pescador até virar a canoa e quase se afogar.

¹⁶ CORRÊA, Marcela Krüger, 2017, p. 47 e 70.

Mandioca que logo se revelou mais viável que o trigo, tradicionalmente cultivado nos Açores, em vista do solo arenoso e do clima quente e úmido do litoral aqui, cuja colheita se destinava à fabricação de farinha nos engenhos, equipamentos dominantes na paisagem litorânea catarinense até a segunda metade do século 20. Farinha que representou importante produção manufatureira, movimentando o comércio regional com acumulação por comerciantes e em parte pelos pequenos produtores, porém sem que se transformasse numa produção industrial, transferindo-se dos engenhos a moinhos, e sem que fosse diretamente comercializada pelos produtores nas grandes praças (Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Montevideú, Buenos Aires), mas pelos comerciantes locais¹⁷. Como apareceu nas narrativas:

Vava – Nós tinha uma cultura diversificada, de tudo nós plantava um pouco: era batata, era milho, feijão, é... Tinha um senhor daqui de Biguaçu que comprava toda a produção nossa; nós comprava no comércio dele, pra nós comer, que chamava seu Chico Fernando. Meu pai acertava as contas com ele de ano a ano, de dois em dois anos, por aí, mais ou menos.

Onélia – Tinha um..., o seu Chico Fernando de Biguaçu, com a filha, dona Georgina, eles compravam sacos de farinha, sacos de café. Eles vinham, carregavam 60, 70 sacos de farinha, 40, 50 sacos de café.

O engenho de boi e de gente, a roça que se foi

Como as coisas se tornassem “cada vez mais dificultosas para nós, porque é..., daqui a pouco já queria nota de produtor, já queria uma coisa e outra, e dificultava um pouco. A gente foi crescendo e achava que lá fora poderia ter um mundo melhor”. Com essas palavras de seu Vava, chega-se ao “senso do problema”. Nas entrevistas, ainda quando a questão ambiental, quer por sua legislação, quer por ações de agentes públicos ambientais, não fosse lembrada como um empecilho ao trabalho na roça, por causa das atividades envolvidas, a exemplo de roçadas e queimadas, entretanto se nota seu peso proibitivo na memória das pessoas:

Vava – Dizer que foi tudo órgão do governo que correu com nós, eu não falo isso aí pra ninguém. Eu falo assim, que faltou incentivo, faltou incentivo... [repete]. Entrevistador – Mas proibição não teve? Vava – É... tinha, tinha [repete], realmente, a proibição tem, porque nós derrubava, nós derrubava isso aí a machado [aponta com a mão direita estendida para o morro], a machado ainda, a manual, pra nós plantar. Nós fazia queimada. Hoje, se nós fizer uma queimada aí... [estende os braços], vocês sabem o que acontece [balança a cabeça e silencia].

¹⁷ Idem, p. 183.

Memória que presentifica o passado, ou um passado persistente (seu Vava diz: “tinha, realmente, a proibição tem”), às vezes com visível dor, nesta narrativa de Onélia sobre quando seu pai, Valdomiro, teve a enxada arrancada das mãos na roça por uma agente do meio ambiente:

Quer ver a guria que tava com ele [o fiscal], eu não sei o nome, aquilo é que era ruim, ruim mesmo era ela, muito ruim, não sabia conversar com as pessoas. Eles só chegavam e iam entrando pela roça adentro e já iam tirando tudo da mão e levavam embora. Aí, ela disse assim: “Ó, amanhã, nós vamos passar aqui de novo; se o senhor tiver aqui plantando, nós vamos levar o senhor preso”. Aí ele pegou, ele disse: “Meu Deus do céu, eu com essa idade toda, me criei..., criei os filhos na roça, né?, me casei, na roça, criei os filhos na roça, e agora eu, com essa idade toda, eles vem me proibir de eu plantar um..., uma espiga de arroz, uma batata-doce”. É, ele pegou, ele se desanimou, né? Aí vivia só aí, sentado, se desanimou, ficou doente, ficou doente [repete]. “Não vou plantar mais, minha filha”, ele disse, “se eu plantar, se eles me pegar aqui, eles vão me levar preso”. Eu disse: “Não, pai, não vão levar o pai preso, não. O pai tem família, o pai não é ladrão, o pai não roubou nada de ninguém, o pai tá dentro de sua propriedade. Por que o senhor vai pra cadeia?” Mas eu digo pra ti [entrevistador], olha, as coisas vai ser muito mais difícil, do jeito que tá indo, vai ser muito mais difícil, muito. Até na pesca a gente já tá vendo aí quantas coisas que já mudou, né?

Passado presentificado, pretendendo-se, com um “vai ser”, vaticinar um tempo que ainda não foi, mas pode estar sendo. No caso, no tempo da APA de Anhatomirim, “foi quando o IBAMA deu em cima das pessoas que fazia mais esse tipo de fogueirinha, porque lá em cima [no morro] eles não iam ver a fogueirinha, né?; mas cá embaixo se via a fogueirinha, né?”, relatou dona Maria, para quem, no “aqui embaixo” da Serra da Armação, “era tudo limpo, não era essa mata, esse matagal aí”, e cujo pai igualmente parou com a roça, “quando ele foi proibido pelo..., esse homem aí, pelo esse... do IBAMA. [...] porque ele roçava e fazia a fogueirinha. Era o meio de todo mundo fazer isso. O senhor não sabe? Roçava assim, por baixo, tacava o fogo, depois cortava a madeira e se vendia”.

A roçada dava-se para abertura de área ao plantio e para extração de lenha, a fim de abastecer os fogões nas casas e os fornos dos engenhos de farinha. Proibida essa atividade na Serra da Armação, dona Derinha precisou comprar lenha e farinha para continuar com o engenho ajudada pelos filhos, tendo o marido acamado desde quando o filho mais velho contava com 12 anos:

Derinha – Eu ia pra roça, eu mais o meu filho mais velho, e nós plantava. [...] nós já tínhamos um engenho aqui, quando ele ficou doente, [...] de eu ir comprar mandioca pra fazer farinha, porque aí também veio a ordem pra nós não mais derrubar, no morro, né? Entrevistador – Veio ordem, quando foi?

Derinha – É, do IBAMA. Que tempo foi?... Ah, agora eu nem lembro. Entrevistador – Mas os filhos já eram crescidos, ou não? Derinha – Já. Até esse dia, eu estava lá na roça mais o Lourival, que nós tinha derrubado uma malha, pra plantar, né?, tirando a lenha pra fazer farinha. [...] nós deixamos de plantar foi na época, agora, a época do IBAMA, como a gente mesmo diz, né?, que pegou Anhatomirim e disse que essa área daqui era reservada.

A APA de Anhatomirim, como todas as unidades de conservação do seu grupo no Brasil, legalmente visa compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais. Portanto é um espaço ambientalmente protegido cujo uso lhe é inerente. Nessas narrativas, não aparecem, por parte do poder público, tentativas de compatibilizar os recursos da mata atlântica, na Serra da Armação, com os usos existentes e de longa duração por seus moradores. Se as normas de proibição são anteriores ou concomitantes à unidade (como o Decreto n. 750, de 10 de fevereiro de 1993, que proibia o corte da mata atlântica, autorizando-o apenas nos casos em que especificava, como o corte seletivo ou o corte de vegetação em estágio inicial), por sua vez a chamada “lei da mata atlântica” (Lei n. 11.428/2006) expressamente veio a permitir a exploração eventual da mata, nas propriedades e posses das populações tradicionais e dos pequenos produtores rurais, “independente de autorização dos órgãos competentes” (artigo 9º). Entretanto, restringiu essa permissão a fins não comerciais diretos ou indiretos, como um elemento altamente discricionário e remetendo-o à regulamentação, advinda com o Decreto n. 6.660/2008 (o qual revogou o de n. 750). Isso, sem mencionar que o plano de manejo da APA de Anhatomirim, também um regulamento e aprovado no final de 2013 (vinte anos após criada a unidade), na cota de altitude 100m na Serra da Armação, dentro de seus limites e onde se encontram grande parte das nascentes d’água, tornou ainda mais restritas as possibilidades de corte da mata atlântica, com a diferença de que tal regra recebeu amplo e público debate, durante os três anos de elaboração do zoneamento e do regramento da unidade.

Não se trata aqui de debater o acerto ou o desacerto desses fatos. Ao mesmo tempo em que essas recordações narram abandonos obrigados da roça por ações do poder público, revelam também escolhas pessoais, às vezes por causa da fome, num lugar e num tempo em que a força da gente, crianças inclusive, substituía à de um boi cansado no bolinete do engenho de farinha:

Jadir – Quando não tinha boi, o pai botava nós a rodar. Tudo menino. Era pesado, mas tinha que fazer, ou faz ou não come. Porque ele botava o boi ali, vamos supor, seis horas a rodar, ou oito horas. Aí o dono não queria mais que

o boi tocasse mais aquele período, porque o boi já tava cansado, tinha que descansar o boi. A massa já tava lá. Um dia, foi no engenho do Campolino. O pai pediu a ele, eles eram compadres, né?, porque naquela época todo mundo era compadre, porque era muito filho, também, né? Quinze filhos, então quantos compadres tinha? [risos] Tinha quinze compadres. Nesse dia foi duro. Foi um dia chuvoso. Foi chamado todo mundo. Quando tonteava, cansava, sai, entram mais dois. Nós forneamos não sei quantos balaios. Porque o Campolino chegou e falou: “Ooo compadre, o boi não vai mais, não, porque o boi tá cansado”. Era a renegar. “Tá bom, compadre, eu forneio com os meus filhos, mesmo”.

Considerações finais

Lidar com história oral é mexer com camadas subjacentes da vida de pessoas, individual e coletivamente. Nas entrevistas, na medida em que se desenvolvia sua dinâmica, surgiam questões outras, como as de gênero, por exemplo, na fala de dona Derinha sobre as irmãs: “Uma é a Verônica, que é Maria da Luz, mas agora se assina como Schmitt, e a outra é Laura, a assinatura do marido até não sei bem”. Camadas que sobrem espontâneas ou não, às vezes de permeio.

Segundo as lembranças e as subjetividades que aqui se conseguiram captar, a roça e a pesca eram ambas comuns no cotidiano dessas pessoas. Houve rupturas trazidas pela vida, ou nem sempre e, por isso, outros rumos talvez tivessem sido dados à vida de cada uma dessas pessoas. Trata-se de interpretações, depois de um sentir junto.

Agradecimentos

Benta Severino, Desidéria Maria Furtado – dona Derinha, Jadir Gabriel Pontes, Maria das Dores Piza Weber – dona Maria, Onélia Correia Binhoti, Orivaldo Alexandre Severino – seu Vava, Santo Binhoti, por partilharem suas memórias e autorizarem seu uso, moradoras e moradores em propriedades abrangidas pela APA de Anhatomirim, junto à Serra da Armação, nas localidades de Areias de Baixo, Caieira do Norte e Costeira da Armação, em Governador Celso Ramos.

A Marcos César da Silva, chefe da APA de Anhatomirim, pelo apoio nas entrevistas, realizadas em 13 de junho de 2019, precedidas de algumas visitas.

E ao José, Zé, Zezé, JR, Jotinha, Jota, até que possamos rir juntos novamente, porque o que a vida leva o tempo não apaga, na memória.

Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3ª ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: FGV, 2013. 386p.

BACHELARD, Gaston. **La formation de l'esprit scientifique**. Paris: Vrin, 1947. 257p.

BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 202p.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Decreto n. 528**, de 20 de maio de 1992. Declara como Área de Proteção Ambiental Anhatomirim, no Estado de Santa Catarina, a região que delimita e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 mai. 1992.

BRASIL. **Decreto n. 750**, de 10 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 fev. 1993.

BRASIL. **Lei n. 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jul. 2000.

BRASIL. **Lei n. 11.428**, de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 dez. 2006 (retificado em 09 jan. 2007).

BRASIL. **Decreto n. 6.660**, de 21 de novembro de 2008. Regulamenta dispositivos da Lei n. 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 nov. 2008.

BRASIL. ICMBio. **Portaria n. 245**, de 30 de outubro de 2013. Aprovar o plano de manejo da Área de Proteção Ambiental de Anhatomirim, no estado de Santa Catarina. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 out. 2013. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/legislacao1/portarias/3980-portarias-2013>. Acessado em: 27 abril 2019.

CAMPOS, Nazareno José de. Açorianos do litoral catarinense. Da invisibilidade à mercantilização da cultura. **Arquipélago/História**, 2ª série, 2009, p. 177-201. Disponível em: <https://repositorio.uac.pt/handle/10400.3/1236>. Acessado em: 05 maio 2019.

CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octávio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis**. Aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1960. 289p.

CORRÊA, Marcela Krüger. **Das ilhas de lá à ilha de cá: a construção da identidade açoriana no litoral catarinense**. 2017. 269p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PGCN0679-T.pdf>. Acessado em: 27 abril 2019.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral** - memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 136p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011 (formato epub).

MEIHY, José Carlos Sebe Bom e HOLANDA, Fabíola. **História oral, como fazer, como pensar**. 2ª ed., 4ª reimp. São Paulo: Contexto, 2015. 175p.

MONTENEGRO, Antonio Torres *et al.* (Orgs.). **História oral, desigualdades e diferenças**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012. 333p.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, v. 1, n. 2, 1996. p. 59-72. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819739/mod_resource/content/1/PORTELLI,%20Alessandro%20E2%80%93%20A%20Filosofia%20e%20os%20fatos.pdf. Acessado em: 27 abril 2019.

RADSTONE, Susannah. Working with memory: an introduction. In: RADSTONE, Susannah (Org.). **Memory and methodology**. Londres/Nova York: Bloomsbury, 2000. p. 1-20.

RITCHIE, Donald A. **Doing oral history**. 3ª ed. Nova York: Oxford University Press, 2015. 347p.

SANTHIAGO, Ricardo. Da fonte oral à história oral: debates sobre legitimidade. **Saeculum - Revista de História**, n. 18, jan.-jun. de 2008. p. 33-46. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/viewFile/11395/6509>. Acessado em: 27 abril 2019.

SIMÃO, Miguel João. **De Ganchos a Governador Celso Ramos**. Florianópolis: Ed. do Autor, 2002. 209p.

THOMSON, Alistair. Fifty years on: an international perspective on oral history. **The Journal of American History**, pp. 581-595, set. de 1998. Disponível em https://www.jstor.org/stable/2567753?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 05 maio 2019.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Projeto História**, vol. 15, jul.-dez. 1997, p. 51-84. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11216>. Acessado em: 05 maio 2019.

Data de envio: 14 de julho de 2019

O mato virou roça e a roça virou mato: memórias de mudanças nas terras da Serra da Armação no litoral central catarinense – Edson Gracindo de Almeida

Data de aceite: 05 de fevereiro de 2020

Suinocultura no Oeste Catarinense: Os impactos socioambientais e simbólicos

Pig farming in the West of Santa Catarina: The socio-environmental and symbolic impacts

Laianny Cristine Gonçalves Terreri¹

Resumo: O estado de Santa Catarina é o maior produtor de suínos do país. O objetivo deste trabalho é abordar os impactos de um processo de industrialização nas transformações do sistema de criação de porcos no estado ocorridas no último século. Os resultados mostram que embora a suinocultura seja uma indústria muito lucrativa economicamente, esse lucro acaba não favorecendo diretamente a região e seus moradores quando se leva em conta a degradação ambiental e contaminação das águas causadas pelo descarte inadequado de matéria orgânica provinda dos abatedouros, assim como a reestruturação familiar de pequenos agricultores e criadores de porcos, que foram gradativamente substituídos pela grande indústria. Este estudo aponta, também, o aumento dos impactos negativos no bem-estar e exploração animais aos suínos confinados nos moldes atuais do modelo de produção industrial para o abate e consumo humano e sua relação simbólica com as violências contra mulheres.

Palavras-Chave: Suinocultura; Oeste Catarinense; Agroindústria; Exploração animal.

Abstract: The state of Santa Catarina is the largest pork producer in the country. This work's objective is to address the impact of the industrialisation process in the pork breeding system in the last century. The results show that although pork farming is a very profitable industry, this profit does not directly favours the region and its inhabitants. Such results take into account the impact of environmental degradation, water contamination (caused by inadequate dumping of organic materials from slaughterhouses) as well as small farmer families restructuring, which were gradually replaced by large industries. This study also contemplates the increasing impact on animals welfare and exploitation resulting from the current industrialised model of production and the symbolic relationship to violations against women.

Keywords: Swine; Western Santa Catarina; Meat processing industry; Animal Exploitation.

Introdução

Em todo o mundo, a criação de porcos para o consumo humano cresce de maneira exponencial. Desta forma, a fim de produzir uma maior quantidade de carne para atender a demanda do mercado, a suinocultura se reinventou e agora tende a adotar um modelo de criação rápida e que ocupe o menor espaço possível. Muito se fala dessa mudança de estrutura de produção e das consequências ambientais deste novo tipo de sistema, contudo, o presente estudo pretende apontar também as consequências no bem estar animal, que são o alvo da exploração pecuária. Outro ponto a ser problematizado no texto, são as possíveis relações entre a violência animal e a violência com as mulheres, através da comparação de relatos agropecuários que muito se assemelham a descrição de casos de estupro.

Para entender as complicações causadas no bem estar dos animais é necessário entender primeiro o modelo atual de criação e exploração deles. Assim, no Brasil, o oeste do estado de

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Contato: laiannyterreri@gmail.com

Santa Catarina se destaca na criação e abate de suínos. De acordo com o IBGE, no segundo semestre de 2019, Santa Catarina liderou o ranking nacional de abate suíno com a marca de 3 053 902 de animais². Essa indústria vem crescendo desde 1940 com a instalação de frigoríficos como o Frigorífico Perdigão S/ A Comércio, construído em 1934 na cidade de Videira; o Frigorífico Sadia, de 1944, na cidade de Concórdia; Frigorífico Seara, em Seara, 1952, entre outros. Contudo, antes desse desenvolvimento industrial, Santa Catarina já possuía um histórico de criação de porcos.

História da suinocultura em Santa Catarina

Essas criações animais estavam presentes nas populações de caboclos, que até meados do século XX, mantinham e dividiam suas terras em o que Renk³ caracteriza como terras de plantar e terras de criar. Os caboclos são aqui entendidos pela definição de Machado⁴, em que o conceito apesar de não se dar pela conotação étnica, apresenta o fato da maioria deles serem mestiços e negros, além da descrição daqueles como homens pobres, pequenos lavradores, posseiros, agregados e peões habitantes do meio rural do oeste catarinense. Assim, nas terras de plantar, existia a agricultura em pequena escala, no sistema de rotatividade, com plantio, principalmente, de milho e feijão. Nas terras de criar, que incluía tanto o campo quanto parte das florestas, os porcos eram criados soltos, necessitando pouco manejo, pois os animais cresciam e engordavam se alimentando de frutos e sementes, como o pinhão. Essa criação era destinada a subsistência das famílias e o excedente poderia ser comercializado em cidades próximas⁵. É importante ressaltar que nesse sistema a engorda dos porcos demorava cerca de 18 meses e exigia em média 5 hectares por animal. Atualmente, a engorda acontece até os 5 meses de vida e ocorre em espaços de aproximadamente 1m² por animal⁶.

Todavia, com a imigração e colonização alemã e italiana no século passado para o oeste do estado e, com isso, a expropriação de terras dos caboclos em prol dos imigrantes, esse sistema de criação solta dos porcos foi deixando de existir, dando lugar para o método dos colonos, que consistia na derrubada da floresta para a formação de lavouras destinadas à comercialização dos produtos, e para o confinamento dos porcos em chiqueiros. Também nesse período, costumava-se cercar a plantação de milho para, na época da colheita, soltar os suínos

² IBGE, 2019.

³ RENK, Arlene, 2006, p. 37-62

⁴ MACHADO, Paulo Pinheiro, 2004, 295 p.

⁵ BRANDT, Marlon; NODARI, Eunice Sueli, 2011, p. 80-90.

⁶ SOS SUÍNOS, 2019.

dentro dessa área. Esse tipo de criação pode ser visualizado na Figura 1, em que os porcos são vistos confinados para o período de engorda.

Figura 1- Suínos confinados em cerco de madeira para o período de engorda, em Pinhalzinho, SC, na década de 1950



Fonte: Moretto; Brandt (2019)

No fim dos anos 40, houve o aumento de criação de porcos para venda, assim esses proprietários passaram a comercializar em maior escala os animais criados em suas propriedades, tornando o principal produto das unidades familiares. A produção de suínos até a primeira metade do século XX era organizada como “ciclo completo”, em que o todo o processo de criação é controlado pelo agricultor, proprietário dos meios de produção: a terra, as instalações, os equipamentos e insumos. Em relação a empresas comerciais, o produtor mantinha uma relação de compra e venda, tanto dos suínos, assim como de medicamentos⁷. Assim, a suinocultura foi responsável por um crescimento econômico da região do oeste catarinense, pois além de fomentar renda às famílias agricultoras, também o fez a outros tipos de comerciantes, bem como a pequenos produtores de banha e derivados da carne de porco.

Desse modo, o comércio de suínos e a produção de banha começou a ir além do mercado local, sendo vendido em outras regiões, transportado através da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, que interligava a região com o Sul e o Sudeste do país. Essa expansão de mercado está associada a dois processos correlatos: o primeiro relativo à urbanização dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, que provocou um maior consumo dos derivados de carne, e, principalmente, da banha, utilizada no cozimento e na conservação de alimentos. O segundo, relacionado a uma onda desenvolvimentista no país entre os anos 1950 em diante, em que governos estaduais e municipais incentivaram a instalação de indústrias, não sendo um processo

⁷ COLETTI, Tomé; LINS, H. N., 2010, 1-25.

descolado de um projeto nacional de modernização do campo. A ocorrida modernização e os consequentes novos modos de criação culminaram na instalação dos frigoríficos na região do oeste de Santa Catarina⁸.

A industrialização da suinocultura

A partir disso, o foco de produção deixou de ser a banha, como conservadora de alimentos, e passou a ser a própria carne do porco. Com a chegada das indústrias, a nova maneira de criação desses animais passou a ser pelo sistema integrado de produção, ou seja, visando a concentração, eficiência e maior produção de suínos. Para isso, as indústrias do abate forneciam aos produtores locais auxílio técnico e inovações, como rações, insumos e medicamentos, enquanto os agricultores ficavam responsáveis pela mão de obra, estruturas e manejos dos dejetos.

Pode-se dizer que, de forma geral, a indústria passou a controlar a produção, definindo desde a alimentação dos animais até o momento em que estes seriam abatidos, concomitantemente as relações dos agricultores deixam de ser tradicionalmente com os comerciantes locais para serem substituídas diretamente para relações de capital industrial e bancário⁹. Além do setor privado, inúmeras cooperativas agropecuárias também se expandiram, como forma de atender aos novos objetivos do mercado e do plano de desenvolvimento econômico estimulado pelo Estado.

Além disso, nesse novo sistema integrado de produção, o produtor recebe um valor das indústrias conforme sua produtividade. Contudo, como apontado nas pesquisas e entrevistas realizadas por Coletti e Lins¹⁰ com criadores de suínos do oeste catarinense, as agroindústrias “fazem o que bem querem” em relação ao pagamento dado aos produtores, pois estes desconhecem os critérios do cálculo de produtividade utilizado.

Para as agroindústrias, com um novo sistema produção, surge uma maior organização da criação de suínos e abate. São três os principais objetivos para as grandes empresas do setor: o primeiro, é a garantia de qualidade e regularidade da produção, pois, na antiga forma de criação de suínos, a oferta de animais prontos para o abate estava relacionada à época do ano, por causa das safras de certos alimentos, como o milho, que servia também de comida aos porcos. Com a modernização do campo, a indústria consegue realizar o abate o ano inteiro,

⁸ MORETTO, Samira Peruchi; BRANDT, Marlon., 2019, p. 229 - 254.

⁹ ESPÍNDULA, Carlos José., 1999, p. 101-194.

¹⁰ COLETTI, Tomé; LINS, H. N., 2010, p. 1-25.

enquanto o produtor rural deixa de se organizar conforme o ciclo natural e se adequa a agroindústria. Já o segundo objetivo seria a melhora da qualidade dos animais abatidos para o mercado, através de aperfeiçoamentos genéticos e regulamentação de manejo e instalações. Por fim, o terceiro objetivo do sistema integrado, que advém dos motivos anteriores, é a criação do setor de rações, atualmente responsável por grande parte dos lucros agroindustriais¹¹.

Contudo, no final dos anos 80 e início da década de 90, a agroindústria passou novamente por grandes reestruturações a fim de conquistar o mercado nacional e internacional e, também de aumentar a variedade de produtos produzidos. Logo, novos sistemas de parceria entre os frigoríficos e os agricultores surgiram. Nos anos 2000 uma nova modalidade ganha bastante força: a “creche”, isto é, as agroindústrias fornecem ao produtor rural os leitões e insumos para que o agricultor continue o período de engorda dos animais. Igualmente, a parceria de terminação, em que os agricultores ficam responsáveis pelas fases finais do processo de criação dos suínos. Na tabela a seguir, é possível identificar cada tipo de sistema produtivo e sua vigência:

Tabela 1 - Evolução dos sistemas de produção de suínos no oeste de Santa Catarina

SISTEMA DE PRODUÇÃO DE SUÍNOS	GRAU DE INCIDÊNCIA DE CADA SISTEMA		
	Anos 80	Anos 90	Anos 2000
Ciclo completo integrado	Intensifica-se e torna-se o principal sistema.	Começa a ser substituído pelo sistema de parceria.	Poucos produtores permanecem nesse sistema.
Ciclo completo independente	Predominante até essa década.	Concentra-se em grandes produtores, na produção associativa de pequenas agroindústrias e na produção de subsistência.	Implica poucos grandes produtores, produção associada de pequenas agroindústrias e produção de subsistência.
Produtor de leitões (parceria)	Começa nessa década, com o sistema de compra e venda.	Desenvolve-se; inicia-se parceria em que o agricultor recebe matrizes e reprodutores em comodato e oferece mão de obra, instalações e equipamentos; os demais insumos são fornecidos pelas agroindústrias.	O sistema de compra e venda sofre abandono, ganhando predominância o sistema de parceria.
Creche (parceria)	Sem registro.	Iniciam-se as primeiras experiências.	Em rápida expansão.
Terminador (parceria)	Inicia-se, com o sistema de compra e venda.	Sistema é mudado, para contrato de parceria: agricultor entra com mão de obra, instalações e equipamentos, sendo remunerado conforme a produtividade.	Torna-se o sistema predominante.
Parceria independente	Sem registro.	Passa a ser adotado por alguns grandes produtores.	Torna-se o principal sistema dos grandes suinocultores independentes.

Fonte: Coletti, Lins (2011)

¹¹ Idem.

Já a tabela 2 apresenta o número do rebanho de Santa Catarina, comparado ao rebanho nacional. Desta forma, percebe-se que a agroindústria catarinense expandiu consideravelmente seu mercado entre as décadas de 90 e 2010 e após isso houve uma estagnação.

Tabela 2 - Número de suínos entre 1990 e 2018

Ano	Numero de suínos (milhões)	
	Brasil	Santa Catarina
1990	33,62	3,33
1992	34,53	3,42
1994	35,14	4,09
1996	29,2	4,53
1998	30,01	4,7
2000	31,56	5,09
2002	31,92	5,35
2004	33,08	5,77
2006	35,17	7,16
2008	36,81	7,84
2010	36,95	7,81
2012	36,79	7,48
2014	37,93	6,78
2016	40,05	7,09
2018	41,44	7,96

Fonte: Dados obtidos de IBGE

Impactos do processo de industrialização

Ao longo deste processo, as transformações dos sistemas de produção afetaram os tradicionais agricultores e produtores de suínos, pois acabou por também reestruturar os sistemas de agricultura nas pequenas propriedades. Com isso, muitas famílias foram excluídas dos novos sistemas de produção e tiveram que dar um foco maior a outros tipos de trabalho e renda, como a produção de leite, milho, feijão e fumo. Além disso, alternativas como a produção orgânica e agroecológica foram colocadas na prática por diversas propriedades familiares que não se adequaram ao sistema agroindustrial de suinocultura.

Ademais das reestruturações familiares ocorridas pela implementação da indústria catarinense, também é importante ressaltar as alterações ambientais que ocorreram no oeste catarinense através da suinocultura. O principal impacto ambiental é referente a contaminação das águas. A região do Estado de Santa Catarina tem mais de 80% de suas fontes de águas e rios contaminados, causados por atividades pecuárias (dejetos de animais), atividades de lavoura (agrotóxicos), atividade de abatedouros (efluentes descartados de maneira incorreta nos rios). Neste contexto, a suinocultura é a principal fonte de contaminação das águas.

Isso se deve ao fato que no século passado, os agricultores descartavam os dejetos dos porcos em rios e afluentes. Essa prática foi incentivada inclusive por técnicos agrícolas da

EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), que aconselhavam os produtores a construírem as instalações dos porcos perto dos rios para facilitar o descarte e ainda alimentar os peixes. A média de dejetos de um porco é 8,6 litros por dia. Em 1970, tinha-se cerca de 1,08 milhões de porcos em Santa Catarina, o que resultaria em mais de nove milhões de litros de dejetos diários¹².

A partir de vazamento frequentes, grande mortandade de peixes e um estudo que comprovou que o aumento de borrachudos na região do oeste catarinense foi ocasionado pela grande quantidade de matéria orgânica nos rios que contribuíram para o desenvolvimento do inseto, algumas providências foram tomadas. Assim, proibiu-se o despejo de dejetos no rio, embora isso continue acontecendo na ilegalidade. A alternativa para o descarte dos dejetos foi de esterqueiras e bioesterqueiras. Existiam projetos como o “Programa de Expansão da Suinocultura e Tratamento de Dejetos” subsidiado pelo BNDES que financiou soluções para diminuir o impacto ambiental. Outra alternativa era usar os dejetos dos porcos como adubos. O problema dessa solução é que muitas vezes os dejetos eram usados sem o tratamento certo, que causava ainda mais a poluição do solo e das águas. Pode-se dizer que só houve uma mudança significativa a partir de 1998 com uma mudança da legislação, a Lei n.º.9.605/ 98, Lei de Crimes Ambientais. “O sistema [agroindustrial] foi obrigado a repensar seus modelos de produção, muito mais por pressões externas e de órgão ambientais do que propriamente por consciência ambiental”¹³.

Ainda relacionado a água, além da poluição de rios e fontes, também está o grande consumo de água para a criação de animais. Espíndula¹⁴ aponta que uma das unidades da Sadia construiu uma caixa d'água vertical com capacidade de 1 milhão e 250 litros, e cerca de 1 milhão e 200 são consumidos por dia em produção, limpeza e higienização de máquinas e equipamentos. Em 2017, havia 8.438.865 suínos no estado de Santa Catarina, cada animal, consome diretamente em média 5,5 litros de água por dia, o que resultaria em aproximadamente 46 milhões e meio de litros de água por dia para a criação desses animais.¹⁵

Por último, mas muito importante, é o impacto do desenvolvimento da agroindústria na vida dos próprios animais criados para o abate e consumo humano. Aos poucos, o mercado consumidor e a sociedade no geral, têm exigido medidas que garantam o mínimo do bem-estar animal nesses sistemas produtivos. Nesse sentido, o relatório de Brambell, escrito na Inglaterra

¹² FORNECK, Elisandra; KLUG, João. 2015, p. 249-271

¹³ Ibidem, p. 265

¹⁴ ESPÍNDULA, Carlos José., 1999. p. 101-194.

¹⁵ IBGE, 2019.

em 1965, foi pioneiro em avaliar as condições dos animais confinados no país britânico, cunhando o conceito de “as cinco liberdades” animais que serviram, posteriormente, de embasamento para a proteção animal, sendo elas: estar livre de fome e sede; livre de dor, ferimentos e doenças; livre de desconforto; livre para expressar seu comportamento natural e livre de medo e estresse¹⁶.

Nessa perspectiva, o sofrimento animal advém de privações físicas ou psicológicas, como a ausência de espaço e o isolamento social. Na Figura 2, abaixo, é possível visualizar o modelo atual de criação de suínos, em que estes são criados confinados em espaços reduzidos, não permitindo movimentação, exercício e bem-estar.

Figura 2- Animais em confinamento



Fonte: Suínos e Aves (2012)

Soma-se a isso o fato da exploração animal se dar, principalmente, sobre as fêmeas matrizes. Isso, pois, a ideia de constante reprodução das fêmeas presente no atual modelo de suinocultura faz com que haja uma imposição contrária a expressão do comportamento natural delas, como se conclui a partir do relatório da EMPRAPA de 1978, intitulado “Sistemas de produção para suínos” realizado em Concórdia - SC, em que há o seguinte trecho: “Uma fêmea é reconhecidamente boa criadeira, quando comprovou através de vários partos. Uma grande produção de leitões nascidos e desmamados, menores intervalos entre partos, boa qualidade leiteira e enfim, boa mãe”¹⁷. Outro trecho aponta que:

O criador deve prestar especial atenção ao comportamento de seus animais, principalmente quando iniciam suas atividades sexuais (jovens) ou quando for a 1- cobertura após um período de repouso (adulto), porque às vezes, os machos podem encontrar-se totalmente indiferentes às fêmeas. Quando isso

¹⁶ BRAMBELL, W. R. et al, 1965.

¹⁷ EMBRAPA, 2019.

acontece, é conveniente apresentar fêmeas no ponto certo para a cobertura, e de preferência, imobilizadas¹⁸

Ao observar a linguagem usada para caracterizar o que seria uma boa mãe, e a sugestão de imobilizar a fêmea para que o macho possa acasalar, é possível perceber a naturalização da violência e do rompimento de protocolos como o das “cinco liberdades”.

Consequências simbólicas

Pode-se entender essa naturalização dos signos em torno dos maus tratos animais como um sintoma da modernidade. Dessa maneira, e a partir da leitura de análises críticas apoiadas em Lefebvre¹⁹, é possível inferir que tais comportamentos da produção e consumo da carne porcina subjazem os aspectos culturais da modernidade, visto que a realidade e as imagens são transpostas em signos de uma ideologia vigente. Em outras palavras, “A produção desses signos se integra na produção global e desempenha um papel integrador fundamental em relação às outras atividades sociais produtivas ou organizadoras. O signo é comprado e vendido; a linguagem torna-se valor de troca”²⁰. Assim, o consumo de objetos e materiais, estende-se aos signos como os da satisfação, do poder, da riqueza, da técnica, entre outros.

Nas últimas duas décadas iniciou-se o debate entre ativistas da causa animal sobre a possível relação simbólica e polêmica entre a naturalização da exploração sofrida por animais criados para o abate e violência contra as mulheres. Para entender essa relação, é primeiro preciso entender o conceito de referente ausente:

A função do referente ausente é manter a nossa “carne” separada de qualquer ideia de que ela ou ele já foi um animal [...] evitar que algo seja visto como tendo sido um ser. Uma vez que a existência da carne é desligada da existência de um animal que foi morto para se tornar “carne”, esta fica desancorada do seu referente original (o animal), tornando-se em vez disso, uma imagem que não está ligada a nada, imagem esta usada frequentemente para refletir o status feminino, assim como o dos animais. Os animais são o referente ausente no ato de comer carne; tornam-se também o referente ausente nas imagens de mulheres subjugadas, fragmentadas ou consumíveis.²¹

Desta forma, existem três maneiras em que os animais se tornam referentes ausentes. A primeira é literal, o animal está ausente pois está morto. A segunda é através da linguagem, quando se come um animal, deixa-se de usar a palavra filhote, para usar a palavra novilho ou

¹⁸ Ibidem, p. 16.

¹⁹ LEFEBVRE, Henri., 1973.

²⁰ HENRIQUE, Wendel., 2008. p. 204

²¹ ADAMS, Carol J., 2018, p. 24.

bezerro, já os porcos se tornam bacon, banha. A terceira maneira, é metafórica, quando a experiência animal se torna uma metáfora para descrever experiências humanas. Esta acontece, por exemplo, quando uma mulher vítima de um estupro e violência diz sentir-se “como um pedaço de carne”, ou ainda, quando se usa o termo “porca” para inferiorizar uma mulher como suja.²²

O contrário também pode acontecer quando animais são sexualizados de alguma maneira. A Figura 3, a seguir, trata-se da Ursula Hamdress, vinculada a revista Playboar em 1981. Apesar de ser uma arte provocativa e não realmente sexualizada, o que está ausente é o corpo feminino.

Figura 3 - Ursula Hamdress



Fonte: Adams (2018)

Enquanto as mulheres violentadas podem se sentir como um pedaço de “carne”, os animais realmente viram pedaços de “carne”. A forma real como um animal é retalhado e morto, é omissa do imaginário da população, pois isso impossibilitaria seu consumo.

Assim, o animal é abatido como se não fosse um ser vivo que sente e que vive. Da mesma forma quando ocorre o estupro de mulheres, as quais são tratadas como objetos inertes e sem sentimentos, levando-as a se sentirem tratadas como se fossem um animal. Quando se analisa o relatório supracitado da EMBRAPA, percebe-se que as porcas são penetradas, violentadas, afastadas de seus filhotes, contra sua própria vontade, para satisfazer o mercado. Quando o relatório aponta que as porcas devem ser imobilizadas para que os machos possam copulá-las, o que se tem é um referente ausente do estupro de mulheres.

Diante dessa análise, conclui-se que as transformações na produção e consumo de suínos perpassa o sistema de produção vigente através de signos, ou seja, a demanda social dá

²² ADAMS, Carol J., 2018.

a cada objeto o seu valor de troca, ao mesmo tempo em que (re)significa o seu uso ou seu valor, mesmo quando se utiliza de um “referente ausente”. Desse modo, os corpos tanto de mulheres quanto de porcos se transformam em objetos consumíveis em prol do mercado.

Conclusão

Nota-se que o estado de Santa Catarina tem um histórico de criação de porcos desde antes do século XX através dos caboclos do oeste do estado. Contudo, nas últimas décadas, o modelo de criação de porcos no Estado passou por grandes transformações. Primeiramente com os imigrantes e depois com a modernização do campo, que propiciou a instalação de grandes indústrias de frigoríficos e abate. A partir disso, houve inúmeras consequências para a região. Os antigos criadores de porcos, donos de pequenas propriedades, foram substituídos pelas grandes agroindústrias e, com isso, tiveram que modificar suas formas de trabalho e subsistência.

Além disso, o impacto ambiental dessa grande industrialização gerou, e continua gerando, custos altíssimos ao meio ambiente, poluindo principalmente os rios. A situação é ainda pior quando se leva em conta a situação dos suínos, pois o abate reduziu o tempo de vida destes em ¼ de tempo do que era no modelo anterior de criação. Assim como o espaço físico destinado a criação de cada animal diminuiu consideravelmente, em que muitas fazendas produtoras de suínos utilizam o sistema de celas individuais.

Desta forma, questiona-se até que ponto o desenvolvimento agroindustrial tem trazido benefícios à sociedade catarinense, levando em conta que os lucros da suinocultura permanecem com as grandes empresas. Os impactos ambientais continuam acontecendo alarmantemente, com milhões de litros de água usados para a manutenção do abate, além dos resíduos que por vezes continuam sendo descartados da maneira incorreta.

Para além, é preciso intensificar o debate sobre os limites do ser humano em implicar sofrimento a outros animais, pois embora a suinocultura seja apresentada como uma das principais atividades do estado, geradora de inúmeros lucros, por vezes, ela é a razão de imensuráveis prejuízos. Assim como, é necessário um estudo mais aprofundado sobre o complexo e delicado debate entre as relações da violência animal e com mulheres. Para isso, percorrer o caminho da leitura dos signos que envolvem o sistema de produção, incluindo ou excluindo seres viventes, meramente em prol do mercado e seu próprio funcionamento, é fundamental.

Referências bibliográficas

- ADAMS, Carol J. **A política sexual da carne: Uma teoria feminista-vegetariana**. 2. ed. São Paulo: Alaúde, 2018.
- BRAMBELL, W. R. et al. **Report of the Technical Committee to Enquire into the Welfare of Animals kept under Intensive Livestock Husbandry Systems**. Londres, 1965.
- BRANDT, Marlon; NODARI, Eunice Sueli. Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 15, n. 1, p. 80-90, 2011.
- COLETTI, Tomé; LINS, H. N. Transformações na suinocultura do Oeste catarinense e busca de alternativas na agricultura familiar: um redesenho das estruturas rurais da região. In: **IV Encontro de Economia Catarinense**, 2010, Criciúma (SC). Encontro de Economia Catarinense. Criciúma, 2010. v. 1. p. 1-25.
- EMBRAPA. **Sistemas de produção para suínos**: Santa Catarina, 1978. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/904975>>. Acesso em: 04 nov. 2019.
- ESPÍNDULA, Carlos José. As estratégias técnico-produtivas para alavancagem do capitalismo agroindustrial do oeste catarinense. In: ESPÍNDULA, Carlos José. **As agroindústrias no Brasil: O caso Sadia**. Chapecó: Grifos, 1999. p. 101-194.
- FORNECK, Elisandra; KLUG, João. Suinocultura no Oeste catarinense: do desastre ambiental à busca de equilíbrio. In: NODARI, Eunice Sueli; ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio; LOPES, Alfredo Ricardo Silva. (Org.). **Desastres Socioambientais em Santa Catarina**. 1 ed. São Leopoldo: Editora Oikos, 2015, v. 1, p. 249-271.
- HENRIQUE, Wendel. Representações da natureza na cidade. In: CLAVAL, Paul.. [et al.] **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 201-223.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/abate/brasil>>. Acesso em: 04 nov. 2019.
- LEFEBVRE, Henri. **De lo Rural a lo Urbano**. ed. 2. Barcelona: Ediciones 62, 1973.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas: Ed. Unicamp, 2004, 295 p.
- MORETTO, Samira Peruchi; BRANDT, Marlon. Das pequenas produções à agroindústria: suinocultura e transformações na paisagem rural em Chapecó, SC. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 229 - 254, jan./abr. 2019.

PORTAL SUÍNOS E AVES. **Crise da suinocultura leva a perda de propriedades rurais em Santa Catarina**, jun. 2012. Disponível em: <<https://www.portalsuinoeaves.com.br/crise-da-suinocultura-leva-a-perda-de-propriedades-rurais-em-santa-catarina/>>. Acesso em: 04 nov. 2019.

RENK, Arlene. A colonização do Oeste Catarinense: as representações dos brasileiros. **Cadernos do CEOM**, ano 18, n. 23, p. 37-62, 2006.

SOS SUÍNOS (Goiânia). **Informativo Técnico 66 (01/10/2019)**. 2019. Disponível em: <<http://www.sossuinos.com.br/Tecnicos/info66.htm>>. Acesso em: 04 nov. 2019.

Data de envio: 05 de dezembro de 2019

Data de aceite: 8 de fevereiro de 2020

Ecos de Desterro em Cruz e Sousa: tensões modernas e realidade social na obra do poeta

Echoes of Desterro in Cruz e Sousa: modern tensions and social reality on the poet's work

Bianca Costi Farias¹

Resumo: O presente artigo busca analisar as produções literárias do poeta Cruz e Sousa no recorte temporal da década de 1880, período em que viveu em Desterro, sua cidade natal. Busca-se perceber de que modo essa sociedade aparecia em sua obra, inspirando uma produção crítica ao Império Brasileiro, ao Romantismo e à escravidão, elementos que configuravam o cotidiano desterrense e que lhe eram nocivos. Pretende-se, com isso, perceber sua produção nesta época enquanto uma crítica a essa sociedade, por meio do uso da literatura como fonte histórica e compreendendo o modo como as relações sociais em Desterro influenciam em seus textos, marcados pelo cientificismo, pela busca do progresso e pela modernidade.

Palavras-chave: Cruz e Sousa. Modernidade. Desterro. Brasil Imperial.

Abstract: This article intends to analyze the literary composing of Cruz e Sousa during the 1880 decade, when the poet lived in Desterro, his hometown. It intends to understand how this society was shown in his work, inspiring a production which criticized the Brazilian Empire, the Romanticism and the slavery, elements that configured Desterro's life and that were harmful to him. The objective is to understand his composing in this period as a critic to this society, using literature as an historical source and understanding the way that the social relations in Desterro influenced his texts, marked by the scientism, the search for the progress and also for the modernity.

Key-words: Cruz e Sousa. Modernity. Desterro. Imperial Brazil.

Introdução

Um célebre desterrense, poeta de renome internacional e figura de orgulho para o cenário cultural catarinense: esse é João da Cruz e Sousa. Nascido no ano de 1861, Cruz e Sousa acompanha as décadas finais do período imperial brasileiro e, com seus olhos sagazes e sempre de pena em punho, traduz em escrita os sentimentos que tais anseios por mudanças sociais e políticas, borbulhantes entre os intelectuais do período, lhe despertavam. De modo literário e também jornalístico, o escritor é influenciado pelo contexto em que vive, refletindo em sua obra seus anseios pela chegada da modernidade ao mundo ainda arcaico e influenciado pelo Romantismo que era a cidade de Desterro oitocentista, capital da província de Santa Catarina – atual cidade de Florianópolis.

¹ Graduada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: biancacof@hotmail.com

Mas tal otimismo e expectativas pelo advento da modernidade não permanece em sua produção durante toda a vida do poeta. Sem sombra de dúvidas, a fase de sua carreira literária com maior repercussão e mais conhecida na Literatura se inicia na década de 1890, quando Cruz muda-se para a Capital da recém-nascida República e vai aderindo, aos poucos, à estética Simbolista. É na obra poética concebida dentro do simbolismo que se percebe um outro relacionamento com essa modernidade, causado pela profunda decepção que ela traz para o poeta. No Simbolismo, temos um Cruz e Sousa desencantado, pessimista; um Cruz e Sousa que viu seus ideais progressistas e cientificistas sendo deixados de lado no advento da República, que pouco mudou as estruturas sociais que sempre lhe foram opressoras.

Seus escritos realizados antes, nas terras desterrenses, não compartilham de tal desencanto e pessimismo. Nestes, sua produção é marcada por uma ansiedade profunda, pela expectativa do progresso e pela modernidade, baseado no cientificismo oitocentista. Vemos aqui um Cruz e Sousa esperançoso pelo avanço da Nação, militante pelo abolicionismo. O intuito deste artigo é, portanto, analisar o contexto histórico e social desterrense do qual essa produção literária e jornalística foi fruto, percebendo nesses textos as marcas que tal sociedade ia deixando no poeta.

As produções poéticas e em prosa do autor em seus anos em Desterro servirão como fonte para compreender qual era o relacionamento que o autor possuía com a cidade e, principalmente, quais as expectativas que ele tinha com relação a sua modernização. O modo como tais anseios influem em seus escritos servirá para entender melhor essa sociedade desterrense, a partir de sua análise e contextualização. Busca-se, assim, responder à seguinte pergunta, norteadora dessa investigação: como era essa sociedade desterrense do final dos oitocentos para um intelectual negro, e como ele vivenciava a exclusão por ela proporcionada, nutrindo audaciosas expectativas para seu futuro?

Um homem negro chamado João

A história de vida de João da Cruz e Sousa se destaca, geralmente, por desafiar o senso comum a respeito das ideias costumeiramente associadas ao povo negro do século XIX. Desde seus primeiros anos, seus pais, os escravos libertos Guilherme de Sousa e Carolina Eva da Conceição, preocuparam-se muito com a educação dos dois filhos, sempre almejando que pudessem ambos ascender socialmente.

Tal fato pode ser demonstrado pelo grande esforço empregado por Guilherme para matricular as crianças no Ateneu Provincial, escola de renome em Desterro que, apesar de ser mantida pelo poder público, era paga². O ex-escravo entra com um requerimento apelando que seus filhos sejam aceitos na escola, e, para isso, requerendo a um artigo do regulamento interno da escola que dizia que o instituto podia admitir a matrícula de “quatro menores pobres, como pensionistas, seis como meio-pensionistas, e dez como externos, uma vez que sejam de reconhecida inteligência e de família honesta (...)”³ Guilherme baseia seu pedido no fato de que os filhos haviam sido livres, e mostraram-se crianças de muita inteligência em seu histórico escolar.⁴

A importância deste fato, que para muitos pareceu algo sem muita relevância para o momento, estava na consciência de que Guilherme Sousa ex-escravo tinha de seus direitos, ou melhor, dos direitos de seus filhos, requerendo por meio legal este direito, buscando a possibilidade de letramento o que no futuro poderia possibilitar uma maior mobilidade e ascensão social.⁵

A educação e a criação que Cruz e Sousa recebeu o colocou, portanto, entre o mundo da elite branca intelectualizada e da população de pele negra, excluída e oprimida por estes. Mesmo tendo suas críticas a essa elite, o poeta compreendia que, para alcançar o prestígio e o reconhecimento enquanto um homem de letras, era necessário saber conquistá-las e despertar-lhes o interesse pela sua obra⁶. Portanto, Cruz esforçava-se por se aproximar dessa classe intelectual:

Tornar-se amplamente reconhecido como um autêntico criador de obras de arte literária pressupunha falar para, com e como aqueles que, no seu contexto imediato, atuavam como os árbitros autorizados do gosto. Exigia conquistar a empatia de homens e mulheres que, na cidade, atribuíam-se a função de definidores legítimos do “bom” e do “belo”.⁷

E é também sabido que Cruz e Sousa fomentou, nos anos finais de sua adolescência, uma grande ambição pela carreira literária, almejando um lugar de grande reconhecimento e renome dentre os artistas das Letras. Objetivada atingir sucesso na carreira da escrita, contrariando as expectativas sociais para pessoas de sua raça. Tal ambição pode ter sido influenciada pelo estímulo

² ESPÍNDOLA, 2006, p. 21

³ Ibid., p. 22.

⁴ Ibid., p. 22

⁵ Ibid., p. 22

⁶ SOUZA, 2012, p. 55

⁷ Ibid., p. 63

que seu pai sempre lhe deu na dedicação aos estudos, levando-o a buscar conquistar para si um lugar neste mundo intelectual e criticando, por vezes, o pensamento considerado por ele como “atrasado”, e que ainda predominaria dentre as elites desterrenses.⁸

Assim, Cruz busca tanto atingir o reconhecimento dos grupos intelectuais quanto criticar essa Desterro que teria um gosto literário “que ainda navegava nas águas cansadas e calmas de um romantismo cinqüentão”⁹. Por este motivo, é característico de suas poesias e artigos jornalísticos escritos nessa primeira fase de sua carreira literária, produzidos na capital catarinense, uma forte presença de um “sentimento de deslumbre com o desenvolvimento técnico-científico, crença arraigada na ideia de progresso, racionalismo, desejo de intervenção pedagógica na sociedade e um materialismo difuso, evadido de um evolucionismo vulgar”¹⁰ Estudar essa produção literária ajuda a entender qual era o relacionamento do autor com tais ideais, bem como a perceber o porquê de seu anseio pelo advento da Modernidade e do progresso à capital catarinense.

A História na literatura

Mas de que modo, afinal, o estudo das poesias de Cruz e Sousa permitiria aumentar a compreensão a respeito da sociedade desterrense na qual o poeta foi criado? É preciso, para isso, avaliar as possibilidades de interpretação e análise dos textos poéticos enquanto fontes históricas, compreendendo-os em seu contexto de escrita e os historicizando.

A partir da Escola dos Annales, no início do século XX, ampliam-se as possibilidades de fontes primárias para se estudar a História. Marc Bloch, em *A apologia da História ou o Ofício do historiador*, nos diz que “a diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele”.¹¹ Através da contextualização e problematização de qualquer texto ou artefato – como obras de arte, músicas, vestígios arqueológicos, entre outros – pode-se perceber aspectos da conjuntura histórica da qual tais vestígios são provenientes, podendo-se utilizá-los enquanto fontes históricas.

⁸ ESPÍNDOLA, 2006, p. 36 – 37

⁹ Ibid., p. 61

¹⁰ SOUZA, 2012, p. 100

¹¹ BLOCH, 2001, p. 79

O mesmo pode-se dizer para a literatura. Ao serem empregados como fonte histórica, os textos literários podem falar tanto sobre o contexto social e cultural no qual foram criados quanto sobre seus autores, informando ao historiador o relacionamento entre autor e o meio no qual sua obra é criada.¹² No trabalho com esse tipo de fonte, deve-se refletir “sobre as condições históricas dessa produção, abarcando a figura do produtor, o lugar social de onde se produz, como se produz, as intenções do produtor, as relações de poder que cercam e atravessam a produção e o produto”.¹³ E ao ser penetrada pela sociedade e meio cultural de onde provem, bem como pelas relações sociais vividas pelo autor – que influenciam no seu jeito de relacionar-se com o meio e, deste modo, influem em suas obras. A literatura, quando contextualizada, tem muito a dizer tanto a respeito de seu lugar de elaboração, quanto das relações e fenômenos históricos envolvidos nele.¹⁴

Ao se utilizar a poesia de Cruz e Sousa em Desterro como fonte histórica é possível construir um conhecimento histórico a respeito da sociedade desterrense da época na qual tais textos foram escritos, bem como qual eram as relações sociais vivenciadas pelo autor. O estudo de sua obra permite compreender qual era sua expectativa com relação a esta sociedade, bem como o porquê de possuir tais anseios - que depositava em sua poesia.

A Desterro dos oitocentos

Mas que sociedade era essa na qual Cruz e Sousa cresceu, e que influenciou em suas primeiras produções literárias? Qual era o lugar do autor nessa sociedade, e como tal posição relaciona-se com o modo como ele a enxergava? Tais questionamentos são importantes de serem levantados para se entender as poesias compostas pelo autor na capital catarinense.

A Desterro da segunda metade do século XIX era parte de um país em profunda mudança social, intelectual e cultural. Elizabete Maria Espíndola afirma que:

Cruz nasceu e viveu a partir da segunda metade do século XIX, em um período marcado por intensas mudanças políticas e sociais, ao mesmo tempo em que o Brasil recebia a influência de todo um conjunto de teorias e correntes filosóficas, como o positivismo, o evolucionismo, o materialismo, o liberalismo e as teorias raciais que por aqui aportaram no final do século XIX, contribuindo para um recrudescimento das relações sociais entre

¹² BORGES, 2010, p. 95

¹³ BORGES, 2010, p. 95

¹⁴ BORGES, 2010, p. 96

africanos, afrodescendentes e os eurodescendentes, como forma de garantir a estes últimos os seus direitos e privilégio.¹⁵

A cidade, frente a essa onda modernizadora que, vinda da Europa, assola o Brasil, busca enquadrar-se em tais ideais. Nas últimas décadas do século XIX, a população desterrense vê o crescimento de uma pequena elite ligada ao comércio e à navegação, devido ao crescimento de tais atividades econômicas e da importância do porto da cidade (ESPÍNDOLA, 2006, p. 34). É essa “nova elite” que deseja a incorporação dos ideais modernizadores, muito ligados ao positivismo, aos ideais de progresso e modernização nacional, buscando identificação com os ideais burgueses europeus. Mas este estilo de vida por eles revogado entra em confronto com as famílias tradicionais da cidade, “que preservam uma herança colonial portuguesa, arraigados a um romantismo tardio e renitente.”¹⁶

Identificando-se com os intelectuais do primeiro grupo, Cruz e Sousa adere às novidades estéticas na literatura, criticando essa elite tradicional e evocando, em suas produções, muito do cientificismo, positivismo e ideais de progresso¹⁷. Juntamente ao seu amigo e colega de ofício Virgílio Várzea, ele produz o pequeno jornal *O Moleque*, no qual não eram poucas as críticas, ironias e sátiras direcionadas aos políticos e seu descaso com a cidade¹⁸.

Foi através do jornalismo que estes jovens tentaram imprimir uma consciência crítica acerca do ambiente sócio-cultural de Desterro. Julgavam-se portadores de uma consciência crítica da realidade com base nos postulados da idéia de progresso e racionalidade. Influenciados por um ideário evolucionista e positivista, e pelas concepções do realismo literário, pois nesta época já conheciam Darwin, Spencer e Comte, como veremos mais adiante, tentaram acender algumas concepções, julgavam-se portadores de uma nova consciência crítica sobre a realidade local.¹⁹

E é também no espaço destes jornais que são levadas a público algumas das produções poéticas de Cruz e Sousa, nesta fase inicial de sua carreira enquanto autor.

Poesia, modernidade e sociedade

¹⁵ ESPÍNDOLA, 2006, p. 11

¹⁶ ESPÍNDOLA, 2006, pp. 36-37

¹⁷ ESPÍNDOLA, 2006, p. 37

¹⁸ ESPÍNDOLA, 2006, p. 37

¹⁹ ESPÍNDOLA, 2006, p. 39

Surge enfim o grande astro
 Que se chama Liberdade!
 Dos sec'los na imensidade
 Eterno perdurará! (...) ²⁰

A estrofe transcrita acima dá início ao poema intitulado *Entre Luz Sombra*, declamado por Cruz e Sousa em um festejo em comemoração ao sexagésimo aniversário da Independência, em 1882. O evento era organizado por homens de renome na sociedade desterrense, todos brancos, que se diziam defensores da Liberdade. Talvez por este motivo, a concessão feita a Cruz e Sousa pudesse ajudar a trazer ao evento um ar de liberalismo e modernidade, ao apresentar um poeta negro e filho de ex-escravos como um dos apresentadores.²¹

O que primeiramente chama atenção neste poema é seu caráter bastante nacionalista, exaltando e glorificando tanto o passado quanto o futuro da nação. Mas apesar de serem estas características bastante recorrentes à tradição literária do Império até então,²² já se percebe, nesse poema, algumas características específicas da produção literária do escritor nessa fase.

Como já dito anteriormente, Cruz e Sousa buscava diferenciar-se das elites tradicionais desterrenses ao ser um defensor da Modernidade, evocando sempre ideais de progresso. Em *Entre Luz e Sombra* pode-se perceber este apelo do autor: Cruz está o tempo inteiro associando a liberdade à luz do progresso, à luz da modernidade. A Independência é um “sol formoso”, que vai libertando os cativos de suas correntes, de seus grilhões. Isso se percebe, por exemplo, na sexta estrofe do poema, transcrita a seguir:

Lançai a luz nesses crânios
 Que vão nas trevas tombando
 e ide assim preparando
 Uns homens mais p'ro porvir!
 Fazei dos pobres aflitos
 Sem crenças, lares, proscritos,
 Uns entes puros, benditos
 Que saibam ver e sentir!

Aqui, Cruz e Sousa evoca essa luz, relacionada à Independência e ao progresso. Lançada sobre os crânios dos escravos – com relação ao verso anterior, que reivindica a quebra de suas

²⁰ CRUZ E SOUSA, 1993, p. 302

²¹ SOUZA, 2012, pp. 89-90

²² Ibid., p. 90

correntes, necessária para a glória do país - ela os coloca enquanto parte na nação brasileira. E no verso seguinte, o poeta diz *Do carro azul do progresso/fazei girar essa mola!/Prendei-os sim – mas à escola* (grifos nossos) e afirma, novamente, a necessidade de se trazer esse progresso, essa modernidade para a sociedade brasileira e para o povo negro, libertando-os de um passado obscuro, no qual há a ausência desta luz, deste progresso – e no qual são presos tanto à ignorância quanto à escravidão. Com a modernidade, são presos “à escola”, ao conhecimento, à liberdade. Seria este o contraste entre a luz e a sombra, que intitula o poema: a luz do progresso e da modernidade contra as trevas da dependência, da escravidão.

Podem-se perceber neste poema já alguns aspectos da causa abolicionista, que foi objeto de luta de Cruz e Sousa no período em que residiu em Desterro. Com a Independência do Brasil, não há a abolição da escravatura, e o poeta coloca tal questão quase enquanto um lamento, no final do poema. “Enfim de tudo inda não!”, ele nos afirma. Não há, com a emancipação brasileira frente à metrópole portuguesa, o fim da escravidão; não há emancipação para todos os cidadãos brasileiros: muitos ainda são desprovidos de sua liberdade. O seu desejo pela luz do progresso, que libertaria os escravos de suas correntes, do passado obscuro da nação, não é garantido pela Independência.

Data deste mesmo ano o poema *Sete de Setembro*, no qual Cruz e Sousa, novamente aborda a necessidade da chegada da modernidade e do progresso para o desenvolvimento da nação. Mas aqui também podem ser encontradas suas críticas a essa Independência ainda restrita aos brancos, como nos versos:

Mas embora, meus senhores/se festeje a Liberdade,/a gentil Fraternidade/não raiou de todo, não!; É preciso que essa Deusa,/a excelsa Liberdade,/raie enfim na Imensidade/Mais altiva como sói!; Aguardemos o momento/das mais altas epopeias,/quando o gládio das ideias/empunhar toda a nação!²³

Mas é a partir dos anos de 1883 e 1884 que Cruz e Sousa, ao realizar viagens pelo Brasil juntamente à Companhia de teatro Julieta dos Santos, entra em contato com as novas correntes estéticas e filosóficas que influenciarão sua produção.²⁴ É este o período em que Cruz começa a construir sua visão mais crítica a respeito do Império, sua cultura e sociedade, que são ainda muito influenciados pelo romantismo. Inspirado por ideais de um “otimismo e verborragia filosófica da chamada “poesia científica””.²⁵ O poeta adere de vez à estética moderna, que resulta no livro

²³ CRUZ E SOUSA, 1993, pp. 302-304

²⁴ SOUZA, 2012, p. 96

²⁵ Ibid., p. 96

Cambiantes – obra redigida durante sua viagem com a Companhia, mas que nunca chega a ser publicada – cujo próprio título já sugere a ideia de mudança, transformação.²⁶ O soneto *À Revolta*, parte desta obra, traduz bem os sentimentos que inspiram o poeta neste período, como se pode ver na primeira estrofe: “O século é de revolta – do alto transformismo,/de Darwin, de Littré, de Spencer, de Laffite -/ quem fala, quem dá leis é o rubro niilismo/que traz como divisa a baladinamite!”.²⁷ Os poemas presentes em *Cambiantes* caracterizam-se por serem:

composições marcadas por uma retórica grandiloquente, triunfalista e, por vezes, até belicosa. Suas imagens evocam um forte sentimento de deslumbre com o desenvolvimento técnico-científico, crença arraigada na ideia de progresso, racionalismo, desejo de intervenção pedagógica na sociedade e um materialismo difuso, eivado de um evolucionismo vulgar, mais enunciado do que apreendido.²⁸

Ideia-Mãe, soneto que possivelmente integrou a obra *Cambiantes* e chegou a ser publicado em Desterro em 1883, demonstra bem o clima intelectual que inspirou o poeta. Neste poema, Cruz e Sousa saúda “o templo das ideias” - racionalismo, modernidade e cientificismo, - bem como o advento da modernidade, como se pode ver na seguinte estrofe: “É esse aspirar do séc’lo que deslumbra,/Que rasga da ciência a tétrica penumbra/E gera Vitor Hugo, Haeckel e Littré”.²⁹

E é nesse clima de anseio pelo progresso, cientificismo e crítica à cultura imperial e romântica que, juntamente a Virgílio Várzea, é publicada a obra *Tropos e Fantasias*, em 1885. Sua primeira obra publicada caracteriza-se pela semelhança ao Realismo e forte apelo antirromântico.

É sob a égide do escândalo que as novas correntes se desenvolvem no Brasil. O propósito de desvendar os aspectos sórdidos da sociedade resulta em investigações, mesmo no campo do imaginário, acerca das conflituosas facetas das relações sociais envolvendo os diversos segmentos. E, nesse aspecto, o desnudamento da vida cotidiana dos pobres trará o grande debate em torno da moral e dos bons costumes, pois é a partir daí que o conflito de classe torna-se mais presente na literatura, ainda que os pobres fossem tão-somente temas literários, objeto do discurso e não sujeitos, nem tampouco seus destinatários.³⁰

Tropos e Fantasias é marcado pela postura crítica e afrontosa dos autores quanto a diversos temas presentes na sociedade da época. No conto *A bolsa da concubina*, por exemplo, há uma

²⁶ Ibid., p. 97

²⁷ CRUZ E SOUSA, 1993, p. 203

²⁸ SOUZA, 2012, p. 100

²⁹ CRUZ E SOUSA, 1993, p. 211

³⁰ SILVA, 2005, p. 48

crítica explícita ao amor idealizado, cerne da literatura romântica ainda em voga na época. A história narra o casamento entre uma moça “muito limpa sempre, muito aceiada, sabendo ler bem, costurando à noite (...)”³¹ e “um pintor boêmio, sem apreço à honra”.³² Embora a união tenha iniciado com amor, o comportamento do esposo vai levando ao desgaste da relação, mesmo que a pobre mulher muito se esforce para ignorá-lo: “A honesta mulher sabia de tudo, mas ah! Grande luz do seu imenso coração, envergonhava-se, não queria escândalos, chorava no escuro, baixinho, toda pesarosa, toda magoada (...)”.³³ E, como se não bastasse, o filho do casal é uma criança doente, pequenina para a idade e de traços desagradáveis - mesmo que, aos olhos da mãe, seja uma perfeição. Por meio da ironia, o conto critica as relações conjugais, explicitando como estas estavam sujeitas ao desgaste. Vai claramente de encontro aos ideais pregados pelos autores românticos - representados no conto pela personagem da esposa, que busca apoiar-se no amor e em suas próprias ilusões para manter a união conjugal.

A postura antirromântica de Cruz e Sousa e Virgílio Várzea possui um cunho crítico e político. O romantismo, durante o período monárquico brasileiro, moldou as práticas e comportamentos sociais, legitimando as relações hierárquicas da sociedade, além de buscar construir o nacionalismo brasileiro – por meio, principalmente, do romantismo indianista.

E é devido ao sentido eminentemente conservador que assumiu o romantismo na tradição imperial brasileira que a adesão à estética naturalista e parnasiana, realizada por muitos escritores como João da Cruz e Sousa no início da década de 1880, pode ser vista, também, como um gesto prenhe de significado ideológico. É devido ao caráter legitimador da ordem conservadora, assumido pelo romantismo ao longo da Regência e do Segundo Reinado, que a subversão do cânone romântico se faz, também, em alguma medida, a subversão dessa ordem conservadora. Desse ponto de vista, toda a crítica ao modelo estético romântico pode ser compreendida também como uma crítica mediada ao sistema imperial. Ser antirromântico, naquele contexto, significava questionar, mesmo que indiretamente, o mundo que aquele modelo estético ajudava a legitimar. Era, portanto, mais do que uma opção estritamente intelectual. Era, também, um ato manifestadamente político.³⁴

Também presente na obra *Tropos e Fantasias*, o conto *O padre* apresenta uma visão crítica a outra instituição que constituía um dos pilares do Império: a escravidão. Traz a história de um

³¹ CRUZ E SOUSA; VÁRZEA, 1994, pp. 48-49

³² Ibid., pp. 48-49

³³ CRUZ E SOUSA; VÁRZEA, 1994, p. 50

³⁴ SOUZA, 2012, pp. 92-93

padre católico possuidor de escravos, o que, na visão dos autores, representa uma enorme contradição: como um pregador dos sacros preceitos da Igreja pode participar das atrocidades causadas pelo sistema escravocrata? O texto é, portanto, uma afronta abertamente direcionada à Igreja Católica, e sua postura escravista.³⁵ Cruz e Sousa era defensor de uma visão humanista do cristianismo, enxergando uma incompatibilidade a religião e a escravidão e condenando o conservadorismo clerical.³⁶ Pode-se ver sua postura inconformada com tal realidade, por exemplo, neste trecho do conto:

Um padre, o apóstolo da igreja, que deveria ser o arrimo dos que sofrem, o sacramento da bondade, o amparo da inocência, o atleta civilizador da cruz, a cornucópia do amor, das bênçãos imaculadas, o reflexo do Cristo...
 Um padre que comunga, que bate nos peitos, religiosamente, automaticamente, que se confessa, que jejua, que reza o *Orate fraters*, que prega os preceitos evangélicos (...)
 Um escravocrata de... batina e breviário... horror!
 Fazer da igreja uma senzala, dos dogmas sacros leis de impiedade, da estóla um vergalho, do missal um prostíbulo...³⁷

A luta abolicionista constituiu uma importante parte da carreira literária de Cruz e Sousa durante sua vida em Desterro. Percebendo a escravidão enquanto um sistema que apenas atrasava a economia e a sociedade brasileira de modo geral, além de sofrer na pele as consequências geradas de tal sistema, o poeta utiliza sua produção literária também enquanto palco para militância. E pode-se muito bem caracterizar a sociedade desterrense oitocentista como racista, propagadora do discurso preconceituoso do qual Cruz era também vítima.

(...) a realidade de Desterro se inseria no conjunto da sociedade brasileira e esta, por sua vez, não se isolava do movimento histórico mais amplo do que foi o século XIX. Expresso de inúmeras maneiras, esse racismo se diluía e se naturalizava nas relações cotidianas mais prosaicas. Nesse contexto, o ambiente ideológico com o qual Cruz e Sousa precisava lidar era um espaço onde, por exemplo, o matiz da pele servia como o principal critério utilizado para a avaliação intelectual do outro. O pressuposto da debilidade mental associada à condição social e à cor era um preconceito tão arraigado, sobretudo entre as elites brancas, que pautava, inclusive, as discussões públicas entre os adversários políticos.³⁸

³⁵ SILVA, 2006, p. 81

³⁶ SOUZA, 2012, pp. 115-116

³⁷ CRUZ E SOUSA; VÁRZEA, 1994, p. 57

³⁸ SOUZA, 2012, p. 72

Não é de se surpreender, portanto, que Cruz e Sousa, ao ter uma produção tão crítica a sociedade em que vive, defenda uma postura anti-escravocata e a favor do abolicionismo. O atraso da sociedade brasileira - e, por consequência, desterrense - oitocentista, ainda presa ao romantismo, a hierarquização social e ao racismo, é também algo atroz ao poeta. É, aos seus olhos, a responsável pelo impedimento a sua ascensão enquanto escritor e artista, já que esta sociedade arcaica permitiria a propagação dos ideais que levam-no a ser desqualificado apenas por conta de sua pele. E, por este motivo, Cruz a combate em sua produção literária, aspirando à chegada do modernismo que, por sua vez, o libertaria.

Considerações finais

Por meio dessa pesquisa, buscou-se demonstrar que o trabalho literário que Cruz e Sousa redige em seu início de carreira apresenta uma visão crítica à sociedade do Brasil Imperial, cujos ideais ainda influenciados pelo Romantismo e pelo preconceito racial repercutem em Desterro. E é essa a Desterro que aparece nas obras do poeta: enquanto ainda presa às velhas ideias que, por vezes, lhe são violentas, torna-se alvo de suas críticas.

Foi esta mesma busca pela modernidade que leva Cruz e Sousa a, em 1888, abandonar Desterro em busca de uma vida nova na capital do Império. Pois o Rio de Janeiro era, no período, uma sociedade em intensa transformação, que buscava superar o passado colonial e o predomínio senhorial.³⁹ Para o poeta, essa atmosfera modernizante possibilitaria sua chegada ao sucesso, algo que Desterro sempre lhe proibira. O desapontamento, no entanto, é grande: a capital também não é favorável a um intelectual negro, mesmo após o abolicionismo e a proclamação da República - símbolos de modernidade defendidos pelo poeta em sua produção literária anterior. Tal desencanto repercute em sua adesão à estética Simbolista, extremamente pessimista e mórbida, o que rende ricas possibilidades de estudos futuros.

Através do trabalho de Cruz e Sousa, pode-se obter um retrato da sociedade em que ele viveu e que penetra em seu trabalho. Suas vivências e experiências sociais influenciam em seu olhar poético; o mundo em que ele viveu, com suas transformações e expectativas, traduzem-se em literatura.

³⁹ ESPÍNDOLA, 2006, p. 89

Referências bibliográficas

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 79

BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: algumas considerações. **Revista de Teoria da História**, Universidade Federal de Goiás, v. 1, n. 3, p.94-109, jun. 2010.

ESPÍNDOLA, Elizabete Maria. **Cruz e Sousa: modernidade e mobilidade social nas últimas décadas do século XIX**. 2006. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, Fátima Maria de. A correspondência do poeta Cruz e Sousa como memória da exclusão. **UCSal**, v. 19, n. 3, p. 121-134, Salvador, out., 2014.

RIGHI, Volnei José. **O poeta emparedado: tragédia social em Cruz e Sousa**. 1006. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Departamento de Teoria Literária e Literaturas, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SILVA, Luiz. **A consciência do impacto das obras de Cruz e Sousa e Lima Barreto**. 2005. 229 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SOUZA, Luiz Alberto de. **A cor e a forma: História e literatura na obra do jovem Cruz e Sousa (1861-1888)**. 2012. 370 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

Fontes primárias

SOUZA, Cruz e; VÁRZEA, Virgílio. **Tropos e Fantasias**. BRASIL: Ministério da Cultura, 1994. 71 p.

SOUZA, Cruz e. **Cruz e Sousa: poesia completa**. In: MUZART, Zahidé Lupinacci (introdução e organização). Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1993. 432 p.

Data de envio: 5 de novembro de 2018

Data de aceite: 05 de fevereiro de 2020

Um projeto de Pobreza: estudo da Urbanização de Florianópolis- final do séc. XIX e início do séc. XX

A project of Poverty: study of the urbanization of Florianópolis- end of the 19th and beginning of the 20th century

Victória Pozzebon Scabora¹

Resumo: o seguinte artigo científico apresenta uma análise da Urbanização de Florianópolis do final do séc. XIX e início do séc. XX como trabalho final da disciplina de História de Santa Catarina. A pesquisa busca refletir sobre o aumento da pobreza em Florianópolis durante os anos das reformas urbanas, a partir de fontes de jornais, relatos de viagens e discussões historiográficas.

Palavra-chave: urbanização; pobreza; espaço.

Abstract: the following scientific article presents an analysis of the urbanization of Florianópolis at the end of the 19th century and beginning of the 20th century as the final work of the discipline of History of Santa Catarina. The research seeks to reflect on the increase in poverty in Florianópolis during the years of urban reforms, based on newspaper sources, travel reports and historiographical discussions.

Keyword: urbanization; poverty; space.

Introdução

Esta pesquisa tem por objetivo compreender o projeto de urbanização de Florianópolis de Florianópolis como um projeto de criação de pobreza e desigualdade social. A partir do estudo do espaço urbano como instrumento condicionante da análise, o estudo demonstrará em que medida a racionalidade Segregatória se efetivou no ambiente urbano, consolidando-se em um projeto de modernização e progresso no século XX. Este que constituiu, também, políticas proliferárias das segmentações, expulsões e formações das periferias sociais, por meio de agentes privados de interesses políticos e econômicos dominantes.

Isto é, a contínua expulsão da população pobre dos centros da cidade como parte do planejamento urbano de uma Florianópolis do séc XX. Em diálogo com o discurso da higienização da classe dominante e o financiamento para a garantia da exclusividade espacial para a elite de desterro, as consequências foram os altos índices de segregação

¹ Bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: vicscabora@gmail.com.

Um projeto de Pobreza: estudo da Urbanização de Florianópolis- final do séc. XIX e início do séc. XX -
Victória Pozzebon Scabora

espacial da desigualdade social na ILHA. Um Planejamento Urbano como recorte de classe, a classe de quem o financie. Não pode haver silenciamento da agência dos responsáveis históricos dessa expulsão.

Busca-se, então, com este trabalho, responder às demandas de estudo das repercussões das reformas Urbanas, arquitetônicas e sanitárias, em Florianópolis no cenário da construção do projeto de Urbanização da Cidade. Além de uma pesquisa cuidadosa das agências dos grupos locais dominantes em atuar a favor de políticas preponderantes aos interesses, socioeconômicos, de sua classe. Por fim, tentando responder as relações entre “territorialização da pobreza” observada por Santos (2009), e a Racionalidade Segregatória de Araújo (1989), isto é, refletindo sobre uma Urbanização da Pobreza em desenvolvimento e aprofundamento a partir do início do século XX, em Florianópolis.

A fontes utilizadas foram: uma reportagem do Jornal A República referente à expulsão da Bulha em 1920; um relato de Virgílio Várzea descrevendo as formações comerciais da Ilha e a ausência de estruturas modernas; e um mapa estratigráfico que apresenta a evolução Urbana de Florianópolis a partir da organização dos loteamentos.

O Espaço, a Cidade e o Urbano: o estudo do espaço como método de análise de Desterro no século XX.

O estudo do espaço enquanto elemento primordial da análise deste artigo, parte, principalmente, da compreensão deste, enquanto palco dinâmico das transformações da História, enquanto território das agências políticas, das alterações do urbano e da cidade. Assim como afirma Santos:

[...] o território não é apenas teatro do jogo econômico; ele se torna fator determinante. Tal como ele se organiza para a modernidade, o território é base comum de operação para todos os atores, mas é sobretudo favorável às corporações.²

Isto é, o espaço, aqui, diante do recorte temático, temporal e pensando as transformações econômicas e sociais do contexto relacionadas à cidade, fazem dele instrumento essencial. Ademais, este importante elemento de análise adere à uma posição condicionante desta investigação acerca do projeto de desigualdade social da cidade de Desterro no início do séc. XX.

² SANTOS, 1993, p.118;

A Cidade, assim como o “território”, também não se limita a ser palco passivo dos acontecimentos, mas pelo contrário, é a grande impulsionadora e produtora de pobreza principalmente no século XX. Como afirma Santos:

A Cidade em si, como relação social e materialidade, torna-se criadora da pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial.³

Nesse sentido, o estudo da desigualdade social em Desterro como reflexo dos processos de Urbanização do final do século XIX e início do XX, perpassam invariavelmente uma pesquisa acerca das segregações espaciais da pobreza na Ilha. Além disso, a Cidade sendo disputada por projetos e agências de Urbanização, que fazem de seu território instrumento primordial para a garantia do modelo socioeconômico de reorganização espacial, isto é, de segregação e exploração⁴.

André Santos (2009) em sua tese, faz um estudo aprofundado sobre a espacialização da pobreza em Florianópolis ao longo dos séculos, começando pelas ocupações açorianas, até os processos de Urbanização do séc XX. O esforço desse artigo será partir do mesmo método, e embasamento teórico, utilizado por Santos (2009), para cumprir o objetivo da análise proposto. Como afirmou este, não é possível buscar entender as transformações sociais, políticas, econômicas e principalmente a formação da pobreza em Florianópolis sem entender o espaço com um papel indispensável⁵.

Urbanização da pobreza: um projeto

Partindo das compreensões de Lefebvre (1968), sabe-se que todo processo de Urbanização responde aos interesses de um grupo dominante, uma *estratégia de classe*¹. Nesse sentido, entende-se a grande produção de pobreza do período do final do séc XIX e início do séc. XX, como consequência do projeto de urbanização das cidades e das agências econômicas e políticas atuantes no contexto. Dessa forma, dois grandes eixos balizadores são responsáveis: as pressões e transformações do sistema econômico

³ SANTOS, 1993, p. 10

⁴ LEFEBVRE, 1968, p.47

⁵ SANTOS, 2009, p.31

vigente, a partir dos avanços do capitalismo industrial no período; e a influência dos modelos ideológicos de desenvolvimento, o espectro de modernidade e progresso⁶.

Especialistas do processo de Urbanização brasileiro, aprofundam na diversidade regional que a Industrialização adquiri nos polos e núcleos Urbanos a partir das especificidades da formação socioeconômica de cada cidade⁷. O caso de Desterro, apresenta características importantes de desenvolvimento comercial do porto e de indústrias locais, além da variabilidade nos setores do trabalho administrativo e construção civil⁸. Porém, como foi ressaltado anteriormente, todo processo de Urbanização responde à interesses de um grupo dominante. A partir dos estudos de Araújo (1989), Santos (2009) e das fontes, do jornal “A República” e do relato de Várzea, foi possível identificar essas agências tanto nos fluxos econômicos, quanto, e principalmente, nas políticas de modernização da recém chamada Florianópolis.

A projeção do desenvolvimento econômico na Ilha evidentemente respondia à uma tendência nacional à Urbanização e crescimento do capital industrial⁹, mas também era muito almejado pelas elites locais, já que não recebia tanto incentivo e financiamento pelo governo da república. Dessa forma buscou-se muito na construção civil e investimentos externos para dar fluxo à economia local e impulsionar o desenvolvimento da Urbanização em Florianópolis¹⁰. Esta que teve como grandes marcos, a construção da Ponte Hercílio Luz; reforma do Palácio do governo, investimentos em serviços públicos e trabalhos nos setores administrativos, que refletiu um status privilegiado também.

De acordo com a autora, tanto as transformações econômicas impulsionavam os processos de urbanização da ilha, quanto estes eram condicionados pelos regimentos do governo do Estado que chegavam desde os finais do séc XIX. O chamado “O Código de Posturas”¹¹ de 1889, que projetavam padrões Urbanos e arquitetônicos da Ilha¹².

⁶ SANTOS, 1993, p.119;

⁷ Ibid., p.45;

⁸ VEIGA, 2010, p.147;

⁹ LEFEBVRE, 1968, p.16;

¹⁰ VEIGA, 2010, p.146;

¹¹ Código de Posturas: documento do estado que regia principalmente acerca dos elementos arquitetônicos autorizados e padronizados pelo governo da República, mas também legislava sobre ações e posturas. O documento municipal denominava-se: Código de Posturas da Câmara Municipal da Cidade de Desterro (1889).

¹² VEIGA, 2010, p.138;

É possível identificar as agências dessas elites locais em Florianópolis tanto na aplicação dos documentos do Estado que chegavam aos órgãos públicos, quanto nas medidas de reformas e reestruturação Urbana que eram justificadas pelo comércio. O trecho do relato de Virgílio Várzea expressa as projeções de pensamento dessa elite acerca do meio urbano, possibilidades de alteração, a prioridade do comércio etc.

[...] com uma população em torno de quinze mil almas, disseminada em grande parte por arrabaldes longínquos, com casas comerciais, oficinas e fábricas, quase todas acumuladas em um ponto determinado e central, ela só apresenta movimento e bulício do alvorecer ao meio-dia, hora em que as ruas do comércio (Altino Correa e João Pinto), principalmente, e a praça XV de Novembro, na parte do cais, transbordam de povo, em uma afluência contínua, sobrelevada duas vezes por semana pela doas alemães e nacionais, acudindo à cidade com seus gêneros e mercadorias trazidos das colônias e sítios próximos do Continente e da Ilha. À tarde o aspecto é mais triste; e à noite, com falta de iluminação a eletricidade ou a gás (o que é incompreensível, hoje, em um centro que tanto tem progredindo ultimamente), reina certa melancolia, particularmente se o rebojo do sul bate à cidade, embocando furioso nas ruas e uivando em rajadas.¹³¹⁴

Além de demonstrar a atuação dessa elite florianopolitana nos membros dos processos institucionais, as aparentes reestruturações da Cidade, presentes neste trecho, demonstra como havia uma centralidade de interesse, dessa elite, em garantir melhorias e reformas na Cidade. Para além de uma simples resposta às transformações econômicas, como já citado anteriormente, esse grupo era permeado constantemente pelo espectro de “progresso” e “modernidade” que chegava à Florianópolis um pouco mais tardiamente do que à outras capitais.

É evidente que tais compreensões ideológicas não estavam, em si, desvinculadas do processo econômico, mas a consciência e a intensidade dessas elites sobre este segundo aspecto eram extremamente diferenciadas. De acordo com Araújo (1989), os ideais de progresso e modernização tiveram grande influência nas políticas do governo da república, tendo como marco as Reformas Sanitaristas e políticas de “Higienização” usadas nas capitais. Em Florianópolis, as elites eram os principais responsáveis pela apropriação das determinações do governo do estado e aplicação de alterações Urbanas

¹³ VÁRZEA, V., p.56, 1913;

¹⁴ Virgílio Várzea era um escritor, jornalista e político brasileiro nascido em 1863, no Rio de Janeiro. Um de seus livros trazia suas reflexões acerca de Florianópolis: “Santa Catarina: A Ilha”.

justificadas pelas políticas de saneamento e higienização unidas às noções de progresso e modernização.

Os habitantes que formavam população de pescadores, Lavadeiras, biscateiras, carregadores, trabalhadores do porto, meretrizes, mendigos etc., tinham nos bairros da Figueira, assim como no da Tronqueira, da Toca e da Pedreira (todos na área do centro urbano) o seu lugar de maior concentração e convívio. E segundo os ímpetus de remodelação que se abateram nesta época na cidade, as habitações destes locais eram descritas de maneira condenatória¹⁵.

É neste contexto que a classe dominante realiza uma nova reorganização e ajustamento social, resultando no início das grandes expulsões da população pobre das áreas mais centrais da Cidade. Torna-se cotidiano os deslocamentos e expulsões argumentados pelo não cumprimento dos padrões arquitetônicos das fachadas, de saneamento e higiene das casas, o apelo das elites à limpeza dos bairros centrais e a valorização e especulação de determinados terrenos¹⁶.

O grande marco dessas expulsões em massa como parte de um projeto de Urbanização da elite, foi chamada “Expulsão da Bulha”, quando toda população que se encontrava na avenida Hercílio Luz foi expulsa e teve seus cortiços demolidos para dar lugar à nova avenida inaugurada em setembro de 1922. Assim como o projeto de Urbanização refletia os interesses da elite florianopolitana na reorganização social e espacial, ele era carregado dos ideais de progresso e modernidade na própria argumentação de defesa. Como fica explícito na descrição do Jornal “A República”:

Avenida Hercílio Luz

Após alguns dias de trabalho os operários conseguiram demolir as abóbadas da ponte da pedra do rio da Bulha, à rua Tiradentes. As abóbadas, bem como o pilar central, constituíam um maciço de alvenaria de pedra consistente, resistindo dias e dias à ação da picareta e da dinamite. [...] Uma turma de operários do Saneamento está ativamente trabalhando ali para a mudança da rede de canalização de água. Ao lado do Quartel já foi retirado todo o encanamento. Continuam os serviços de demolição das casas desapropriadas. Na rua Pedro Soares, esquina da Fernando Machado, já foi completamente demolida a casa ali existente. As escavações, seguindo o nivelamento da avenida, já alcançaram a rua Pedro Soares. Em toda a extensão do trecho da avenida estão sendo colocados pela superintendência blocos de granito destinados à construção do meio fio. O lado da residência do Sr. Pedro

¹⁵ ARAÚJO, 1989, p. 36;

¹⁶ Ibid., p. 22;

Cruz, onde existiam antigamente alguns casebres, está completamente aterrado, apresentando um magnífico aspecto¹⁷.

Santos (2009) afirma que é a partir desse contexto de segregações urbanas, principalmente nos anos 30, que se explicita o que ele chama de “territorialização da pobreza”, com uma agência consciente e planejada da elite de Florianópolis em determinar o espaço urbano:

[...] a população pobre de Florianópolis não se beneficiava nos processos de mudança urbana que foram empreendidos na cidade. Ao contrário, as mudanças empreendidas pelo Estado e as classes dominantes impuseram deslocamentos e pioraram as condições gerais da vida dos mais pobres no momento imediato a cada mudança¹⁸.

O que faz relacionar à própria formação social dos Morros, comunidades e favelas em Florianópolis. A ocupação destas são resultantes desses “deslocamentos” forçados que as políticas de Urbanização e reajustamento social da Cidade refletiram. Santos (2009) afirma que a grande subida aos morros da população pobre de Florianópolis foi após à expulsão da Bulha e a reforma da avenida central. O que Santos deixa evidente em sua tese é como o processo de formação e criação de pobreza em Florianópolis não é contemporâneo. Ele carrega aspectos desde a formação da Cidade, mas se intensifica e aumenta imensuravelmente a partir dos processos de Urbanização¹⁹. Uma Urbanização que responde às tendências de avanços socioeconômicos e à modernização nacional, mas que, principalmente, é projetada e aplicada por uma elite florianopolitana articulada em promover um “reajustamento social da população” a partir dos próprios desejos burgueses de organização social e territorial. Um projeto que foi pensado, não de forma linear e conscientemente por todo coletivo, mas como uma *estratégia de classe*²⁰, em prol dos interesses da elite vigente²¹.

¹⁷ Jornal A REPÚBLICA, p.2, 1920;

¹⁸ SANTOS, 2009, p.36;

¹⁹ Ibid., p. 38;

²⁰ Estratégia de classe: não como resultado supracosciente linear e progressivo de todos os indivíduos, mas sim como correspondente à acúmulos coletivos que respondem aos interesses sociopolíticos da classe dominante, conscientes ou não (LEFEBVRE, 1968, p.21).

²¹ Configura-se em classe dominante do sistema econômico, a partir do aprofundamento nas formas de divisão e exploração do trabalho, na Ilha.

Considerações finais

A intenção deste artigo foi compreender o projeto de Urbanização de Florianópolis a partir do estudo do espaço e do território da Cidade como instrumento dinâmico, participante e condicionante da análise. Partindo dos debates historiográficos acerca do espaço enquanto ferramenta de análise; olhar de síntese da urbanização no Brasil; aprofundamento do urbano na arquitetura da ilha; influências do Sanitarismo na racionalidade da cidade; e a territorialização da pobreza, que este estudo se desenvolveu.

Alicerçado pelas fontes apresentadas foi possível aprofundar e apresentar o importante papel das elites florianopolitanas na agência estratégica do projeto de Urbanização da Cidade. Um projeto impulsionado pelos processos de modernização e avanços do sistema econômico, conseqüente do crescimento comercial e demográfico, um projeto de expulsão constante da população pobre de acordo com os interesses de reajuste socioespacial da elite. Um projeto de Urbanização de Florianópolis gerador do aumento de pobreza, de desigualdade social, criador de uma segregação espacial e formados de grandes periferias sociais.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Hermes Reis de. **A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República**. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 1989.

GONÇALVES, Beatrice Corrêa de Oliveira. **As cozinheiras que transformaram o mocotó em um símbolo**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia- UFSC, 2010.

LEFEBVRE, Henry. **O direito a cidade**. 1ª Edição. São Paulo. Editora Moraes, 1968.

PEREIRA, Elson M. **Qual planejamento urbano na sociedade da incerteza?** Geosul, Florianópolis, v. 25, n. 49, p 103-121, jan./jun. 2010. Pp 103-121.

SANTOS, André Luiz. **Do Mar ao Morro: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis**. Tese de doutorado em geografia apresentado ao Programa de Pós Graduação em Geografia do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2009.

SANTOS, Milton. **A Urbanização brasileira**. 5ª edição. São Paulo. Editora da USP - Vol. 6. 1993.

VEIGA, Eliane. **Florianópolis: memória urbana**. Florianópolis: UFSC, 2010. (Coleção memória de Florianópolis; v.4) Número de chamada: 72(816.406.02) V426.

Um projeto de Pobreza: estudo da Urbanização de Florianópolis- final do séc. XIX e início do séc. XX -

Victória Pozzebon Scabora

Fontes:

Jornal A República. Biblioteca Pública Estadual: p.2, 20 de fevereiro de 1920.

SEPHAN/IPUF-**Projeto Evolução Urbana de Florianópolis (1927). Área Central de Florianópolis entre 1927-1929.** Esc. 1:10.000-1987/SUSP-Projeto de um Loteamento aprovado em 1929-caixa 1001 a 1150 processo n° 1103.

VÁRZEA, Virgílio, op.cit. p.56. **Sobre as mais destacadas firmas comerciais que se estabeleceram nas principais ruas do centro urbano**, Charles Edgar Mortiz (1913) brindou-nos com seu depoimento. CF. Laboratório de História Oral, CCH-UFSC, 1987. IN: VEIGA, Eliane. Florianópolis: memória urbana. Florianópolis: UFSC, 2010.

Data de envio: 10 de junho de 2019

Data de aceite: 05 de fevereiro de 2020

CONTOS DE BRUXAS NA ILHA DA MAGIA



COLONIZAÇÃO DA ILHA DE SANTA CATARINA

Durante o processo de colonização, o território brasileiro foi ocupado por imigrantes de diferentes países, pelos mais variados motivos. A Ilha de Santa Catarina, originalmente conhecida como Nossa Senhora do Desterro, foi colonizada por açorianos e madeirenses logo no século XVII. Essa ocupação era uma forma de proteger o território dos exploradores espanhóis, que estavam de olho nas terras!

Os grupos recém-chegados tiveram de se adaptar às condições daquele espaço, **incorporando algumas técnicas e costumes dos povos indígenas** que ali habitavam.

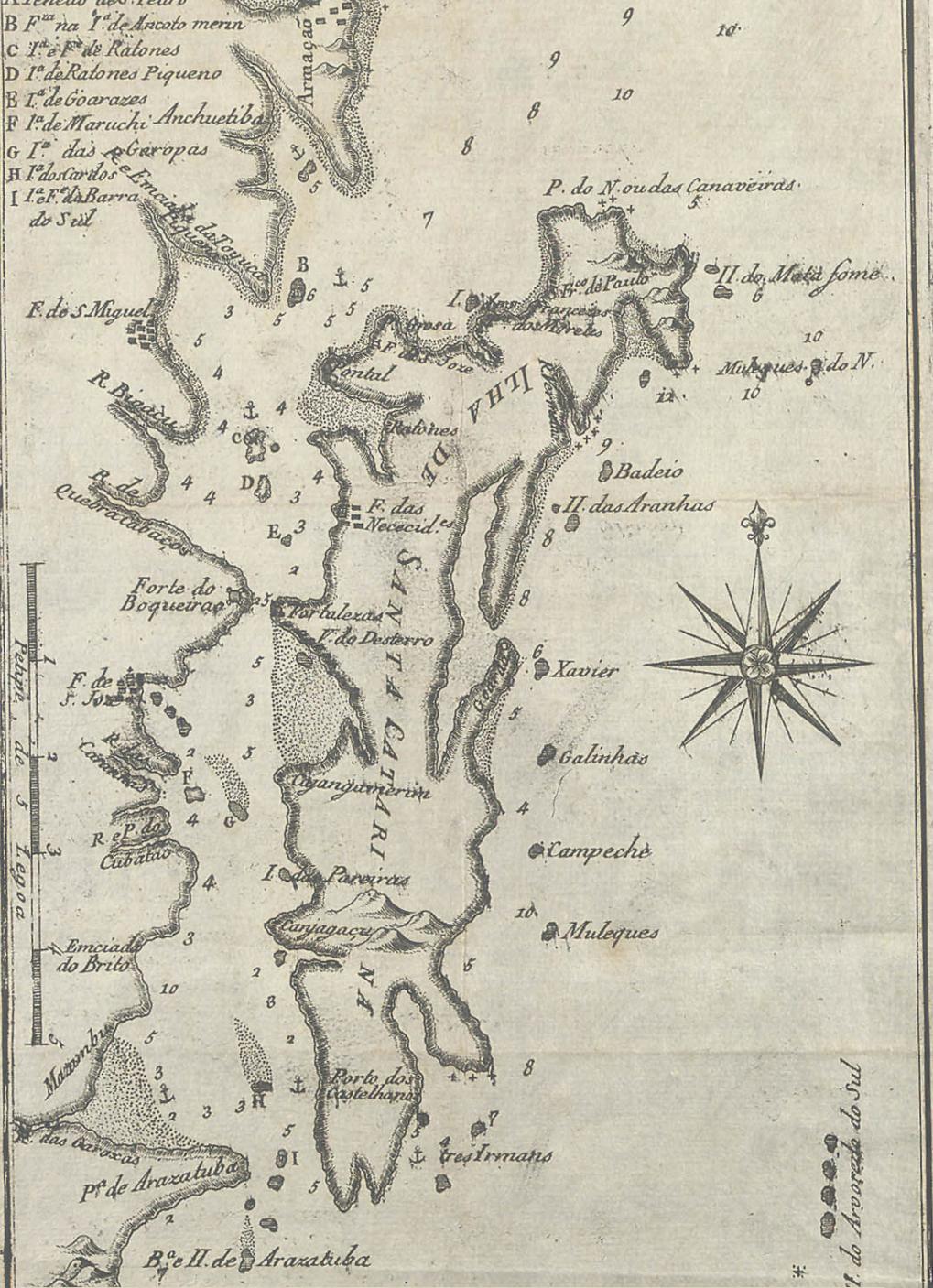


Figura 3: Parcela do mapa Plano da ilha e porto de St^a Catarina na America, Jacinto José Paganino, 1784.
Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.



As principais atividades eram a pesca, que já conheciam bem, e o trabalho nos engenhos de farinha. Tratava-se de uma **economia de subsistência**, ou seja, as comunidades buscavam produzir somente o necessário para sua sobrevivência e bem-estar.

Havia um forte senso comunitário entre os habitantes da região, promovendo uma intensa **troca de conhecimentos, valores e costumes**.

Ao longo do tempo, com a chegada de imigrantes alemães e italianos a outras partes do estado e o desenvolvimento da região, a Ilha foi conectada ao continente e as relações se expandiram ainda mais.

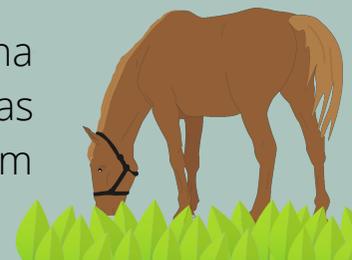


Florianópolis se tornou uma região muito visada pelo turismo, tanto pelas suas praias, quanto pela sua cultura, incluindo os **pescadores**, as **rendeiras de bilro**, as **benzedeiras**, e os **contos de bruxas**.



CULTURA AÇORIANA E AS BRUXAS

Os moradores mais antigos da Ilha ainda preservam muitas histórias, mas contam que a crença nas bruxas vem se perdendo com o tempo.



Ao falar em **bruxa** você pode imaginar uma mulher idosa, com a pele enrugada ou com o cabelo todo bagunçado e por aí vai...! Mas não é bem assim, não. Elas aparecem em alguns contos **disfarçadas em animais, como cavalos e gatos**, acredita?

Algumas lendas contam que **as bruxas** sempre **causaram bastante bagunça aos pescadores**, pois roubavam os barcos deles e iam até a Índia pegar ingredientes para suas poções mágicas. Era com essas poções que elas conseguiam se disfarçar de animais. Como são espertas! Mas as bruxas não são somente ruins, não. Às vezes, elas preferem incomodar as pessoas que falam mal das outras pelas costas, por exemplo.

As várias lendas de bruxaria vieram lá da Europa, da chamada Ilha dos Açores (Portugal). **As histórias dos imigrantes** açorianos podem ser apropriadas pelas pessoas de várias formas, como por exemplo, para aplicar uma **lição de moral** ou para **gerar medo**. Quem sabe com essas histórias, as crianças tomassem mais cuidado com situações perigosas!

As histórias de superstição também se baseavam na **fé católica** dos imigrantes. Acreditavam que, para proteger suas crianças recém-nascidas, deviam logo fazer o **batismo** na igreja!



Figura 4: Parcela do Mapa *Insulae Açores* (Ilha de Açores), Luís Teixeira, 1584.

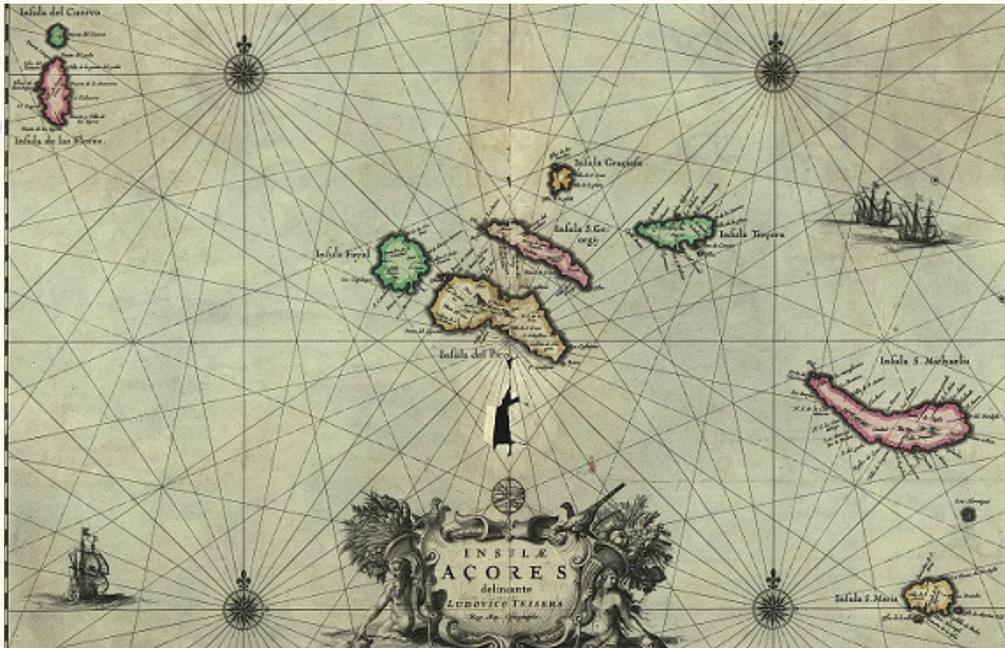
Colocar uma tesoura embaixo do travesseiro ou espalhar alho pela casa também são formas de proteger os pequenos. Muitos ainda acreditam nessas práticas, viu? Elas persistem no imaginário popular não só para descendentes de imigrantes açorianos.

Franklin Cascaes é uma pessoa muito importante para a preservação de muitas histórias sobre as bruxas em Florianópolis. O seu livro **O fantástico na Ilha de Santa Catarina** guarda muitos contos importantes sobre a cultura açoriana.



Fonte: Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, 2018.

Figura 5: Imagem de Franklin Cascaes.
Fonte: Prefeitura de Florianópolis, 2022.



OS CONTOS DE BRUXAS



Os contos de bruxas têm bastante relação com o **cotidiano dos trabalhadores** de Desterro, muito envolvidos naquela economia de subsistência baseada na pesca artesanal, na criação de animais produtivos e no cultivo de feijão, mandioca, milho, entre outras culturas.



Essas histórias, portanto, nascem da **oralidade**, ou seja, com o diálogo, mantendo vivas a memória e as tradições dos antepassados. Não serviam apenas para explicar **aquilo que o povo não conhecia**, mas também para juntar tudo aquilo que já se conhecia em um mundo mágico, fantástico, transformando seu dia a dia em uma realidade mais divertida e diversa.



RELAÇÃO COM O COTIDIANO

Seja uma **fofoca da vizinhança** ou **uma história engraçada** de algo que aconteceu no trabalho, as comunidades pesqueiras e camponesas sempre tiveram muitos causos para contar! E quem ouve o conto e quer passar a história para frente, sempre aumenta um ponto aqui ou ali.



Por isso é muito comum ouvir histórias de pescadores que foram enganados, roubados ou enfeitiçados pelas bruxas. Enquanto isso, no campo, se um cavalo se comportava mal, dando coices, diziam que só podia estar embruxado! O mesmo valia se os ovos da galinha ou o leite da vaca saíam ruins para o consumo. Podemos perceber que o comportamento, a saúde e o rendimento econômico dos animais **alimentavam as superstições** da comunidade.

RELAÇÃO COM O DESCONHECIDO



As lendas sobre as bruxas já foram usadas de muitas formas. Muitas **doenças** que atingiam as crianças no fim do século XIX e início do século XX **eram consideradas bruxaria**. Com a higiene precária era muito comum ocorrer doenças como cólera, malária e tuberculose. Os pais, por não terem conhecimento sobre essas enfermidades, atribuíam elas às bruxas e diziam que as crianças estavam embruxadas. As **curandeiras** eram consultadas para tentar algum tratamento diferente nos bebês. Colocavam armadilhas nas casas para protegê-los do mal: penduravam nove dentes de alho no pescoço da criança e escondiam sementes de mostarda debaixo do berço.



MAS QUEM ERAM AS BRUXAS, AFINAL?

Na vizinhança, se uma mulher agia “esquisito” e fosse muito fofoqueira e enxerida, acabava se saindo por bruxa. Condutas, comportamentos sociais e valores, especialmente aqueles esperados da figura feminina, podiam ser utilizados pelos contadores de história para reforçar os contos.

E quais condutas eram essas?

Na época, se acreditava que a mulher deveria seguir um "ideal" do patriarcado, de "boa filha", "boa esposa" e "boa mãe". Se ela não fizesse da forma que a sociedade exigia, a mulher começava a ser identificada pela vizinhança como malvada ou embruxada. Mas que estranho, não é?



Figura 6: Bruxa dos tempos, Franklin Cascaes, 1961.
Fonte: CASCAES, 2015, p. 196.

CONTOS

Que tal uma história para encerrarmos nosso passeio pela memória de Floripa? São vários os contos sobre seres fantásticos na Ilha de Santa Catarina, mas para demonstrar um, vou falar sobre o conto **Vassoura bruxólica**.

Existe uma antiga crença em Florianópolis que não se pode pegar em **instrumentos de trabalho** na **Sexta-Feira Santa** (dia da morte de Jesus Cristo).

A história conta que duas mulheres, Maria Vivina e Carriça, estavam conversando sobre essa tradição e Vivina estava disposta a testá-la, pois **não acreditava na história de seus ancestrais**. Assim, as duas apostaram que Maria Vivina, no dia de Sexta-Feira Santa, pegaria uma vassoura para varrer seu quintal. E assim fez. No entanto, no momento da primeira varrida a **vassoura se transformou em uma bruxa** e foi para bem longe!



Como nenhuma das duas era bruxa, a vassoura foi voando sozinha. As amigas se ajoelharam e pediram perdão pela desobediência contra as ordens divinas.

O que aprendemos com esse conto?

É possível ver através dele como os contos impactam em **tarefas do dia a dia**. Utiliza-se a crença nas bruxas para reforçar tal tradição da Sexta-Feira Santa (que é uma pequena quebra na vida cotidiana do trabalho), e dessa forma **exercer o compromisso com o Sagrado e o religioso**. O uso do **medo** também aparece aqui, afinal, ninguém quer ter sua vassoura se transformando em bruxa na própria casa, não é mesmo? Imagina que baita susto!

Esse é só um exemplo dos vários contos sobre seres fantásticos eternizados na memória dos habitantes da Ilha, e dos que estão presentes no livro de Cascaes aqui citado. Você pode acessá-lo pelo **QR Code** na página final desse livreto para conhecer várias outras histórias.



REFERÊNCIAS

CARDOSO, Daniela Eilert. **Mitos e crenças de descendentes de açorianos na ilha de Santa Catarina**: um estudo sobre sujeitos, algumas expressões culturais e seus movimentos. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

CASCAES, Franklin. **O fantástico na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Ufsc, 2015. 272 p.

LIZ, Pamella Amorim. **O homem das bruxas**: memória e apropriações de Franklin Cascaes. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

WOITOWICZ, Karina Janz. Narrativas de bruxaria como expressões folkcomunicacionais: a cultura popular na ilha de Florianópolis/SC. *In*: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 33., 2010, Caxias do Sul. **Anais[...]**. Caxias do Sul: UCS, 2010.

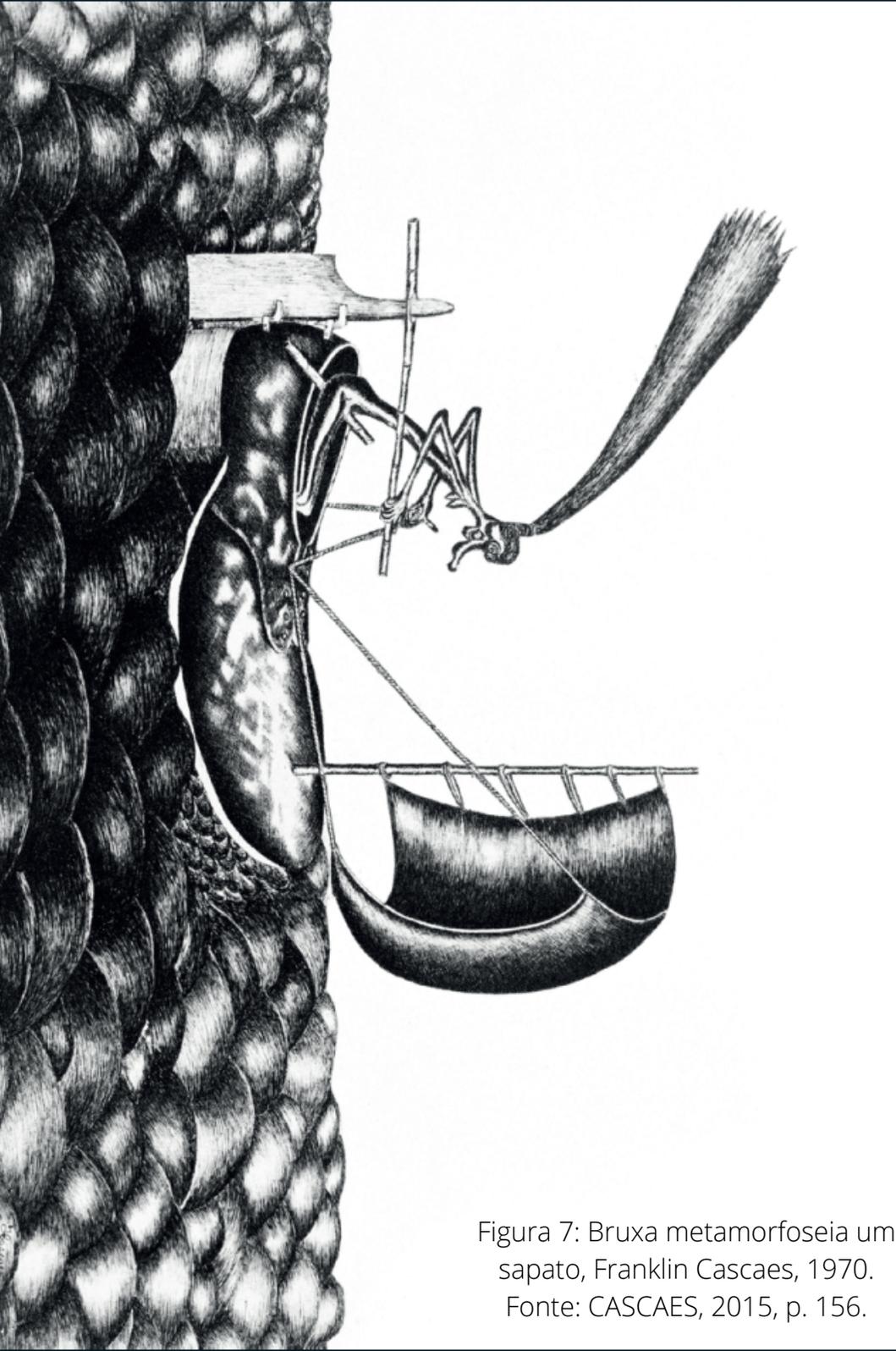


Figura 7: Bruxa metamorfoseia um sapato, Franklin Cascaes, 1970.
Fonte: CASCAES, 2015, p. 156.



Se você quiser conhecer mais contos
escaneie aqui para acessar o livro
O fantástico na Ilha de Santa Catarina
de Franklin Cascaes.

